

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 13 a 19 de maio de 1960

Nº 63

Diretor — Mário Alves

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Gerente — Guttemberg Cavalcanti

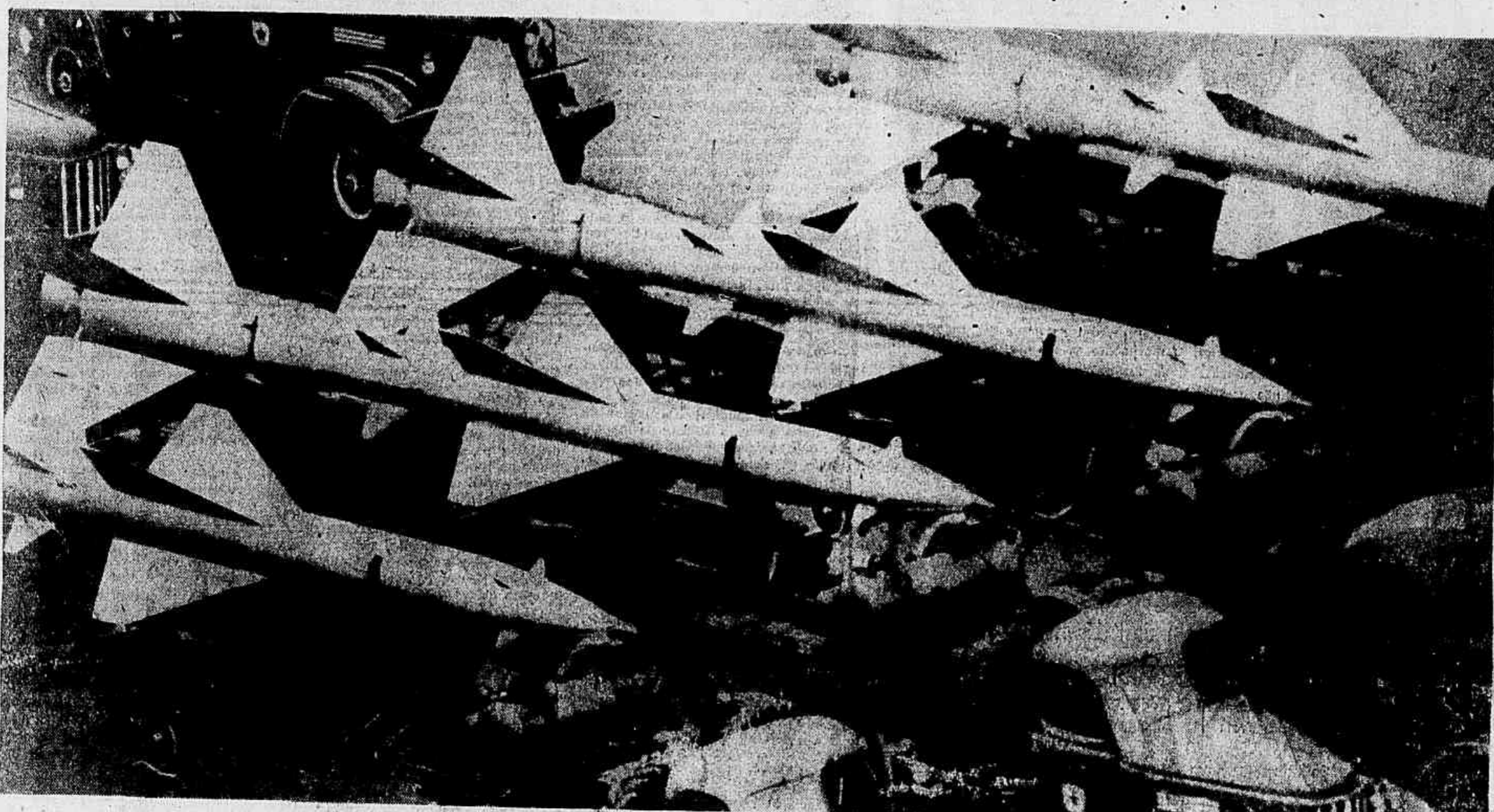
ESTES ACIONARAM O FOGUETE



LIBRARY DIVISION
MAY 20 1960
LR FILE COPY
PLEASE RETURN

Aparhados Com a Mão na Massa

ESTADOS UNIDOS CONFESSAM SUA POLITICA DE GANGSTERS



UMA semana da conferência de cúpula em Paris, a opinião pública mundial continua abalada pelo ato de agressão e espionagem praticado pelos Estados Unidos contra a União Soviética. Não satisfeitos em planejar e executar esta medida de banditismo às vésperas de uma reunião em que se deposita tantas esperanças, os estrategistas da guerra fria passaram à defesa descarada da espionagem e dos métodos de força para resolver os problemas internacionais. As advertências soviéticas, o Departamento de Estado respondeu que continuará realizando espionagem e utilizará seus «direitos» de agredir a União Soviética a partir das bases que possui em países vizinhos da URSS. Ao mesmo tempo que reafirma suas intenções pacíficas e sua disposição a firmar um acordo de desarmamento universal e completo na própria conferência de cúpula, se os países imperialistas se dispuserem a isto, a União Soviética advertiu o governo norte-americano que será obrigada a adotar medidas de represália contra os Estados Unidos se estes continuarem com seus métodos de «gangsters». Reportagens na 7ª página do 1º caderno e na 8ª do 2º. Nas fotos: ao alto, a equipe da bateria que abateu o avião, sargento Fedorov, praça Baiboradin, cabo Kouzneiov, praças Tourkine e Kondratyev; à esquerda, foguetes soviéticos quando desfilavam na Praça Vermelha.

Jânio:
como um pobretão
se tornou milionário

EM SUA campanha eleitoral para governador de São Paulo, Jânio Quadros declarou que sua fortuna se limitava a um depósito bancário de 20 contos, um aparelho de rádio, uma televisão e uma casinha. Apesar disso, vivia como um nababo. Já fez quatro viagens aos Estados Unidos, Europa, Ásia e África. Na última dessas viagens, levando um séquito de seis pessoas e fazendo dois meses de turismo, Jânio gastou mais de 29 milhões. Veja de onde vem esse dinheiro lendo a 1ª página do 2º caderno.

Soviéticos
provam
«e aprovam»

DEPOIS de assinar um contrato de compra de 63 mil sacas de café brasileiro, o sr. Gavriil Gorchkov (foto), representante da empresa «Prodiptorg», de Moscou, saboreia, satisfeito, uma xícara do famoso «Santos Tipo 4». Toda a Delegação Comercial Soviética no Brasil compareceu na noite de sexta-feira passada à sala da presidência do Instituto Brasileiro do Café, onde foi firmado o primeiro contrato direto entre brasileiros e soviéticos para a venda de café. O ambiente era de extrema cordialidade e alegria e uma salva de palmas soou quando o presidente do IBC, sr. Renato Costa Lima, abraçou o representante da «Prodiptorg». Pequeno exército de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas registrou o fato. Na 2ª página do 2º caderno publicamos completa reportagem sobre as atividades da Missão Comercial Soviética no Brasil.



Justiça
americana
sob processo

EUA: E' BARATA
A VIDA HUMANA

Leia na 7ª página
do 2º caderno

Reportagem de
Luiz Ernesto Jr.

A Conferência de Cúpula

LUIZ CARLOS PRESTES

DEVE reunir-se no próximo dia 16, em Paris, a chamada conferência de cúpula. Sugerida pelo governo da União Soviética desde novembro de 1957 e calorosamente apoiada por todos os povos amantes da paz, foi finalmente aceita pelos chefes de governo dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, após a visita de Nikita Krushchov aos Estados Unidos, em setembro último.

DEVE-SE à diminuição da tensão internacional a convocação desse encontro que tem, no momento, a maior importância. O entendimento direto entre os chefes de governo das quatro potências muito poderá contribuir para que novos passos sejam dados no caminho que permita livrar a humanidade dos horrores da guerra.

A POSSIBILIDADE de evitar a guerra depende de grandes modificações que se darão no mundo nos últimos anos, alterando profundamente a situação internacional. Acelerou-se cada vez mais o processo de desintegração do sistema colonialista e imperialista e, simultaneamente, com o aparecimento do sistema mundial socialista, surgiu um novo tipo de relações internacionais entre Estados, baseado no princípio do internacionalismo proletário, quer dizer, do apoio mútuo e da solidariedade fraternal entre os Estados. Além disto, manifestam-se mudanças cada vez mais evidentes na correlação de forças no mundo inteiro a favor da paz e do socialismo. Tudo isso cria, sem dúvida, condições novas e favoráveis a mudanças radicais na natureza das relações internacionais, especialmente por meio da abolição da guerra na vida social.

A COEXISTÊNCIA pacífica impõe-se cada vez mais como um fato real e ineludível, já que reflete a existência no mundo contemporâneo de dois sistemas sociais antagônicos. Vivemos no mundo inteiro a época da transição do capitalismo ao socialismo — etapa inevitável no desenvolvimento da sociedade. É evidente que entre os dois sistemas — o capitalista e o socialista — tem agora lugar uma emulação no terreno econômico e, igualmente, uma luta ideológica. Trata-se de decidir da maneira por que se resolverá o problema da superioridade de um sistema sobre o outro, se por meio da competição pacífica ou se pelo de novos embates bélicos. Para evitar-se uma nova conflagração mundial, que seria no mundo de hoje uma guerra com armas nucleares, uma catástrofe de proporções inimagináveis, não resta outro caminho senão reconhecer a necessidade da coexistência pacífica de Estados com sistemas sociais diferentes — capitalistas e socialistas — e de estabelecer entre eles relações normais — desenvolver o comércio, estreitar os laços culturais, ampliar a cooperação científica. Não há para a humanidade outra saída, porque outra saída só pode ser a guerra.

CRESCEM por isso, no mundo, as tendências que favorecem a diminuição da tensão internacional. Não obstante, nos maiores países capitalistas, nos países que participam da OTAN em primeiro lugar, são ainda poderosas as forças que se opõem ao alívio da tensão internacional e que insistem em defender uma política baseada em ameaças guerreiras ou na chamada «guerra fria». Tornam-se, no entanto, cada dia mais se-

rias nos meios imperialistas as contradições geradas pela própria «guerra fria». Se, de um lado, estão os senhores da reação interessados nos lucros que lhes assegura a corrida armamentista, de outro, não podem deixar de compreender os riscos de uma guerra, em cujas labaredas desaparecerá sua fortuna e será inexoravelmente golpeado de morte o próprio sistema capitalista. O episódio recente da incursão de um avião norte-americano em território soviético com fins de espionagem pôs completamente a nu o quanto se torna difícil ao governo dos Estados Unidos conciliar as duas tendências que hoje dividem os círculos dirigentes do imperialismo.

NÉSTAS condições, e de imaginar que os entendimentos diretos entre os chefes de governo das quatro grandes potências permitam avanços no terreno da coexistência pacífica, especialmente no que tange a um acordo a respeito dos problemas internacionais mais urgentes, tais como os relativos ao desarmamento universal e absoluto, à conclusão do tratado de paz com a Alemanha, incluída a criação de uma cidade livre em Berlim ocidental, a proibição das experiências com armas atômicas e de hidrogênio, às relações entre os países do Leste e do Oeste.

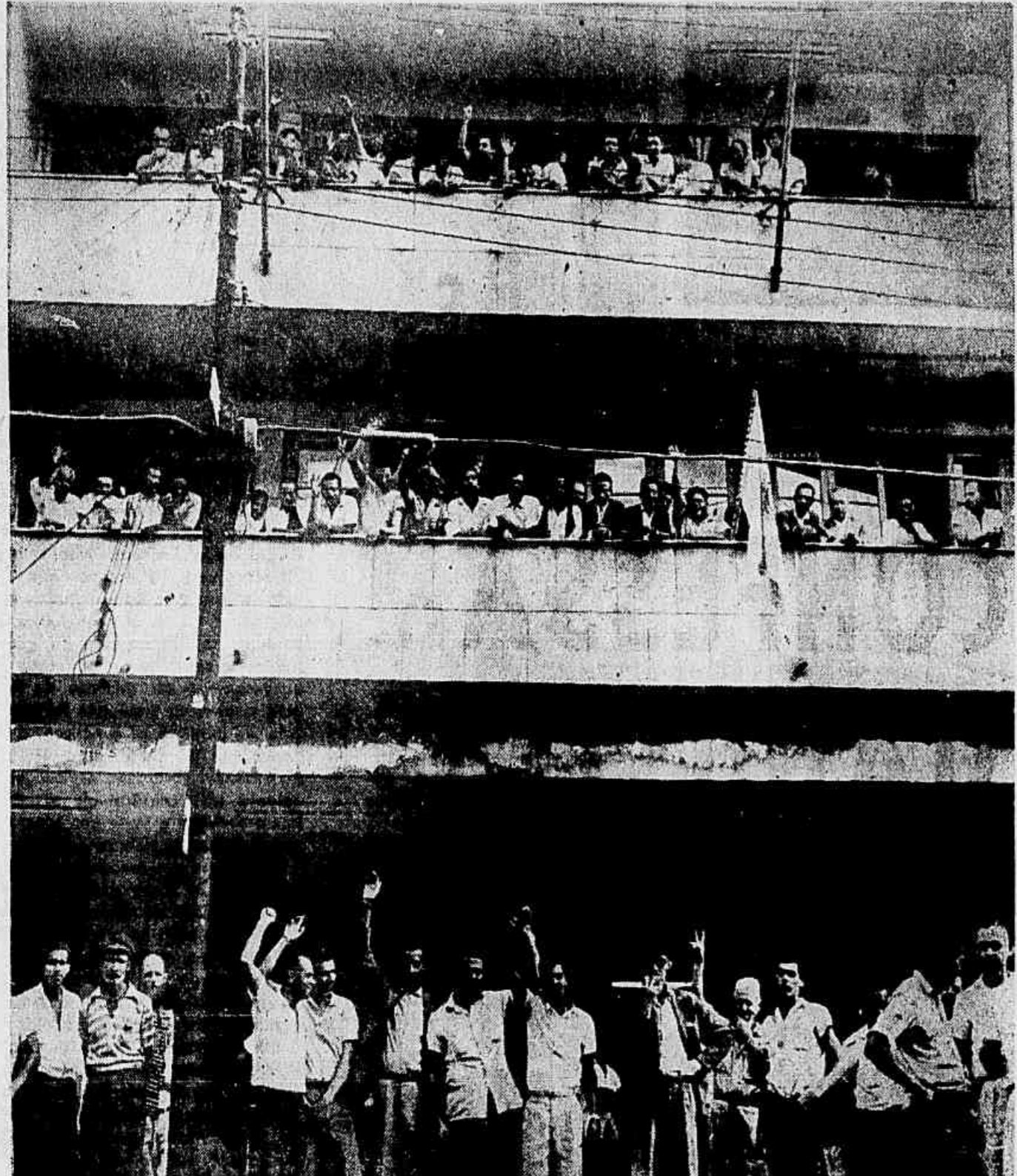
PARTICULARMENTE importante é o problema de desarmamento universal e total. Os povos do mundo inteiro não podem deixar de saudar, por isso, as propostas do governo soviético no sentido de chegar-se à destruição completa das armas de fogo e à guerra. Nada melhor do que isto para colocar todos os Estados em condições idênticas de não poder nenhum deles empreender ações militares contra outro.

PARA nós, latino-americanos, que travamos luta cada dia mais aguda contra o colonialismo ianque, pela emancipação completa de nossas pátrias, o desarmamento universal e total significará a destruição da máquina bélica dos Estados Unidos, máquina que se levanta como ameaça permanente a nossos povos, como instrumento de opressão a serviço dos monopólios que nos exploram e espoliam. Sem a máquina militar ianque não teria sido possível à United Fruit intervir na Guátemala, não seria possível aos círculos mais reacionários do imperialismo ianque levar adiante, a extremos ainda mais criminosos, sua agressão, já em desenvolvimento ao povo cubano e ao governo revolucionário de Fidel Castro.

NO momento, pois, em que se reúnem em Paris os chefes de governo das quatro grandes potências, tudo devemos fazer para manifestar nossa vontade de paz, nosso desejo ardente de que se chegue nesse caminho ao entendimento que significar um progresso no caminho da solução dos problemas internacionais mais prementes e agudos. Através de mensagens, de manifestações de rua, de reuniões públicas, etc., devemos fazer chegar aos chefes de governo que se reunirão em Paris nossa firme vontade de lutar contra a guerra, em defesa da paz mundial e do direito dos povos a decidir livremente de seus destinos. Exijamos do governo brasileiro, tanto do presidente Kubitschek como dos parlamentares, que tomem neste momento, em nome do Brasil, uma posição clara, capaz de refletir os sentimentos de paz e liberdade de nosso povo, bem como suas aspirações de progresso social.

Um Documento Antiunitário

JOVER TELLES



Duas greves vitoriosas

VITORIOSA A GREVE NA BOND AND SHARE

Um Caso de Três Anos Resolvido em Três Dias

Reportagem de NILSON AZEVEDO

Uma greve que durou apenas três dias resolveu um problema que vinha se arrastando sem solução há mais de três anos. Isso aconteceu na Cia. Brasileira de Energia Elétrica, subsidiária do truste ianque Bond and Share, que explora o fornecimento de energia elétrica em uma vasta área do território fluminense. A CBEE vinha se negando a pagar, desde dezembro de 1956, um aumento salarial de 800 cruzeiros a que os seus empregados têm direito. Cansados de esperar, premidos pela elevação do custo de vida, os trabalhadores desencadearam a greve a zero hora do dia 29 de abril, encerrando o movimento vitoriosamente a zero hora do dia 2 de maio.

Niterói, a capital fluminense, dias antes já havia se solidarizado com a greve dos operários navais, que reclamavam o cumprimento do acordo salarial. Logo depois, no dia 29, entraram em greve os trabalhadores da CBEE e mais de 3 mil motoristas, trocadores e despachantes de ônibus de Niterói, São Gonçalo, Caxias, Meriti e outros municípios. O Primeiro de Maio foi comemorado ao fogo das lutas reivindicatórias.

A greve na CBEE foi a primeira nos 55 anos de existência da empresa no Estado do Rio. Os trabalhadores, reunidos no seu Sindicato, sob a liderança dos líderes José Aquino Santana, Rubens Gonçalves e Calatino José Viana, fizeram vitoriosamente a greve que para muita gente parecia impossível. O decreto 9.070, que proíbe o exercício do direito de greve nas atividades fundamentais, foi deixado para trás. Após

Nesse edifício, em Niterói, funcionou o quartel geral da greve dos rodoviários e dos trabalhadores em energia elétrica. O movimento se estendeu a vários municípios, dando um colorido diferente às comemorações do Primeiro de Maio. O governador Roberto Silveira não gostou da greve, mas os trabalhadores gostaram porque tiveram as suas reivindicações atendidas.

três dias de paralisação, os operários conquistaram o que reclamavam há mais de três anos.

A vitória

Pelo acordo firmado entre empregadores e as autoridades, os trabalhadores passaram a receber, a partir de 1º de maio de 1958, o adicional de 800 cruzeiros mensais que pleiteavam. O pagamento dos atrasados correspondentes a 24 meses será efetuado em 18 prestações mensais. O acordo estabelece que nenhum grévista será punido.

A luta do pessoal da CBEE vinha desde dezembro de 1956, quando a Companhia, ilegalmente, deixou de pagar o aumento de 800 cruzeiros mensais, determinado pela Portaria 913, de 11 de setembro daquele ano. A CBEE pagou apenas durante os meses de setembro e outubro, suspendendo o pagamento em dezembro. Desde então os trabalhadores começaram a reclamar a diferença. Durante esse período houve muita conversa e nenhum resultado. Com a greve, entretanto, a coisa mudou de figura. Bataram polícia na rua. Prenderam trabalhador dentro das usinas geradoras, importaram técnicos de São Paulo, fizeram o diabo. Mas não houve jeito. A greve foi vitoriosa. Os trabalhadores, depois de aprovarem a assinatura do acordo, dançaram e cantaram até de manhã.

Os rodoviários

Os trabalhadores de Niterói, e dos municípios de São Gonçalo, Magé, Caxias, Meriti, Petrópolis e Três Rios tiveram um autêntico Primeiro de Maio. Não foi apenas a greve do pessoal da CBEE que deu um colorido diferente às comemorações do Dia do Trabalhador. Os operários navais, embora houvessem suspenso a sua greve no dia 26 de abril, permaneciam mobilizados para uma nova paralisação. Os rodoviários, entretanto, foram mais longe. Eles paralisaram todo o serviço de ônibus e locação em quatro municípios de 29 de abril até 5 de maio, quando encerraram a greve com uma grande vitória, alcançando aumento salarial, sem que o mesmo fosse condicionado ao reajustamento das tarifas. Pelo acordo, os motoristas passarão a receber Cr\$ 460,00 por dia; os despachantes, Cr\$ 360,00; os trocadores, Cr\$ 260,00; e os demais terão um aumento de 30%. O governador Roberto Silveira não gostou das greves. Mas os trabalhadores gostaram. Com as greves eles conquistaram um pouco mais de pão. Outra coisa, eles aprenderam que a unidade dentro dos seus sindicatos e nos locais de trabalho é sempre um fator de vitória.

Encampação

A luta dos trabalhadores da CBEE não terminou com a conquista dos atra-

Neste ano, os trabalhadores comemoraram condignamente sua data internacional. Além das manifestações operárias noutros Estados, realizaram-se, em homenagem ao dia 1.º de Maio, as sessões de encerramento dos Congressos Sindicais dos Trabalhadores nos Estados de S. Paulo, Santa Catarina, nas regiões Norte e Nordeste do país, e o do Estado do Rio.

Nessas comemorações e conclaves, participaram trabalhadores que seguem as mais diversas orientações: católicos, socialistas, trabalhistas, comunistas, perrepsistas partidários da CIOSL e da ORIT, da F.S.M. da central internacional católica, etc. etc. Não obstante, todos, irmãos pelo trabalho e pela luta, membros de uma só classe que tem interesses comuns — a classe dos proletários — em uníssono ergueram bem alto as bandeiras da solidariedade e da unidade internacional dos trabalhadores, da paz e da fraternidade entre os povos, da luta pela completa emancipação econômica e política do Brasil e por seu desenvolvimento independente, da luta pela reforma agrária, pelas liberdades democráticas e sindicais, pela unidade e a autonomia sindical. Enfim, ergueram a bandeira da luta unitária pela conquista de suas reivindicações econômicas, políticas e sociais.

Infelizmente, contrariando o caráter unitário, democrático e político, de que se vem impregnando o movimento operário no Brasil, e que marcou as comemorações do 1.º de Maio, os altos dirigentes da CNTI, da CNTC e da CNTT, olvidando e por cima das decisões tomadas pela II Conferência Sindical Nacional e pelos demais congressos e convenções sindicais e sem consultar os Conselhos de Representantes dessas organizações de cúpula e as demais entidades sindicais de âmbito nacional, resolveram dar a nota dissonante ao publicarem, em nome do movimento sindical, um documento antiunitário elaborado tendo por base «...vários documentos sigilosos sobre o movimento sindical brasileiro (!!)» que foram apresentados no Congresso Internacional da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, em Bruxelas, e que determinarão a «...mudança de orientação das Confederações» (!!!).

Como é claro, os principais dirigentes das Confederações citadas, ao invés de se colocarem à frente das lutas pela conquista do Programa aprovado pela II Conferência Sindical Nacional e de cumprí-lo, assim, a função de mandatários que são do movimento operário, ao invés de, democraticamente, submeterem-se às decisões coletivas dos trabalhadores, que em qualquer ocasião e lugar deveriam defender, preferiram reunir-se com os senhores Hildenbroek e Sanchez Madariaga, das direções da CIOSL e da ORIT, respectivamente, para aceitarem um documento elaborado em outras terras com o escopo de dificultar o processo de unidade internacional e nacional do proletariado. Como diz o povo: «E' a carreta adiante dos bois».

E' lamentável ter a CNTI, que ultimamente vinha ocupando posição unitária, aceito tal documento, num evidente passo atrás em relação a suas atitudes anteriores. Isso demonstra que os senhores Decolciano e Ari Campista não reconheceram ainda o erro por eles cometido na mensagem a Conferência Nacional do PTB, com a qual, juntamente com o projeto Lima Filho, pretendiam introduzir a política partidária nos sindicatos. Demonstra que esses senhores não assimilaram a lição que o movimento operário lhes deu ao rejeitar unanimemente aquela tentativa. Ficamos tristes com isso. Mas que se há de fazer? Ao invés de extrairmos as conclusões lógicas fornecidas pela vida e adaptarmos às necessidades e ao sentimento real do movimento sindical, preferem bancar os sacabães duros. Tenhamos paciência. Com o tempo aprenderão, ajudados pela posição firme e unitária dos trabalhadores.

E' verdade que o documento ora apresentado pelas 3 Confederações contém pontos programáticos positivos que merecem o apoio dos trabalhadores, de vez que não contradizem as resoluções já aprovadas pelo movimento sindical. Mas outros itens e, principalmente, a essência antiunitária do documento são prejudiciais e não podem ser aceitos pela classe operária. Qual é a linha traçada e que pretendem os autores do documento?

1 — Ao reafirmarem seus vínculos inquebrantáveis com o movimento sindical internacional livre liderado pelas acimas mencionadas organizações (a CIOSL e a ORIT), pretendem subordinar o movimento sindical brasileiro à linha discriminatória e divisionista que vem mantendo. Pretendem continuar a sustentar a política de «guerra fria» no movimento operário internacional e assim manter sua divisão. Querem, com isso, abrir caminho para que os magnatas dos trustes

internacionais desencadeiem a 3a. Guerra Mundial, na qual pereceriam abrasados nas chamas atômicas centenas de milhões de seres humanos. Sob o pretexto de que não são livres, querem desconhecer a existência dos trabalhadores dos países socialistas, e o dos países coloniais, dependentes e capitalistas, não aderidos à CIOSL e a ORIT. No documento não se faz uma única vez na luta pela paz, reivindicação mais sentida, por que a mais humana, por todos os trabalhadores e por todos os povos. Não. Essa linha da CIOSL e da ORIT não convém à classe operária.

Os trabalhadores, em nossa terra, compreendem que a luta contra os fatores de guerra, pela proibição das armas atômicas e de hidrogênio e pelo desarmamento geral, exige a ação unida dos operários de todos os países. Nesse sentido, a III Conferência Sindical dos Trabalhadores do então Distrito Federal Justa e unanimemente resolveu apoiar a mensagem de unidade que a Federação Sindical Mundial dirigiu à CIOSL. Se é possível o intercâmbio de visitas entre Khrushchov e Eisenhower, se o clima da «guerra fria» vai cedendo lugar à «coexistência pacífica» entre todas as nações, por que não será possível estabelecer também a unidade operária no plano internacional? Por que não será possível o entendimento entre a CIOSL e a F.S.M. na luta pela paz e pelos demais interesses dos trabalhadores? Este é o sentido da ação do movimento operário no Brasil: manter e reforçar sua própria unidade e exercer pressão sobre as organizações sindicais internacionais para que restabeleçam, no mais breve prazo, a unidade mundial dos trabalhadores.

Ao defenderem a linha da CIOSL e a ORIT, os autores do documento pretendem afastar os trabalhadores brasileiros de uma posição solidária com a heróica luta que nossos irmãos cubanos travam contra os imperialistas ianques e contra a sabotagem interna. Dizem defender a unidade continental dos trabalhadores, mas é sabido que os trabalhadores cubanos e chilenos se desfiliam da CIOSL e da ORIT e unificaram suas forças em centrais sindicais únicas. Os trabalhadores uruguaios também marcham para uma central unitária e independente em relação às aquelas organizações. Os trabalhadores brasileiros compreendem que a luta dos operários cubanos, argelinos, sul-coreanos e de todos os demais países, é parte de sua própria luta. Compreendem que a unidade dos trabalhadores latino-americanos é imprescindível para que a classe operária possa exercer seu papel dirigente na luta libertadora e democrática de cada país. Por isso, na II Conferência Sindical Nacional decidiram pugnar pela realização do «Encontro Sindical Latino-Americano», no qual participem, sem qualquer restrição, todas as entidades e dirigentes sindicais, que estejam dispostos a dar passos ao sentido da unidade de ação.

2 — Os autores do documento objetivam minar o processo de unidade do movimento sindical brasileiro. Querem evitar que os inimigos da democracia possam infiltrar-se em nosso (!) movimento sindical. «Pretendem lutar contra as tendências totalitárias no movimento sindical e incentivar «...as atividades de organizações tais como o movimento sindical livre». Portanto, sindicais, «totalitários» e movimento sindical não livre, serão todos aqueles que não rezearem pela cartilha da CIOSL e da ORIT. E' a política discriminatória e divisionista em ação. E' o retrocesso a posições já superadas pelo movimento operário no Brasil. E' o contrário de tudo o que tem sido aprovado nos congressos e conferências sindicais.

Seria de esperar que fossem mais prudentes. Pois se entendem que o movimento sindical livre é sinônimo de filiação à CIOSL e à ORIT, deviam ter em conta que no Brasil, entre mais de 1.500 entidades sindicais, apenas as 3 Confederações citadas filiaram-se a essas organizações internacionais. E não por decisão democrática do movimento operário, mas por força de um decreto

governamental. Portanto, se forem conseqüentes na aplicação da linha traçada, ficariam sózinhos, uma vez que nas 3 Confederações, todo o movimento sindical brasileiro poderia ser considerado por eles não livre, «totalitário» e «inimigo da democracia». Vejam a que absurdo chegariam.

Alinda mais. A II Conferência Sindical Nacional decidiu realizar, no mês de Maio do corrente ano, um Grande Congresso Sindical Nacional, com o objetivo de consolidar a unidade da classe operária sob uma única orientação e direção. Decidiu, também, atribuir às organizações sindicais nacionais a incumbência de convocar o referido Congresso, até a segunda quinzena de dezembro de 1959. Por sua vez, nos congressos sindicais, ultimamente realizados nos Estados, os trabalhadores resolveram marcar para 11 de Julho próximo a instalação ou o encerramento do Congresso, como homenagem à queda da Bastilha, e a lutar, no mesmo, pela estruturação de um organismo sindical nacional, que englobe e coordene nacionalmente a ação dos trabalhadores. Pois bem. Os pais do documento em foco abstrairam-se de tais decisões e até o momento não tomaram nenhuma medida para organização convocar o Congresso. Ao contrário, simplificarão tudo. Resolveram estabelecer um comitê formado pelos Presidentes das 3 Confederações que ficará encarregado de dirigir e supervisionar a política a se seguir em cada caso de julgar e solucionar qualquer divergência que pudesse surgir deste acôrdo. Assim, trabalhadores — dizem — sem necessidade do Congresso Sindical Nacional, ai está, dado de mão beijada, o órgão nacional coordenador de vosso movimento sindical. E com a vantagem de ter também, sem necessidade de vosso esforço, elaborado a linha a seguir.

3 — Os autores do documento objetivam afastar o movimento sindical da luta política. Apresentam um programa limitado, exclusivamente sindical, de tipo «trade-unionista». Nada dizem sobre a luta pela emancipação nacional, contra os trustes norte-americanos. Nada dizem sobre a limitação da remessa dos lucros das empresas estrangeiras, sobre a nacionalização dos frigoríficos, sobre a encampação das subsidiárias da Bond and Share, sobre a defesa da Petrobrás, e sobre tantas outras decisões de conteúdo antilperialista e democrático tomadas nos congressos e conferências sindicais. Enfim, querem isolar o proletariado de seus aliados na luta contra os imperialistas e os latifundiários. Limitar a ação da classe operária ao terreno econômico e sindical e impedir o proletariado de conquistar posição dirigente na luta de nosso povo por um desenvolvimento independente, democrático e progressista do país.

Nisto consiste a essência do documento das 3 Confederações. E' natural, portanto, a indignação que lava na entidade e entre os dirigentes sindicais. Mais do que nunca é necessário manter-se vigilante, denunciar toda e qualquer medida discriminatória que venha ferir a unidade do movimento operário, e simultaneamente, reforçar o trabalho unitário nos sindicatos, federações e confederações, sem como desenvolver novos esforços para enraizar os sindicatos nas empresas e para organizar a luta pela conquista das reivindicações aprovadas pela II Conferência Sindical Nacional. As tentativas de dividir o movimento sindical, os comunistas respondem com sua política de unidade e, juntamente com os trabalhadores e dirigentes sindicais de outras tendências políticas e ideológicas, tudo fará para ajudar a realizar um grande Congresso Sindical Nacional em Julho próximo.

Os líderes das 3 Confederações, sob a pressão dos dirigentes da CIOSL e da ORIT, assinaram um infeliz documento. E' de se esperar que sob a pressão das lutas da classe operária do protesto dos dirigentes sindicais e à base de melhor exame, reconsiderem na prática a atitude tomada e mudem de rumo. E' o que o movimento operário deseja.

Defende Teu Direito

M. O. (RIO DE JANEIRO) — Com tal procedimento fica o consultante sujeito à qualquer punição, inclusive a dispensa, sem que o empregador pague indenização e Aviso Prévio, pois cometeu falta prevista no art. 482 da C. L. T.

Quanto às férias, elas deverão ser pagas de forma simples. Só há pagamento de férias em dobro quando o empregador deixa de satisfazê-las durante os doze meses seguintes ao período aquisitivo.

M. A. P. (FLORIANÓPOLIS) — O consultante é garçom. Além de salário fixo de Cr\$ 4.500,00 mensais, percebê mais, a título de gorjeta, Cr\$ 2.500,00 sendo de Cr\$ 7.000,00 a sua remuneração. Remodelando o estabelecimento foi determinado ao consultante que trabalhasse no «Café Expresso», mediante a paga mensal de Cr\$ 4.500,00.

O procedimento do empregador não encontra amparo na lei. Segundo o art. 457 da Consolidação, «Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber». E, de acordo com o art. 468 da mesma lei, as alterações contratuais só serão lícitas quando mutuamente acordadas, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

O consultante, pois, poderá se dirigir à Justiça do Trabalho, pleiteando as diferenças vencidas e as que se vencerem, até que o antigo critério seja restabelecido.

J. S. (SÃO GONÇALO) — Por motivo religioso, o consultante folgava aos sábados e trabalhava aos domingos, situação que perdurou durante 15 anos.

Presentemente, por ato unilateral do empregador, foi proibido de trabalhar aos domingos, e, como não trabalha aos sábados, perde, sistematicamente um dia na semana, além do repouso semanal.

Entendemos que as condições contratuais anteriormente vigentes e ratificadas por 15 longos anos de prática ininterrupta e pacífica, não poderiam ser alteradas por ato unilateral do empregador, sem o consentimento do empregado, de acordo com o art. 408 da Consolidação, já mencionado na consulta anterior. E alteração contratual típica, que não encontra apoio na lei. Não importa a causa que determinou o estabelecimento da condição contratual. De acordo com o contrato de trabalho, o empregado pauta toda a sua vida, assume outras responsabilidades que são, igualmente, sérias e respeitáveis.

E aconselhável que o consultante, através do seu Sindicato ou com assistência de advogado, compareça à Justiça do Trabalho, pleiteando o restabelecimento das condições contratuais anteriormente vigentes e o pagamento dos dois dias, por semana, que vem deixando de receber.



História da URSS

SOVIÉTICA

EPÓCA DO SOCIALISMO 1917-1957

Ciências Econômicas e Sociais

EDITORIAL GRJALBO

Já saiu em português

Sob o patrocínio da Academia de Ciências da URSS. 1 volume, 830 páginas, em brochuras.

Cr\$ 650,00

Temos em nosso Departamento de «Atualidades Soviéticas», edições recentíssimas sobre filosofia, economia, história, medicina, educação, ciência e técnica, agrobiologia, ballet, novelas e clássicos da literatura.

Livraria das Bandeiras Ltda.

Rua Riachuelo, 342 — Loja 2

Fone: 36-4871 — São Paulo.

Atendemos pelo Reembolso Postal.

NOVO LIVRO DE FILOSOFIA MARXISTA

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO FORMALISMO E DAS CONTRADIÇÕES

por Álvaro de Faria

Nesta obra o autor se propõe a dar uma solução à questão que segundo o «Kommunist», órgão do Comitê Central do PCUS, é a tarefa fundamental da filosofia marxista de nossos dias: a de encontrar a unidade da dialética, da teoria do conhecimento e da lógica.

1 volume, brochura, com 410 páginas. Cr\$ 180,00

Livraria das Bandeiras Ltda. Rua Riachuelo, 342 — Loja 2. Telefone: 36-4871 — S. Paulo. Atendemos pelo Reembolso Postal.

Panorama

A Vice

A reviravolta que se deu na UDN com a renúncia definitiva do ex-governador Leandro Maciel não serviu apenas para eliminar de uma vez a manobra demagógica com que o janismo tentava ludibriar o Nordeste...

Homem tradicionalmente identificado com a UDN e não trazendo a marca de coronel do nordeste, que tanto assusta os plutocratas paulistas, o senador mineiro afasta sem nenhuma dúvida a concorrência de Ferrari na área janista.

A disputa em torno da vice deverá, dêse modo, ferir-se no mesmo campo em que se fere a luta pela presidência, com dois contendores (Jango e Milton Campos) identificados com os sistemas de força estruturais em torno das candidaturas Lott e Jânio.

Está fora de qualquer dúvida a superioridade de forças da candidatura do presidente do PTB. A apuração do pleito não trará, certamente, qualquer surpresa: deverá repetir-se, desta vez com uma margem muito maior a favor de Jango, o resultado da eleição anterior para a vice-presidência.

Salvo novas alterações, pouco prováveis, o quadro para a sucessão da vice-presidência está definido. E os seus pólos são mesmo as candidaturas de João Goulart e Milton Campos, uma vez que já não se atribui um mínimo sequer de consistência aos planos carteristas de Fernando Ferrari.

E, sendo esse o quadro, tudo tende a que se possa considerar como certa a reeleição de João Goulart — objetivo pelo qual lutam os nacionalistas e democratas brasileiros.

Almir Matos

Lott, os pernambucanos e a legalidade do PCB

Deu lugar a diferentes versões na imprensa carioca a interperação feita por um popular ao marechal Teixeira Lott, no comício recentemente realizado no Recife, a propósito da legalidade do Partido Comunista.

Em face disso, e a fim de informar corretamente os leitores sobre a resposta dada pelo orador e a reação dos assistentes ao comício, reproduzimos abaixo o trecho em que o «Jornal do Comércio» de Recife, em sua edição de 30 de abril último, relata o ocorrido:

«Que é que acha da legalidade do PC?», perguntaram no comício ao marechal Lott, que respondeu (sem erguer nem diminuir o tom de voz) ser contrário. Da grande massa presente, onde havia inúmeros comunistas, partiram sinais de desagrado. Alguns abandonaram o comício. «Esperem, pediu ele (erguendo um pouco o tom de voz, pela única vez, durante a sua oração) «sou contrário enquanto o PC fizer parte de uma organização internacional». E prosseguiu:

«A posição ocupada hoje pelo país custou muito sangue brasileiro, inclusive pernambucano; por isso é que o Brasil só pode ser governado por brasileiro, e daí a minha posição nacionalista, que não admite interferência estrangeira nos assuntos do Brasil, seja ela dos Estados Unidos, da Rússia ou da China».

A reação dos milhares de pernambucanos presentes ao comício é uma prova de que a legalidade para o Partido Comunista não é uma exigência apenas dos militantes do PCB, mas das grandes massas de nosso povo. A atitude assumida pelos assistentes do comício serviu para fazer ver ao próprio marechal Lott a amplitude dessa reivindicação democrática, à qual vêm dando apoio inúmeras personalidades de todos os círculos.

O noticiário do «Jornal do Comércio» de Recife indica, aliás, que o ex-ministro da Guerra, ao perceber o profundo desagrado criado por suas primeiras palavras, teve o cuidado de procurar justificar a sua posição, referindo-se expressamente então à «interferência estrangeira» também dos Estados Unidos. Ainda dessa vez, entretanto, o marechal Lott insistiu em repetir a velha cantilina segundo a qual os comunistas obedecem a uma «organização internacional».

Dispensamo-nos de comentar aqui o sentido obscurantista dessa posição do marechal Teixeira Lott, que já foi objeto de um artigo publicado em nossa edição anterior. Assinalamos apenas a firme atitude da população pernambucana, de luta pela legalidade do Partido Comunista do Brasil.

Os Partidos Não Ajudam Mas os Comitês Lott-Jango se Alastram no Est. do Rio

O Diretório Estadual do Movimento Nacionalista Lott-Jango, no Estado do Rio, tem sua sede numa pequena sala de sobreloja, modesta e, mesmo, acanhada, em um edifício não menos modesto de Niterói. Uma mesa, algumas cadeiras, um pequeno armário, um mapa fixado à parede — e é tudo.

as idéias e objetivos nacionalistas da candidatura Lott-Jango.

Aliança nacional e democrática

Se nosso visitante levar mais a fundo a sua observação, pedindo a lista dos membros do Diretório Estadual, e informando-se sobre a composição dos comitês instalados no interior, ficará ainda mais curioso e começará a compreender que está diante de um movimento político de grande significação.

Mas, quem pensar assim, se levar um pouco adiante a sua observação, verificará que se enganou redondamente. As bandeirinhas no mapa do Est. do Rio representam comitês nacionalistas instalados através de todo o território fluminense, e engrenados na campanha pela eleição de Lott e Jango; e elas já são muitas dezenas: já estão instalados, no Estado do Rio, 31 comitês municipais e 80 comitês distritais do Movimento Nacionalista Lott-Jango.

No interior do Estado, esta aliança de classes no Movimento Nacionalista é reforçada pela presença, cada dia mais numerosa, de um poderoso aderente — os camponeses. No município de Caxias estão em atividade quatro comitês compostos quase exclusivamente de camponeses. Da localidade de Rio das Ostras, no longínquo município de Casimiro de Abreu, o Diretório Estadual recebeu há dias a comunicação de que se formara ali, espontaneamente, um comitê de camponeses, para integrar-se no movimento.

Frieza dos partidos

Já com mais de cem comitês instalados, o Movimento Nacionalista no Estado do Rio promete e trabalha para duplicar esta cifra, nos próximos dois meses. Mas ele já está dando uma contribuição decisiva para a campanha Lott-Jango na terra fluminense. Neste Estado, a frieza com que as cúpulas nacionais do PSD e do PTB têm até agora encarado a candidatura do Marechal Lott, e que atua no sentido da paralisação da campanha eleitoral, é ainda agravada pelo fato de que o PSD e o PTB fluminenses são velhos adversários no terreno político estadual.

O Circo Janista

Uma semana depois do sr. Carlos Lacerda fazer contra o sr. Magalhães Pinto as mais graves acusações — de vendido ao governo, agente de corrupção e sabotador da candidatura de Jânio Quadros — o próprio Jânio aparecia em comícios em Minas Gerais ao lado do presidente da UDN (e do Banco Nacional de Minas Gerais). E não aparecia somente. Esbaldava-se também em elogios ao sr. Magalhães Pinto, apontando-o como um exemplo de dignidade política e fidelidade aos compromissos. Isto em Minas Gerais.

Antes, em São Paulo, Jânio havia manifestado inteira solidariedade a Carlos Lacerda, esbravejando contra a orientação dos dirigentes udenistas «que se negam a fazer oposição». Também em sua viagem ao Rio, quando a crise udenista atingia o auge, Jânio desmanchou-se em elogios a Lacerda, inclusive de público, no comício da Praça Suenz Peña.

Como dormir com um barulho desse?

A questão não é tão difícil. Trata-se de que para Jânio não interessam de modo algum os destinos da UDN, de sua direção nem de seus líderes. O que ele quer é cortejar o eleitorado. Portanto, se está em Minas, e aí a ponte para alcançar o eleitorado udenista é o sr. Magalhães Pinto, Jânio exalta Magalhães e se diz solidário com ele. Mas se em São Paulo e, principalmente no Rio, o meio para sensibilizar os eleitores udenistas é o apoio a Carlos Lacerda, Jânio não trepida em tremer a voz, com fingida emoção, nos mais rasgados elogios ao líder do Clube da Lanterna.

O Jânio magalhanista de Minas e o Jânio lacerdistas do Rio são uma única e mesma pessoa: o político oportunista, que não conhece princípios nem fidelidade a compromissos e se vale de todos os recursos, por mais ignóbeis que sejam, para atingir seus objetivos.

xxx Apesar do lema — «Não desespere, Jânio tem ai» — o ex-chefe de polícia Menezes Côrtes é hoje um homem completamente desesperado. Certo de que seria o candidato udenista ao governo da Guanabara, mas não tendo o domínio da seção carioca da UDN, a realidade é que o lançamento do nome do «coronel Bilau» está na dependência do que seja decidido por Lacerda. Aos amigos tem se queixado amargamente e, nos últimos dias, passou até a fazer ameaças.

— Afinal o Lacerda não é nenhum mandu-chuva. Nem eu sou Magalhães Pinto...



CADA SEMANA, NOVOS COMITÊS LOTT-JANGO

Mais de trezentos comitês nacionalistas Lott-Jango já se instalaram e estão em funcionamento no Estado da Guanabara. E novos comitês se instalam cada semana, dirigindo nos subúrbios e bairros dessa cidade a campanha pela eleição dos candidatos nacionalistas. No último domingo, alguns desses novos comitês foram solenemente inaugurados. Em Vigário Geral o comitê do bairro foi instalado às

18,30 horas na Praça Barbosa Lima. Em Parada de Lucas surgiu mais um comitê, cuja diretoria foi empossada em solenidade no Cine Lucas. Em Oswaldo Cruz, com a participação de grande número de populares, foi instalado num concorrido comício (foto) o comitê nacionalista, com sede na rua Carolina Machado nº 964 aptº 202. Entre outras personalidades estiveram presentes o ministro Fontes

Romero e a professora Edna Lott. O discurso pronunciado pela combativa líder nacionalista foi calorosamente aplaudido. D. Edna, além de prestar uma homenagem às mães do bairro Oswaldo Cruz, por motivo do 8 de maio, concitou todos os patriotas do local a cerrar fileiras na luta para assegurar a vitória, a 3 de outubro, dos candidatos nacionalistas Teixeira Lott e João Goulart.

Light e Exportadores Contra a Autonomia da Guanabara

A pretexto de combater os desmandos em que é tão fértil a Câmara do ex-Distrito Federal, está sendo desfechada por certos jornais — sobretudo o «Correio da Manhã» e o «Jornal do Brasil» — uma violenta campanha que visa, na verdade, acabar com a autonomia do Estado da Guanabara. De ataques à Câmara, a campanha já passou, por exemplo, a considerar ilegais todos os atos assinados pelo governador Sette Câmara.

encontrem simples interventores, com os quais mais facilmente possam obter favores e realizar fauleiras. Pelo menos dois desses grupos econômicos podem ser de logo identificados: a Associação Comercial (que, como se sabe, manda no «Correio da Manhã») e a Light. A Associação expressa os interesses fraudulentos dos exportadores de café, que devem à antiga Prefeitura um bilhão e meio de cruzeiros em impostos atrasados. Quanto à Light, são solenemente conhecidos os motivos que a levam a preferir à frente do novo Estado um interventor qualquer.

Fora de Rumo

A 2 de abril de 1917 o presidente Wilson convocou extraordinariamente o Congresso norte-americano para anunciar a declaração de guerra à Alemanha. Entre as provocações do militarismo prussiano Wilson apontava a espionagem como prática intolerável, incompatível com a democracia e admissível apenas em regímenes tirânicos. Agora a doutrina de Wilson, a respeito de espionagem, foi posta de lado pela Casa Branca. A captura de um aviador-espião nos Urals passou a ser justificada. Diante do excesso de segredos reunidos em determinado país, invocam os americanos o direito de espionagem.

Convenção nacionalista

Tais dificuldades, entretanto, não amortecem o ímpeto dos comitês Lott-Jango no Estado do Rio. Cada dia formam novos núcleos, atingem novos e mais longínquos rincões fluminenses. E preparam com entusiasmo a realização da grande Convenção Nacionalista, no próximo dia 25 de junho, no Teatro Municipal de Niterói, que terá a participação de todos os grupos e associações nacionalistas do Estado, com o objetivo de firmar um programa de reivindicações na luta pela emancipação e pela democratização do país.

Esse caso do avião abatido e capturado com o tripulante e todo o material representa para a União Soviética extraordinária demonstração de eficiência militar. Para os Estados Unidos representa uma terrível mancha em série, ou a história em quadradinhos de um fiasco. Depois do fato em si, as tentativas de explicação. Primeiro, o empenho em ocultar o ato de espionagem. Depois, a hipótese de que se tratasse de «talvez» de um avião civil desarmado (e não civil armado). Mas ninguém teria autorizado o vôo histórico. A seguir, admita-se pura e simplesmente a aventura, pois ninguém ignora que em virtude da situação internacional se praticam atividades de informações em todos os países.

Paulo Malta Lima

Ninguém se desapercebeu desse ridículo e o jornal egípcio «Al Gombourias» observa: «Os norte-americanos confinam em sua força aérea e eis que um de seus aviões é derrubado por um foguete soviético. Isso constitui um ponto culminante da história da arte militar». Na Alemanha de Bonn, ninho de militaristas e revanchistas, conhecedores, por experiência própria, de alguns pontos culminantes da recente história militar, o jornal «Der Welt», de Hamburgo, apresenta o incidente como penoso. A lógica dos gangsters é má conselheira. Sempre conduz a resultados penosos.

Primeiro de Maio

MONTE CARMELO — M. G. — (Do Correspondente) — Os trabalhadores desta cidade comemoraram o Dia 1º de Maio com um vasto programa de realizações, destacando-se a colocação de um painel de 13 metros no muro da Prefeitura. O painel foi feito, com páginas de NOVOS RUMOS e de outros jornais nacionalistas. As 17 horas houve uma reunião cívica na qual falaram vários oradores.

Rua Guarani

SANTOS (Da Sucursal) — A Diretoria da Sociedade de Melhoramentos da Vila Jaquei e Adjacências enviou um ofício ao Prefeito Municipal solicitando a sua intervenção junto à administração do Jaquei Clube e da Cia. City, para que as mesmas providenciassem o assialtamento e a iluminação da Rua Guarani. A referida rua, como se encontrava, oferecia sérios perigos à vida dos transeuntes, principalmente das crianças. A reivindicação foi atendida.

«O que vimos em Cuba»

Diversos dirigentes sindicais brasileiros, entre os quais os srs. Geraldo da Costa Matos, ferroviário, Olympio Fernandes de Melo, Wilmo Trindade de Oliveira, Osmildo Satafêrd da Silva, Armando Piani e Aluizio Palhano, bancários, participaram das comemorações do 1º de Maio em Cuba, a convite da Confederação dos Trabalhadores daquele país. Agora, por iniciativa do Departamento Cultural do Sindicato dos Bancários, será realizada em sua sede, (Avenida Presidente Vargas, 502, 22º andar), uma palestra sobre o tema «O que vimos em Cuba». O ato será no próximo dia 18, às 19 horas. A entrada é franca.

Bodas de Ouro

Uberlândia - M. G. — (Do Correspondente) — No dia 30 de abril último comemorou as suas Bodas de Ouro o casal Silvio Rugani e Margarida Rugani, assíduos leitores de NOVOS RUMOS. Antigos combatentes pela causa dos trabalhadores, o simpático casal foi alvo de carinhosas manifestações dos seus amigos de Uberlândia.

Estudos Sociais

Nº 7

Já se encontra à venda em todas as bancas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Cr\$ 30,00

Carta do Sertão

Favela do «Canta Galo», Seu pade Pado Polino: Eu vivo dispôs de vês os meus tempo de minino.

Na frente de seu vigaro quantas vez me ajudei pra li contá meus pecado. Era sempre castigado pelas vezes qui ceerrel.

«Quem roba vai pru inferno!» O pade Pado dizia. Nunca rebel, seu vigaro, tô cumprindo as profucia. Num matei meu simiante, nem minti, eu não mintia.

Mecê dizia também: «vivam todos como irmãos!» Seu vigaro, as lei do Deus deve tá com'elas são. Porém, na Merca do Norte, o mericano é tão forte qui num tem riligião.

O santo Papa pidit, pra não matá o rapaz. Dexaro deuvi o Papa pra uvi o satanas.

700 FAMILIAS NO CEARÁ LUTAM CONTRA O GRILEIRO

Coronel Quer Tomar Terras Que o Lavrador Plantou

Reportagem de ANNIBAL BONAVIDES (correspondente de NOVOS RUMOS no Ceará)

Setecentas famílias de posseiros (arrendatários) do subúrbio de Padre Andrade, na capital do Ceará, estão sob a ameaça potencial e iminente de despejo, por parte do coronel Antônio Joaquim de Carvalho, que se diz proprietário das terras.

A concretização da ameaça significaria uma das maiores grilagens de que há notícias, desde que os coronéis latifundiários, de barão e cunho, iniciaram-se na prática da rapinagem de terras, nos vastos domínios territoriais do Ceará.

Desta vez, porém, não será fácil, no potencial, consumir o plano arquitetado. E que os setecentos arrendatários, logo que se viram assediados pelos prepostos do coronel, que exigiam a desocupação pura e simples das terras, não vacilaram diante do ultimatum. Aceitaram o desafio, tratando imediatamente de organizar a defesa contra o anunciado despejo.

Um centro de produção agrícola

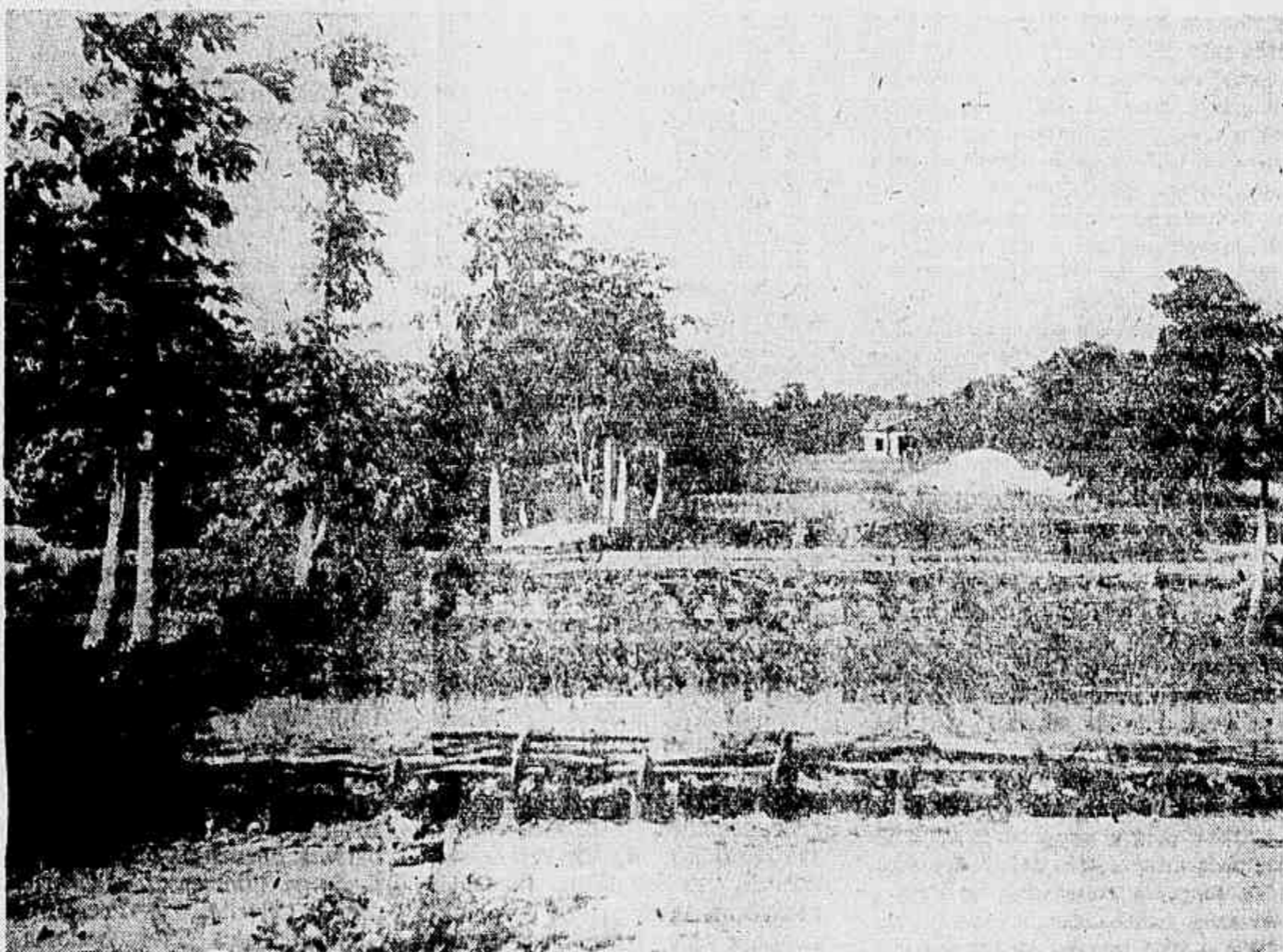
O subúrbio de Padre Andrade fica localizada entre o distrito de Antônio Bezerra e a Barra do Ceará. De vinte anos até hoje, dezenas e centenas de famílias de origem camponesa vieram se deslocando para aqueles paragens e ali foram obtendo, por arrendamento, pedaços de terra, onde se fixaram e passaram a trabalhar.

Paulatinamente, ali foi se formando um centro de produção agrícola. Cultivando a terra, organizando hortas, pomares, granjas e raçadas, os arrendatários produzem legumes, verduras e frutas que vendem, diariamente, nos mercados de Fortaleza, para o abastecimento da população. Criou-se assim, sem ajuda do Poder Público, aquilo que os candidatos a cargos eletivos tanto têm prometido, nas campanhas eleitorais, mas que, quando eleitos, não se lembraram de fazer: — o cinturão verde da Cidade.

O subúrbio de Padre Andrade é hoje uma parte desse cinturão. Os arrendatários, trabalhando a terra com sacrifício, cavando cacimbões para enfrentar a escassez d'água, nas épocas de verão ardente, transformaram aquela parte do Município numa zona aprazível, de terras sempre produtivas.

Recentemente, porém, o Prefeito Cordeiro Neto iniciou a construção de uma estrada perimetral, a qual, partindo das imediações da zona portuária do Mucuripe, contorna toda a Cidade, para ir terminar exatamente no outro extremo da orla marítima, ou seja, na Barra do Ceará. A estrada perimetral passa por dentro do subúrbio de Padre Andrade, o que contribui para valorizar muito as suas terras.

E foi assim que, mal diviso a estrada de pedra, estabelecendo novas ligações com o centro urbano, o coronel arrendador cresceu os olhos sobre as terras. Precisava expulsar os ocupantes daqueles terrenos cultivados, para que pudesse tudo lotear e vender a bom preço. E no mesmo dia em que a cobra do coronel se fez sentir, com



Antes era areia e mato

Depois vieram os homens do sertão, se estabeleceram na terra e transformaram tudo. O mato e a areia foram vencidos pelo homem: hoje a Cachoeirinha é zona rica e abastece com verdura a capital cearense. O grileiro viu a coisa e quer expulsar as 700 famílias.

intimações peremptórias, derrubada de cercas e recusa de continuar a receber os alugueis, nesse mesmo dia também começou a luta do povo agricultor em defesa de seus direitos. E uma palavra de ordem se espalhou rapidamente por toda a extensão dos terrenos: — indenização pelas benfeitorias ou retenção da posse da terra pelos arrendatários.

Uma sociedade, um advogado e a luta

Essa palavra de ordem ganhou corpo e se cristalizou numa verdadeira legenda de resistência, no dia em que mais de quinhentos arrendatários, reunidos numa grande assembleia de massa, organizaram a Sociedade de Defesa dos Moradores de Padre Andrade. Eleita a primeira Diretoria da sociedade, esta traçou, imediatamente, os planos para a luta contra os designios arbitrários e ilegais do coronel arrendador. E na mesma reunião, o autor desta reportagem recebeu a honrosa incumbência de defender na Justiça, na qualidade de advogado, os direitos dos arrendatários.

Pronunciando uma palestra sobre a questão levantada, nos seus diversos aspectos, o advogado fez ver que aos posseiros arrendatários era assegurado, nos dispositivos que regem a matéria no Código Civil e no Código de Processo Civil, a indenização pelas benfeitorias ou, no caso de recusar-se o dito proprietário a assim proceder, o direito de retenção de posse pelas benfeitorias.

Um problema social

Entretanto, salientou ainda o advogado dos arrendatários, — estávamos diante de um problema social. A questão ultrapassava os limites de uma pendência jurídica, para situar-se no plano de um problema que interessa a toda uma coletividade. Não havia dúvida a respeito do interesse indireto da população de Fortaleza, na permanência das setecentas famílias de pequenos agricultores na posse daquelas terras por elas tão afanosamente tratadas e cultivadas. A luta do povo da antiga Cachoeirinha contava, deste modo, com todas as possibilidades de êxito. Não poderia, assim, restringir-se à conquista de indenizações. O que se impõe, no interesse geral, é a permanência. Urgia então a mobilização da mais ampla solidariedade dos trabalhadores, das organizações populares, da imprensa, do parlamento, dos estudantes.

Não tardou a surgir a solidariedade, expressa no comparecimento de líderes sindicais, jornalistas, vereadores e de um deputado à segunda reunião da Sociedade. Nos dias seguintes, a questão foi focalizada com grande destaque nos jornais de Fortaleza, o deputado Pontes Nelo pronunciou um discurso na Assembleia Legislativa, o vereador Paulo Mamede anunciou a apresentação de um projeto de lei desapropriando as terras da Cachoeirinha, para que sejam vendidas, com o direito de opção de compra, aos atuais arrendatários.

Medida de reforma agrária

Como advertiu o deputado Pontes Nelo, no discurso que pronunciou na Assembleia Legislativa, seria o maior dos absurdos se permitíssemos a destruição das culturas feitas por setecentas famílias de verdureiros e horticultores, na Cachoeirinha, exatamente na hora em que, pretendendo desmembrar a terra e torná-la produtiva, é o próprio Governo Federal quem toma a iniciativa de enviar um projeto de Lei de Irrigação do Nordeste, ao Congresso, visando a modificação na estrutura agrária regional; seria vergonhoso para os cearenses, o despejo das setecentas famílias de agricultores do subúrbio de Padre Andrade, no momento em que, no vizinho Estado de Pernambuco, é aprovada pela Assembleia e sancionada pelo Governador, uma lei que manda distribuir as terras do Engenho Galiléia, com os agricultores pobres, numa autêntica medida concreta de reforma agrária. Também na Cachoeirinha, acentuou o deputado, é preciso

agir com espírito progressista, defendendo o sagrado direito à vida e a produção do povo laborioso que ali se estabeleceu.

Na Justiça e no Parlamento

E assim, graças ao movimento unitário dos arrendatários da Cachoeirinha, já organizados na sua Sociedade de defesa, e graças à intensa mobilização promovida pelas forças populares e progressistas de Fortaleza, estão amadurecendo as condições necessárias para a vitória do povo ameaçado de despejo.

Promovendo uma ação de interdito proibitivo contra a ameaça de despejo, numa das Varas do Cível, os arrendatários abriram a luta, simultaneamente nos domínios do Parlamento, uma vez que já está sendo elaborado o projeto de lei de desapropriação, o qual conta com gerais simpatias dos vereadores de Fortaleza, esperando-se que venha a ser sancionado pelo Prefeito.



O velho Miguel não sai

Um dos mais antigos moradores da Cachoeirinha, o velho Miguel está disposto a tudo para defender o pedaço de terra que cultivou com sacrifício. Entrou na associação e vai lutar com os outros lavradores contra o coronel grileiro.

Bahia: reforma do ensino

Realizar-se-á de 15 a 22 de maio, em Salvador - Bahia, o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, que congregará estudantes de toda a América Latina.

O Seminário foi organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e conta com a colaboração das duas uniões internacionais de estudantes, a COSEC e a UIE.

O temário proposto, após consulta às uniões estudantis, é o seguinte:

I — Situação da Universidade Latino-Americana — informando sobre os seguintes pontos: 1 — Número de Universidades e de alunos; 2 — Composição social da Universidade; 3 — As Ditaduras e a Universidade; 4 — Discriminação social e política nas Universidades; 5 — Situação econômica dos estudantes; 6 — Corpo docente; 7 — Equipamento técnico de pesquisa e material didático; 8 — Relação entre educação técnico-científica e humanista; 9 — Orçamento das Universidades; 10 — Universidades particulares e estatais.

II — Uma Política para a Universidade Latino-Americana: 1 — A Universidade e a sociedade; 2 — Participação e responsabilidade das Universidades na solução dos problemas nacionais; 3 — Autonomia e Reforma universitária;

III — Conteúdo Técnico da Reforma: 1 — Democratização do Ensino Superior; 2 — Programas de ensino, distribuição do tempo escolar, teoria e prática; 3 — Educação superior com relação às necessidades do desenvolvimento nacional; 4 — Organização do magistério Superior: a) Cursos; b) Vitalicidade das cátedras; c) Pós-graduação; 5 — Organizações estudantis e sua participação na direção das Universidades.

Além dos jovens latino-americanos, participaram do Seminário, como observadores, uma delegação da COSEC, uma delegação da UIE, estudantes italianos, franceses, chineses e tchecos.

CAPFESP não atende

Os ferroviários da Companhia Paulista enviaram milhares de cartas e telegramas aos srs. Juscelino Kubitschek, João Goulart e ao Presidente da CAPFESP reclamando contra a falta de assistência médica e hospitalar. Os ferroviários protestaram contra a decisão do delegado da 8ª Região da CAPFESP, sr. Lourival Melo, que suspendeu os benefícios que lhes eram prestados na Casa de Saúde Dous Córregos. A 1ª e hoje, entretanto, ainda não foram atendidos.

Festa campestre

Está programada uma grande festa campestre para o próximo dia 29, das 8 às 17 horas, na aprazível Fazenda São Bento, em Caxias. Dotada de uma grande piscina, crianças e adultos encontram em São Bento, horas de alegria e prazer. Um grande baile e um monumental show animados por artistas profissionais darão maior alegria aos excursionistas que encontrarão, em Caxias, ônibus das linhas Saracuruna-Campos Eliseos, Parada Angélica, Piabetá, Boa Sorte, Belfort Roxo (via lote 15), Raiz da Serra, por Cr\$ 5,00, e Mantiqueira, por Cr\$ 7,00. Todos ao lado da Praça 23 de Outubro. Os convites para essa grande festa podem ser encontrados na Gerência de NOVOS RUMOS.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavallenti
Redator-chefe — Orlando Bonfim Jr.
Secretário — Fragmon Borges
REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel.: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semestral > 130,00
Trimestral > 70,00

Aérea anual, mais Cr\$ 100,00; semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.

Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado > 8,00



Beneficiam-se os trabalhadores soviéticos

Em seu discurso de abertura da sessão do Soviet Supremo da URSS recentemente realizada, Kruschov fez um rápido balanço do desenvolvimento econômico da União Soviética nestes últimos anos. Pontos principais:

— Em relação a 1953, a renda nacional da URSS quase dobrou em 1959. Desta renda nacional, três quartos são dedicados a satisfazer as necessidades materiais e culturais do povo.

— Em oito anos, de 1953 a 1959, os rendimentos reais dos trabalhadores das cidades aumentaram em 45%, e os dos trabalhadores do campo em 64%.

— A 1º de abril deste ano, 16 milhões de trabalhadores já estavam sendo beneficiados com a jornada de trabalho de 6 e 7 horas. Até o fim do ano todos os trabalhadores serão beneficiados pela nova jornada, sem qualquer redução do salário.

Supressão dos impostos

Cumprindo o plano aprovado no XXI Congresso do Partido Comunista da URSS, Kruschov anunciou o início este ano da supressão dos impostos sobre os salários dos operários e empregados. A supressão será iniciada a 1º de outubro e completada em 1965, ano final do Plano Setenal de desenvolvimento econômico da URSS. Os primeiros a se beneficiarem serão os operários e empregados que recebem salários inferiores. Quando a supressão estiver inteiramente aplicada, cerca de 60 milhões de trabalhadores verão seus salários aumentados numa quantia total de 74 bilhões de rublos por ano, isto é, quase 3 trilhões de cruzeiros.

Em vista do grande crescimento da economia soviética, que fez com que os cálculos econômicos tenham que ser feitos com centenas e milhares de bilhões de rublos, o Soviet Supremo resolveu multiplicar por 10 o valor do rublo, sem qualquer prejuízo para as transações internas ou externas da URSS.

«O Brasil e a conferência de cúpula»

Prossequindo a série de palestras sobre Problemas Nacionais realizada sob o patrocínio do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e do Sindicato dos Professores, falará na próxima terça-feira, dia 17, às 18 horas, sobre «O Brasil e a Conferência de Cúpula», o jornalista Maurício Caminha de Lacerda.

A conferência será realizada na sede do Sindicato dos Professores, na Avenida 13 de Maio, 13, sala 402. Entrada franca.



Queria seduzir as marcianas

O piloto-espião norte-americano levava consigo, além de grande quantidade de dinheiro, vários brincos, anéis e outras jóias. — Será que ele queria seduzir as marcianas? perguntou Kruschov em seu discurso de encerramento da sessão do Soviet Supremo. Kruschov ironizava

com o fato de que o piloto Powers levava todas estas quinquilharias num voo a mais de 20 mil metros de altura. Os observadores militares ocidentais, citados pelas agências capitalistas, se surpreenderam com a revelação feita por Kruschov, e confirmada por outros mi-

litares soviéticos, de que o avião tinha sido identificado pelos aparelhos de radar e destruído por um foguete quando voava a uma altura, para esses observadores, é absolutamente impossível seguir pelo radar e abater com um foguete um avião

voando tão alto. Mas, como disse Kruschov, que os enviem ainda mais alto e mesmo assim os abateremos, pois temos armas capazes de fazê-lo. Na foto, Kruschov quando denunciava no Soviet Supremo o ato de pirataria dos Estados Unidos.

Avião Norte-Americano Foi, Viu e... Caiu

Reportagem de FAUSTO CUPERTINO

Em Moscou eram cinco e meia da madrugada de 1º de maio. Nas cidades soviéticas começam os preparativos para os desfiles civis e militares. A Praça Vermelha recebe as primeiras pessoas que vêm garantir seus lugares para assistir às comemorações. A mil quilômetros dali, perto de Sverdlovsk, um avião sem sinais de nacionalidade, vo-

ando a 20 mil metros de altura, tira fotografias de objetivos militares. Na terra, o sargento Fedorov, chefe de um grupo de artilharia antiaérea, recebe a ordem de abater o avião. Segundos depois, parte o foguete antiaéreo e num abrir e fechar de olhos explode junto ao avião. Acabou o «passelo» do piloto Francis Powers, espião norte-americano que decolou de uma base militar dos Estados Unidos na Turquia e se dirigia para a Noruega.

Durante quatro horas, o comando militar soviético acompanhou o voo do avião de espionagem. Finalmente, depois de consultar Kruschov, foi dada a ordem de abate-lo. O aparelho, que devia fornecer informações militares aos Estados Unidos, cumpriu sua missão, embora não tenha conseguido chegar ao seu destino. Segundo alguns informantes militares norte-americanos, o piloto Powers estava encarregado de verificar qual a situação atual das bases de foguetes soviéticos e de sua eficiência. A resposta à pergunta do Pentágono foi bastante clara: nenhum avião ou foguete conseguiu entrar em território soviético sem ser percebido, por mais alto ou rápido que voe, e nada poderá evitar sua destruição. Se era isso o que o Pentágono queria saber, ficou sabendo.

Fala ou não fala?

Curir Vosprezhnaya, disse Mikhail N. Berman, presidente do soviet para o qual foi levado Powers, quando ele ia acender um cigarro. O leitor possivelmente não sabe o que isto quer dizer. Powers, que desde o momento em que foi sequestrado e levado para a soviética por camponeses que o viram descer de paracadedas deu a entender que não falava russo, também não devia ter compreendido. Ouvindo Berman dizer em russo, é proibido fumar, esqueceu que não falava russo e deu seu último «foras»: guardou o cigarro. Daí em diante não havia mais jeito senão confessar que era um espião norte-americano.

Powers trazia consigo grande quantidade de dinheiro em várias moedas, inclusive 7.500 rublos (300 mil cruzeiros). Além disso, tinha em seu poder vários relógios, anéis, moedas de ouro, etc., o que levou Kruschov a perguntar: «Será que isto era para diminuir o peso do avião, ou para conquistar as marcianas? Tinha ainda uma pistola calibre 45 com silenciador, um punhal e uma agulha envenenada. Em outras palavras, Powers tinha material suficiente para tentar subornar e liquidar cidadãos soviéticos que descobrissem que ele era um espião e, em último caso, poderia se suicidar. Apesar de tudo isto, não conseguiu escapar à rede à qual foi enviado pelos chefes militares dos Estados Unidos, a duas semanas da conferência de cúpula.

Primeiro ato: preparação

Fracassado o ato de espionagem, os chefes do Pentágono enfiaram a cabeça na areia, como bois avestruzes, e esperaram o que ia acontecer, sem saber que eles é que tinham feito o triste papel na peça. No dia 5 de maio, perante o Soviet Supremo, Kruschov revelou que um avião de espionagem, provavelmente norte-americano, tinha sido abatido em território soviético, jogando verde para colher dinheiro. Kruschov nada disse sobre o piloto. De início, o Departamento de Estado americano declarou nada saber sobre o assunto

Depois de uma reunião do Governo, entretanto, o porta-voz oficial da presidência, Hagerly declarou que «talvez se tratasse de um avião que decolou da base aérea norte-americana de Adana, na Turquia, para colher informações meteorológicas. Ganhando confiança, o Departamento de Estado publicou a seguir um comunicado oficial dizendo que o avião modelo U-2 desaparecido estaria violando acidentalmente o espaço aéreo soviético, tendo o piloto talvez perdido os sentidos em consequência do não funcionamento do mecanismo de fornecimento de oxigênio, o que, aliás, teria sido comunicado pelo próprio piloto à base de Adana.

Nesta altura, os Teófilos de Andrade, Paulo de Castro e Raül Fernandes de tudo o mundo gritavam a uma só voz: «causado! derrubar um avião desgovernado e depois fazer todo este alvoroço, às vésperas da conferência de cúpula!». Fundando na declaração do Departamento de Estado como se fosse a mais verdadeira de todas as verdades, a imprensa reacionária atacou a União Soviética por ter derrubado um avião «pacífico» dizendo que se tratava de espionagem. Fim do primeiro ato.

Segundo ato: caem as máscaras

A 7 de maio, Kruschov levanta a outra ponta do mistério do piloto: Powers estava vivo na União Soviética e tinha confessado que sua missão consistia em atravessar o território soviético de sul a norte, partindo da Turquia até o aeroporto de Bodde, na Noruega, para tirar fotografias de aeroportos, bases militares e outros centros militares e econômicos da URSS. Provando suas afirmações, Kruschov exibiu fotografias de objetivos soviéticos tiradas por Powers, além das armas e outros objetos que ele tinha em seu poder.

Deixando cair as máscaras, o Departamento de Estado e a Casa Branca reconheceram que tinham mentido à opinião pública mundial: o avião era realmente de espionagem e tinha penetrado na Agência Central de Inteligência (espionagem) e da Administração Nacional da Aeronáutica do Espaço (NASA). Ao contrário, seguindo uma lógica de bandidos que daria inveja aos maiores gangsters de todos os tempos, o governo norte-americano começou a defender seu direito de levar a cabo atos de espionagem contra a União Soviética.

O próprio secretário de Estado dos Estados Unidos, Christian Herter, declarou no senado que desde 1947 o governo norte-americano lançou mão de estudos os meios possíveis para adquirir informações militares sobre a União Soviética, inclusive uma extensa vigilância aérea, isto é, mediante espionagem aérea.

Terceiro ato: fim de farsa

Segundo os governantes lanques, essa espionagem é a contribuição dos Estados Unidos para evitar o desenrolar de uma nova guerra, e deixou bastante claro que os vãos sobre território soviético, no que dependeu dos Estados Unidos, vão continuar. Por incrível coincidência, o presidente Eisenhower anunciava que deverão ser reanalisadas antes do fim do ano as experiências subterrâneas dos Estados Unidos, contrariamente ao que tinha sido

prometido na declaração conjunta Eisenhower-Macmillan.

Insistiu também o governo norte-americano na afirmação de que a espionagem era «natural» nos dias de hoje, querendo dizer com isso que ainda não desistiu do clima de guerra fria. Ao mesmo tempo, as declarações do Departamento de Estado acusam, sem apontar nenhum fato, a União Soviética de praticar também a espionagem contra os Estados Unidos. De um momento para o outro, os círculos políticos e a imprensa ligada ao imperialismo começaram a caçar aviões soviéticos por todos os lados, sem qualquer êxito porém. O chefe do Estado Maior das forças aéreas do Canadá, em visita aos Estados Unidos, não escondeu à avulso e teve que responder que embora se fale muito de aviões soviéticos no Canadá, até hoje ele não conseguiu ver nem um.

De uma ou de outra forma, o descontentamento nos meios ligados à máquina da guerra fria era evidente. Adenauer, chefe do governo da Alemanha Ocidental, achou que tinha chegado a hora de dar sua «contribuiçãozinha» à guerra fria e fez uma declaração sensacional: há muitos anos já que a URSS vem fazendo vãos a altitudes elevadíssimas sobre os EUA e a Alemanha Ocidental. Pela segunda vez o Departamento de Estado era «furado», em uma semana...

A desmoralização

Como disse Kruschov, o governo norte-americano, oscilando entre a lógica de bandidos do «vale-tudo» e a defesa dos princípios políticos e morais do mundo livre, está como aquela moça que dizia: «Eu sou uma moça honesta, mas tenho um filho nascido de um casamento não sacramentado. Finalmente, sou mesmo uma moça honesta, ou não? Dizemos, por isso, aos norte-americanos: era um avião de espionagem e o derrubamos. Vocês estão numa emburalhada, mas o problema não é nosso. É preciso que tenham a coragem de dizer: — Sim, esse ato vergonhoso foi cometido e é uma vergonha para os EUA, pois o mundo inteiro vê a desonra dos que cometeram esse ato revoltante de agressão». Fora disso, os Estados Unidos terão que defender, inclusive na ONU, a pirataria e o banditismo internacional.

As declarações oficiais e extra-oficiais dos EUA procuraram reafirmar qualquer responsabilidade do governo, afirmando que os atos de espionagem seriam por conta dos militares. Diz então Kruschov: «Diz-se que os responsáveis são os militares, mas... serão os militares? Que espécie de governo é esse, ao qual os militares contradizem? E se é assim, por que o governo tolera esse procedimento? Se algum de nossos militares ousasse fazer tal coisa, não poderíamos deixar de puxar-lhe as orelhas. Compreendam-me bem, se cada um puxa para um lado, como se pode falar de Estado? Que confiança pode inspirar a política de tal país?»

Lado sério da farsa

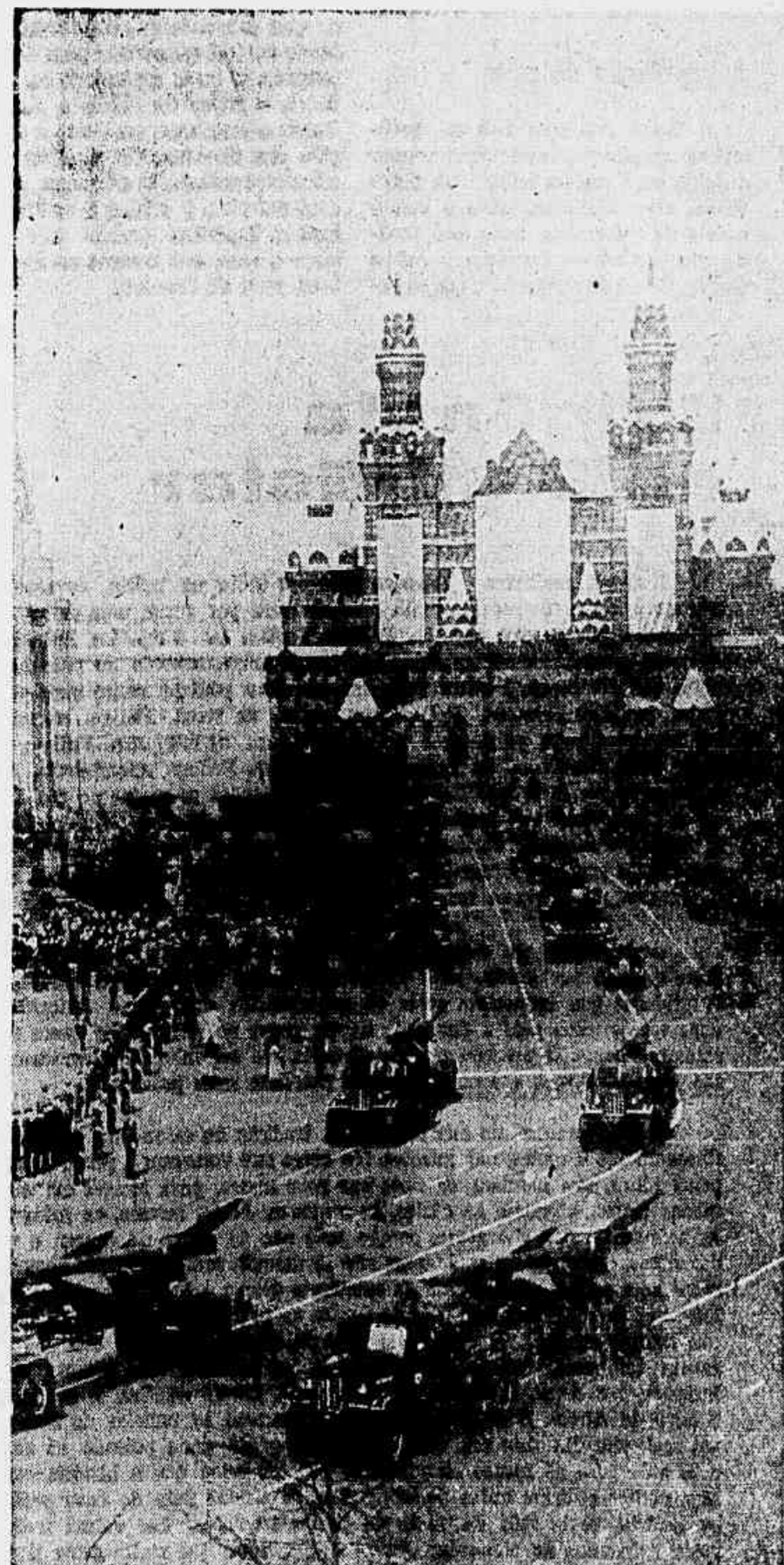
Os governos da Turquia, Paquistão e Noruega declararam oficialmente que não tinham conhecimento dos vãos de espionagem realizados a partir das bases norte-americanas em seus países e mantiveram aberto um inquérito para apurar a veracidade das acusações soviéticas, quando o país norte-americano denunciou a existência de espionagem quando se comprovou

o fato. Cúmplices conscientes ou não dos Estados Unidos, os governos que cedem bases aos EUA têm que levar em conta a advertência feita pelo marechal Malinovski, ministro da defesa soviético, de que temos o direito de tomar medidas contra os agressores, atacando estas bases e destruindo-as totalmente.

Diante da advertência soviética, os Estados Unidos disseram que honrarão seus compromissos: defenderão esses países; isto é, em outras palavras, parece que o governo norte-americano está mais disposto a provocar uma guerra mundial do que a desistir da guerra fria e seus expedientes, inclusive a espionagem. Mas, nesse caso, os Estados Unidos terão que cuidar e de si mesmos. Em nota oficial entregue pelo chanceler soviético Gromiko, o governo da URSS advertiu os Estados Unidos de que será obrigado a adotar represálias caso continuem os atos de agressão que o Departamento de Estado defende descaradamente. E, como disse Kruschov certa vez, quando os foguetes começaram a zunir, será muito tarde para voltar atrás.

Condenação mundial

Só há duas maneiras para resolver os problemas mundiais: a guerra ou as negociações. E para fazer (e vencer) a guerra, é preciso ter o apoio da opinião pública e superlatividade militar. Corescândulos ou desconfiados de que os EUA não têm nem um nem outro, mesmo os círculos políticos do mundo capitalista, com exceção dos Jóias Neves da Fontoura, começaram a pôr as barbas de molho diante da política americana. O Kremlin disse a verdade: o Departamento de Estado mentiu, diz o «Estado de São Paulo»; os Estados Unidos não têm condições para liderar a Ocidente, diz o «Journal do Brasil»; incidente imperdoável, diz o «Daily Telegraph»; enquanto o «Daily Sketch», também conservador, dá graças porque Kruschov não apertou, como represália, os botões das operações bélicas; sabotagem de liberdade da conferência de cúpula, diz o trabalhista «Daily Herald»; «lamentável», diz o conservador «Der Welt» de Hamburgo, e assim por diante. Enquanto isto, um punhado de atucalados tipo Pena D'ágo procura convencer os menos avisados de que Powers é um agente soviético que roubou um avião americano para tentar caluniar os EUA, baluarte da civilização cristã ocidental, ou algo semelhante. Mas são esses mesmos cruzados que inventam submarinos misteriosos e pediriam uma guerra santa se o avião de espionagem fosse soviético...



Os foguetes da Praça Vermelha

Pouco depois que um foguete soviético destruiu o avião-espião dos Estados Unidos, seus «irmãos» mais velhos e mais novos eram, ao lado de dois enormes canhões atômicos, o centro das atenções no desfile militar da Praça Vermelha.

O livro de Astorjildo Pereira «MACHADO DE ASSIS» Encontra-se à venda na FEIRA DE LIVROS com 20% de desconto Barracas da Livraria São José e da Editorial Vitória



Me dá uma mãozinha aí

As praças de esporte são reivindicação juvenil também na Guiné. Em grupos voluntários de trabalho, os moços dedicam suas horas vagas para construir o que a dominação colonialista lhes negava. As vezes a pedra pesa muito, e os braços femininos não podem arcar sozinho com a tarefa de removê-la. E a solidariedade masculina ocorre para apressar o serviço.

NOVOS RUMOS



Sexo frágil, mas nem tanto

A juventude da Guiné, organizada pela seção da J.R.D.A., empenha-se com todo entusiasmo no enorme esforço que se vem desenvolvendo para tirar o país do atraso em que vivia. Prova disso é a participação das moças — que há dez anos viviam nas terríveis condições impostas à mulher num regime semifeudal — em todos os aspectos da vida econômica, social e política da Guiné. A foto nos mostra um grupo de jovens guineanas que, a exemplo dos homens, aprendem todos os segredos do manejo das armas de fogo, com o que estarão aptas a combater em qualquer terreno, inimigos eventuais.

Guiné: 60 Anos de Luta Contra as "Delícias" do Colonialismo

De Marco Antônio Coelho,
Enviado especial de NR

Duas horas apenas separam Dakar de Conakry, mas para quem viaja de avião são 120 minutos cheios de interrogação e curiosidade. Enquanto Dakar é o pouso normal da rota Rio-Lisboa, a viagem Dakar-Guiné assume a feição do verdadeiro contato com a África, isto é — o continente negro sem os colonialistas.

A medida que o avião da «Air France» vai baixando, acompanhando mais ou menos a orla do litoral, como brasileiro relembramos mentalmente da costa do nosso Nordeste. É o mesmo clima, a mesma vegetação, embora em certas zonas surjam florestas tropicais densas. Chega-se, assim, a um dos mais novos Estados do mundo com a sensação de encontrarmos-nos no norte ou no nordeste, de nossa Pátria mas povoada por uma gente mais escura que, cheia de entusiasmo e alegria, dá os seus primeiros passos como povo soberano, independente e com grande confiança em seu futuro.

Luta secular contra o colonialismo

Não é possível entender o que se passa na Guiné dos nossos dias sem voltarmos um pouco para o passado. Os estudos recentes dos historiadores do jovem país assinalam a participação da Guiné no famoso Império de Ghana, que teve seus momentos de apogeu nos séculos X e XI. Grande parte do ouro que fez a riqueza daquele Império saía da Guiné, através dos comerciantes ghanenses. A decadência do império sobreveio a organização de outro poderoso Estado: O Império do Mali, do qual fazia parte a região montanhosa da Guiné. E foi o Império do Mali que levou o Islamismo para o coração da África Negra, substituindo, em grande parte, o animismo dos seus primitivos habitantes.

Com as grandes navegações do século XV, chegam às costas da Guiné os portugueses e, posteriormente, os espanhóis, os franceses e ingleses, iniciando uma luta que dura até os nossos dias: dos colonialistas contra as populações e estados nativos. Na segunda metade do século XIX é a corrente imperialista que começa, conseguindo os franceses a preponderância num país enfraquecido pelas rivalidades feudais.

A gloriosa luta de SAMORY TOURE

Entre os anos de 1870 e 1875, um soldado audacioso e patriota constitui um Estado organizado na região hoje

denominada de Alta Guiné (Planalto Central). Chamava-se ele SAMORY TOURE. Aos franceses foram necessários sete anos (1891-1898) para esmagarem a feroz resistência dos soldados de SAMORY, que somente foi vencido pela traição. Deportado para o Gabon, morre no exílio, no ano de 1900, afirmando que seu neto alcançaria aquilo que ele perseguia — a independência da sua pátria. Verdade ou não, lenda ou História, a previsão foi exata. Coube ao seu descendente — SEKOU TOURE — a missão de tornar a Guiné Livre do imperialismo francês.

O Jugo Colonial

Os 60 anos que a França dominou a Guiné foram décadas da mais cruel opressão, da exploração mais rapace e primária daqueles dois milhões de africanos. Não obstante as grandes riquezas naturais, a Guiné era a mais pobre entre todas as outras colônias da antiga África Ocidental Francesa. Isto chegou a tal ponto que, apesar de possuir dentro da A.O.F. as melhores terras para a produção agrícola, a Guiné não podia sequer abastecer a sua população de arroz, elemento básico da sua alimentação.

As taxas de «capitação» com os seus acréscimos constantes; a cultura obrigatória dos «campos dos comandantes» do Exército colonial; o trabalho forçado e não pago para a construção e manutenção das estradas de ferro, de rodagem e de edifícios para a administração; o recrutamento militar e imposto de sangue para as duas guerras mundiais, a subalimentação e a fome periódica — tal era o quadro do regime colonial.

Em 1951, a renda nacional «per capita» era calculada em pouco mais de 30 dólares anuais. Ao lado disso, as escolas e os hospitais só eram acessíveis a uma pequena minoria de privilegiados.

A colonização francesa teve, entretanto, aspectos positivos. Realizou a integração da Guiné no mundo moderno e conduziu o país para dentro do movimento de libertação nacional, para a tomada de consciência, que se manifestou a partir de 1946 com a formação do Partido Democrático da Guiné.

A população do país

A Guiné com seus 260 mil quilômetros quadrados, está praticamente dividida em 4 regiões naturais: A Baixa Guiné, zona litorânea, entre o mar e cadeia de montanhas, onde está situada sua Capital — Conakry; a Média Guiné, cadeia de montanhas, que se de-

nomina Fouta-Djalón, que varia de uma altitude de 500 a 1.500 metros, onde nascem os grandes rios do Ocidente africano; a Alta Guiné, região seca do planalto e a Guiné Florestal, na fronteira da Libéria e da Costa do Marfim.

Sua população, que chega atualmente a quase 3 milhões de habitantes, divide-se em vários grupos étnicos, falando línguas diversas, com hábitos e costumes próprios. Na Baixa Guiné, os Nalou, os Baga, os Sandouman e os Soussou. Esses últimos impuseram a sua língua em toda a região. No Fouta-Djalón estão os Peulhs e os Diankeles, sendo que os primeiros vieram do Sudão e foram os que trouxeram o Islamismo. No planalto vivem os Tendés e na região das florestas os grupos: Kissi, Manon, Guaré e Kono.

Falando várias línguas, toda a escrita porém, em francês, que é a única utilizada por todos.

Conforme explicou-nos um comerciante sírio, em Conakry, é fácil identificar-se o grupo étnico a que pertence cada pessoa. Pode-se ver nas feiras de cada um, uma cicatriz característica. As vezes são dois talhos curtos, outras vezes é um círculo, ou um largo talho.

Em relação ao continente africano, a Guiné tem uma população densa. São 11 habitantes por quilômetro quadrado. Mas na região de Fouta-Djalón o índice sobe para 50 habitantes.

A economia e as riquezas da Guiné

As riquezas naturais da pátria de Seku Toure são relativamente grandes. Terras férteis apropriadas para a lavoura, especialmente do arroz na região litorânea, que é muito úmida (média pluviométrica anual — 435 mm). Florestas não exploradas e muitos recursos minerais, como o ferro, o manganês, ouro, diamantes, a bauxita (maiores depósitos do mundo) etc.; imensa possibilidade de utilização de energia hidráulica.

Entre todas as colônias da A.O.F. a Guiné era aquela onde a economia mercantil era a menos desenvolvida e na qual predominava a pequena economia natural camponesa para o autoconsumo. O arroz é plantado na Baixa Guiné; o milho na Média e na Alta Guiné; a mandioca, na Baixa e na região das florestas. Os produtos agrícolas exportados são: a banana, o abacaxi, palmitos, o café, e a essência de laranja. Exportam também ouro, diamantes, ferro e a bauxita da ilha dos Loos, perto de Conakry.

Exigência de Bem-Estar

Homens, mulheres e crianças rezavam todas as noites, durante a trinta e um dias do mês de maio. Não rezavam por rezar, nem desinteressadamente, por simples devoção. Pediam, pediam em compridas ladainhas. As vozes pausadas e aflitas eram ouvidas de longe, oculto no silêncio da noite que começava. Pediam pelos mortos. Mas pediam muito mais pelos vivos, por eles mesmos. Pediam um palmo de terra. Pediam sementes. Pediam cura para as doenças e remédios para os doentes. Pediam um lugar para ficar com os filhos. Pediam chuva. Pediam misericórdia. Muita avó costumava dizer que eles pediam tanto a todos os santos do céu, mas se os fazendeiros não lhes dessem alguma coisa morreriam de fome. Mas os fazendeiros, para deixá-los vivos, tomavam-lhes todas as coisas que pediam aos santos. Costuma perguntar-lhes, irrevorentemente e divertido, nos dias de seca: Cadê a chuva que vocês pediram?

Aquela reza era uma forma, a única forma de que dispunham para falar de seus problemas, para apresentá-los. Um coro de necessidades. As autoridades que conheciam eram os proprietários das terras. Autoridades duas vezes: pelas posses dos bens e pelo poder do governo de quem nem sabiam o nome. O governo era tão distante, tão estranho, tão desconhecido, tão inacessível, que até os santos lhes pareciam mais próximos.

Havia, também, no mês de maio, a tradição do casamento, como aqui. Casavam aos magotes, nas missões. No outro ano voltavam a rezar, pedindo pelos filhos, que nasciam de nove em nove meses, para morrer em muito menos tempo. Morriam às dúzias, às centenas. Assim mesmo, as mães não se acostumavam e choravam, porque não se cansa de querer a vida dos filhos. Casavam em maio, mas não se desquitavam nos meses seguintes, como aqui porque nem sabiam da existência desses atos. E repartir, o quê? Miséria? Bem ou mal iam pedindo juntos as pequenas coisas que os santos não davam nunca... E continuavam pedindo, com a paciência dos que não sabem que, nesse mundo de hoje, como no passado, não adianta pedir. Exige-se bem-estar. É o que faz o povo da Coreia do Sul, E o que faz o povo da África. E o do Japão, de acordo com as notícias do mês que vai andando. Há dois mil anos que muita gente anda pedindo as coisas que, até agora só foram conquistadas com as lutas que a história conta. Mas muitos pediram antes de lutar. E se eu tivesse jeito de fazer pedidos, só pediria, neste mês de maio de tantas tradições, que outras notícias sobre exigências de bem-estar fossem transmitidas, que muita gente tivesse meios de constituir novos lares e que os homens, as mulheres e as crianças, que rezam todas as noites, durante trinta e um dias, comessem a exigir as coisas que pedem, aflitadamente, e não receberam até hoje.

Por obra e graça da corrupção

Jânio: Tostão de Ontem, Milhões de Hoje

«Sujo por fora
e ainda mais
sujo por dentro»

(de um artigo de Carlos Lacerda em 1955)

Candidato a prefeito de São Paulo, a campanha eleitoral de Jânio Quadros teve por lema — «O tostão contra o milhão». Era a campanha de um homem de origem humilde, que fazia da sua anunciada pobreza o grande trunfo para a conquista do eleitorado. Mais tarde, candidato a governador, Jânio iniciou a sua nova campanha fazendo uma declaração de bens. Dizia então que a sua fortuna se limitava a um depósito bancário de 20 mil cruzeiros, um rádio, uma televisão e uma casinha hipotecada.

No entanto, mal terminavam os seus quatro anos de governo, Jânio Quadros, levando consigo mais cinco pessoas, realiza durante sete meses, por quase todos os países da Ásia e Europa, a mais espetacular e dispendiosa viagem de turismo que certamente já fez um político brasileiro. Cálculos nada exagerados estimam que esse passeio tenha custado 29 milhões de cruzeiros.

Como explicar o milagre da multiplicação dos tostões?

Nos artigos que Carlos Lacerda publicou em 1955 sobre Jânio (antes de ganhá-lo para o golpe) há muitos elementos que ajudam a compreender esse aparentemente estranho milagre. Sobretudo os artigos que se referem à corrupção de Jânio — «sujo por fora e ainda mais sujo por dentro».

A passagem de Jânio pelo go-
verno da capital e do Estado de São

Paulo está marcada por graves acusações de peculato — furto de dinheiro dos cofres públicos por quem os guarda ou administra. Corre ainda no Supremo Tribunal Federal um processo movido pela Prefeitura de São Paulo contra Jânio, no qual o antigo prefeito é acusado de subtrair e concorrer para que fossem subtraídos recursos do município «tanto em benefício próprio como alheio».

Trata-se do famoso panamá conhecido como «Plano de Emergência». Em 1953, Jânio obteve da Câmara Municipal 200 milhões de cruzeiros para despesas com o calçamento de ruas e outros melhoramentos. O dinheiro foi esbanjado ninguém sabe como. Para cobrir o rombo, mas alegando a necessidade de outras melhorias na cidade, o prefeito pediu à Câmara novo crédito de 200 milhões. Surpreendidos, os vereadores de São Paulo passaram a examinar o caso. Descobriu-se então não só que se desviara a maior parte dos primeiros 200 milhões (cujas contas, apesar de pedidos, não foram prestadas por Jânio), como também que as obras para as quais era solicitado o segundo crédito já estavam feitas. Era crime evidente de peculato, que logo mais arrastaria Jânio às barras do Supremo Tribunal.

Um detalhe de singular interesse é que, no processo em curso no STF, consta um ofício do prof. Carvalho Pinto, então secretário das Finanças da Prefeitura paulista, com a afirma-

Finge de morto para enganar os tolos

ção de que foram «lavrados vários contratos de empreitada em condições e montante que se evidenciaram desde logo incompatíveis com as leis vigentes».

Parece ter se iniciado aí o milagre da conversão dos tostões em milhões.

Falcatruas semelhantes verificaram-se com a presença de Jânio na chefia do governo estadual. Foi a que o Tribunal de Contas de São Paulo deixou perfeitamente claro ao julgar as contas de governador referentes ao exercício de 1958. Já não queremos aqui nos referir ao déficit de 4 bilhões e 500 milhões deixado por Jânio, mas às criminosas irregularidades apontadas pelo próprio Tribunal de Contas. O relator do processo no T.C., ministro Alcindo Bueno de Assis, ao fazer a verificação das contas, mencionou inúmeras despesas excedentes do crédito autorizado e mesmo sem dotação alguma, apontando ainda vários pagamentos realizados em excesso, em relação à requisição respectiva. Na conta «diversos responsáveis» aparece entre os devedores uma pessoa falecida (possivelmente haveria outras) e a «Mordomia dos Campos Eliseos», esta última responsável por \$1090.000,00. Isso levou o perito a indagar: «Quem é por acaso o responsável? Algum funcionário da Mordomia? Que tipo de responsabilidade é esta?».

O fato é que, em virtude dessas e outras irregularidades, deixaram de ser aprovadas, só no exercício de 1958, cerca de 150 milhões de cruzeiros. Mas a mesma coisa vinha acontecendo nos anos anteriores, como advertiu o próprio presidente do Tribunal de Contas, sr. Moura Rezende, depois de confirmar perante os ministros do T.C. que atingiram a um total impressionante as despesas feitas pelo governo de Jânio Quadros, em 1958, sem qualquer autorização.

Muitas outras trapacas poderiam ser citadas. Lembremos mais três apenas, das mais conhecidas.

— escândalo do asfaltamento. Em 1955 foi assinado o contrato nº 505 entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a «Ipiranga Construtora S.A.» para a pavimentação de 1.100 quilômetros de estradas em 22 meses. Passados 2 anos, apenas 5 quilômetros estavam asfaltados. Mais de metade das 50 mil toneladas de asfalto encomendadas à Shell-Mex foram inutilizadas. O prejuízo para o Estado elevou-se a mais de 100 milhões de cruzeiros. Nas vésperas da campanha eleitoral de Carvalho Pinto intensificou-se a pavimentação. Dias depois, porém, as estradas estavam lá das esburacadas, muitas delas intransitáveis. Por quê? A negociata veio a furo: a pavimentação foi feita com uma espessura de asfalto três vezes menor do que o previsto. A diferença foi para o bolso dos empreiteiros, amigos e cabos eleitorais de Jânio Quadros;

— plano hidrelétrico. Basta aqui reproduzir o trecho de um editorial da «Folha da Manhã» de 31 de janeiro de 1959: «A execução do plano hidrelétrico foi moralmente comprome-

Farsante consumado, Jânio Quadros não vacila até mesmo em se fingir de morto, contanto que isso seja necessário para escapar à vigilância do povo e enganar os incautos. Mas do que Jânio gosta é mesmo de se fingir de «moralizador dos costumes» e inimigo da corrupção. Pura farsa, no entanto. Jânio é responsável por vários assaltos aos cofres da Prefeitura e do Estado de São Paulo, tendo sido arrastado por um deles às barras do Supremo Tribunal Federal. Protegendo contrabandos e acobertando a jogatina do Jockey Club, Jânio desviou fabulosos recursos do Estado para financiar a campanha do seu amigo e sucessor Carvalho Pinto.

tida pela entrega da construção da usina de Itararé, no valor de mais de 5 bilhões de cruzeiros, sem concorrência, a determinada firma;

— escândalo da estreptomina.

Em 1958, graças a insistentes denúncias do dr. Manuel de Paula Cordeiro, verificou-se que há 18 meses, o Estado vinha distribuindo para os hospitais de tuberculosos estreptomina que, além de adulterada estava sendo comprada a 35 cruzeiros a grama, quando o preço na praça era de 10 cruzeiros. A falcatrua custou ao Estado 100 milhões de cruzeiros. Era secretário da Saúde de Jânio o sr. Franze Carlos, irmão de Etilio Carlos, presidente do PTN. Quanto a Jânio, mandou arquivar o processo resultante da denúncia e punir o denunciante...

Corrupção eleitoral

Fantasiando-se de «moralizador dos costumes», a verdade é que Jânio está acostumado a eleger-se e eleger os seus amigos à base da mais desbragada corrupção política. O mal é antigo, acompanhando-o desde o pleito para a Prefeitura paulista. Não foi contestada até hoje, por exemplo, a denúncia de que Jânio Quadros, às vésperas de sua eleição para prefeito, encontrou-se na residência do sr. Humberto Casciano, à rua Glória nº 200, com três emissários do PSP, que lhe entregaram 850 mil cruzeiros em troca do compromisso de, se eleito, dar-lhe duas secretarias. Como garantia, Jânio passou para as mãos dos emissários dois decretos em branco com a sua assinatura, cujos originais se acham em poder do senador Lino de Matos.

Na eleição para governador é sabido que Jânio recebeu 8 milhões de

cruzeiros do sr. José Cintra Gordinho, com o compromisso de fazê-lo presidente do Banco do Estado — compromisso que, como tantos outros, não foi cumprido.

A política corruptora do amigo de Rockefeller aparece ainda mais evidente é na campanha para a eleição do sr. Carvalho Pinto. A «Folha da Manhã», que sempre apoiou o atual governador de São Paulo, escrevia em sua edição de 31 de janeiro de 1959: «No ano de 1958, assistimos à mais ousada interferência no processo eleitoral de que há memória em nossas lutas políticas. Jogou-se dinheiro do Estado em obras precárias, fizeram-se empréstimos com efeito político imediato e auxílios sem plano, a não ser o do cabo eleitoral. Essa orgia deve ter custado ao Tesouro mais do que o seu déficit anunciado de 4 bilhões».

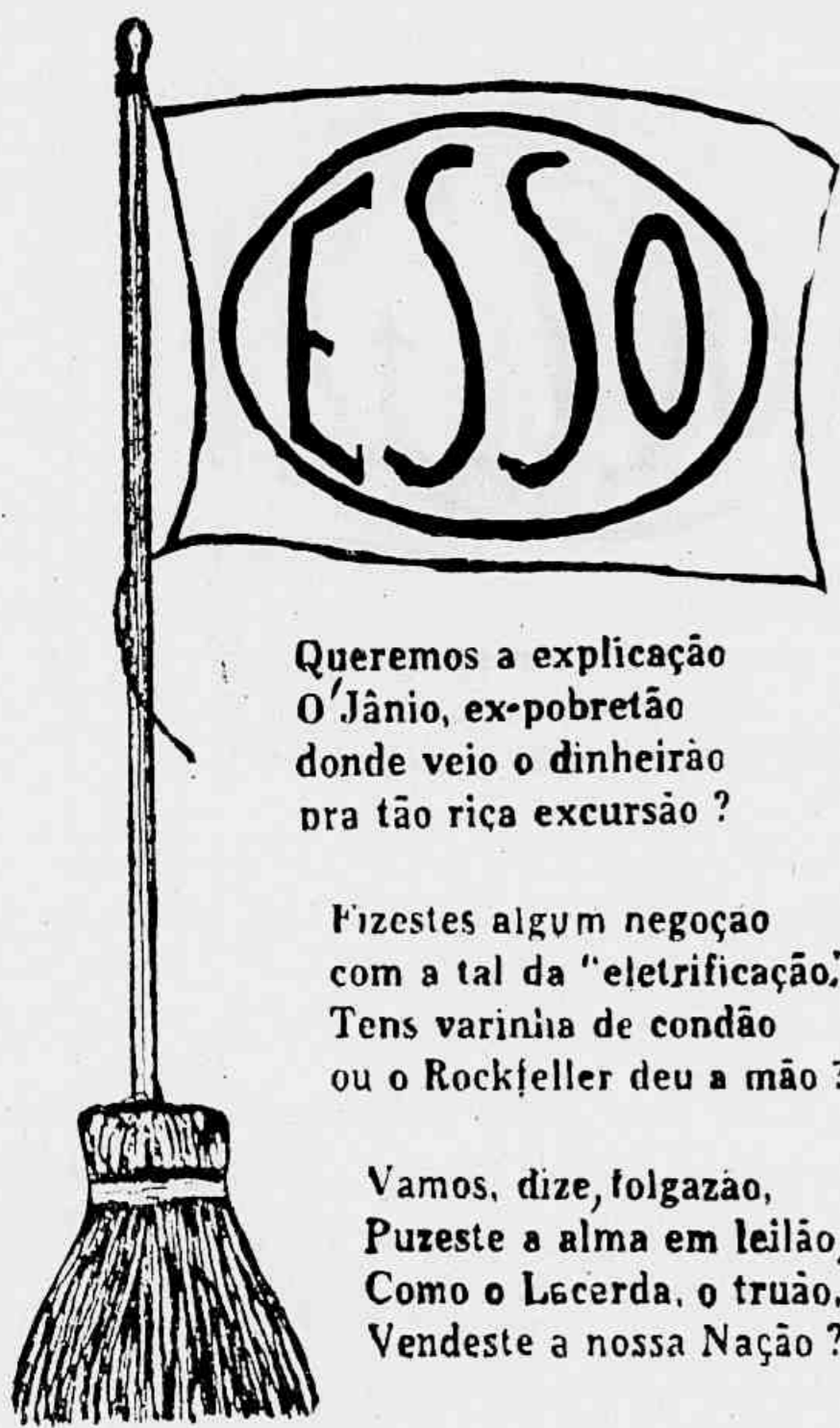
Foi o caso, por exemplo, dos «empréstimos» feitos, através da Caixa Econômica e do Banco do Estado, superiores a 100 milhões de cruzeiros, à Organização Vitor Costa (rádio e televisão) para a propagação da candidatura de Carvalho Pinto. Empréstimos, aliás, expressamente proibidos pelo art. 18 da lei 1.164, de 7-8-1951, que veda o financiamento a estações de rádio e televisão.

Entre as obras precárias a que se refere a «Folha da Manhã» — feitas só com o objetivo de negociata e corrupção — está o «plano de eletrificação». Mais de três bilhões de cruzeiros (resultantes do adicional de 10% sobre todos os impostos e da quota-parte do Estado no imposto único sobre energia elétrica) foram empregados na compra de 80 micro-

usinas diesel elétricas para serem distribuídas entre os municípios com o fim de garantir o apoio de prefeitos e chefes políticos. Eram usinas contraindicadas, de rapidíssimo desgaste e consumindo quantidades enormes de combustível importado (fornecido pela Standard Oil), quando o racional seria o Estado pôr em execução um plano sério e honesto de aproveitamento dos recursos hidrelétricos do Estado. O «plano de eletrificação» não passou, em verdade, de uma tremenda falcatrua eleitoral e uma fonte de negociatas.

Neste capítulo queremos por fim lembrar a carta com que Jânio comprovou o apoio do Partido Socialista, senão de São Paulo, à candidatura de Carvalho Pinto. O seu «fac-símile» foi publicado em «O Semanário» de 19-9-1959. É um documento que serve também para mostrar que Jânio recorre à mais deslavada mentira quando proclama a sua «independência» em relação aos partidos. Nessa carta, simplesmente, Jânio propõe que o apoio do PSB a Carvalho Pinto seja negociado por 9 cargos, detalhadamente especificados. Não há a menor exigência de outra programática: tudo se reduz a cargos, isto é, a trampalins para fraudes e traficâncias às custas do dinheiro do povo. É através desses métodos retrógrados e corrompidos que Jânio tem o cinismo de se apresentar como o grande «reformador dos costumes políticos».

Afinal, o mistério que explica como o tostão de Jânio se converteu nos milhões que hoje possui e gasta nada tem de impenetrável. É tão velha como a corrupção, a fraudes, o peculato, as negociatas.



Queremos a explicação
O Jânio, ex-pobretão
donde veio o dinheiro
pra tão rica excursão?

Fizestes algum negócio
com a tal da «eletrificação»?
Tens varinha de condão
ou o Rockefeller deu a mão?

Vamos, dize, folgazão,
Puzeste a alma em leilão,
Como o Lacerda, o truão,
Vendeste a nossa Nação?

O pobretão
da «Esso»

Volantes como este, fazendo perguntas que Jânio já agora não respondeu, foram distribuídos às centenas de milhares em várias cidades de São Paulo no dia em que o amigo de Rockefeller chegava de sua fabulosa excursão turística em volta do mundo.



NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 13 a 19 de maio de 1960

Nº 63

Contrabando Jogatina

Por que o governador Jânio Quadros removeu da Polícia Marítima de Santos o major Costa Júnior, conhecido por reprimir severamente o contrabando?

E por que perseguiu e demitiu o fiscal da Fazenda do Estado, Jarbas de Barros Galvão, depois que este denunciou as atividades fraudulentas de Chaim Felzenwarbe, que tinha como seu contador o capitão Aderito Gonçalves, ajudante de ordens de Jânio?

— plano hidrelétrico. Basta aqui reproduzir o trecho de um editorial da «Folha da Manhã» de 31 de janeiro de 1959: «A execução do plano hidrelétrico foi moralmente comprome-

E como se explica que Jânio dissesse em sua campanha para governador que «enquanto as crianças de São Paulo morrem de fome, os cavalos do Jockey Club passam a leite em pó» e tenha, depois de eleito, passado a receber mensalmente 200 mil cruzeiros do Jockey a título de ajuda às obras de assistência social?

Demos a palavra ao «Diário de São Paulo»: «Se por um lado é doloroso ver-se o governador de um Estado — o mais importante da federação — aliado a uma arapuca, por outro é doloroso assistir-se ao desmoronamento de mais um pseudolider que fazia praça de seus pendoros democráticos, de sua autoridade política, de suas virtudes teológicas». Só que no segundo caso nada há a lamentar.

Filhotismo

Sob o pretexto de moralizar o serviço público, Jânio ordenou demissões em massa do funcionalismo, tanto na Prefeitura como no Estado, levando a desespero a milhares de famílias. Houve inclusive casos de suicídio. Mas era tudo para proteger a sua clientela eleitoral, para satisfazer às «composições políticas». Entre 1-2-1955 e 30-6-1958 o «moralizador» nomeou 27.282 novos funcionários, representando 21% do total do funcionalismo do Estado. E, segundo informa a revista ianque-janista «Visão» (5-2-1959), nos últimos quatro meses de seu governo foram nomeados mais 15.868 funcionários. Houve, então, os piores bandalheiras, inclusive falsificação de assinaturas, em que se destacaram principalmente os «socialistas» do sr. Alípio Correia Neto.

ASSINADO O PRIMEIRO CONTRATO

Moscou Vai Beber Santos Tipo 4

Nem mesmo cinco horas de espera e outras tantas de uma sabatina não programada com numerosos jornalistas tornaram menos alegres os dirigentes do Instituto Brasileiro do Café, sexta-feira última, quando da assinatura do primeiro contrato de venda de café brasileiro à União Soviética. A solenidade de assinatura havia sido marcada para as 17.30 horas. Entretanto, um atraso no programa de visita dos membros da missão comercial soviética a Volta Redonda fez com que a solenidade se pudesse realizar-se às 22.30. A começar pelo presidente da autarquia, sr. Renato Costa Lima, todos os dirigentes e funcionários presentes ao ato não ocultavam sua satisfação, plenamente justificada. Naquele momento, com efeito, abria-se uma nova linha de comércio para o Brasil, na qual o dinâmico presidente do IBC, como todas as pessoas de visão deste país, deposita fundadas esperanças.

Estado das negociações

O café é apenas um dos itens do acordo comercial firmado entre o Brasil e a URSS, dezembro último, em Moscou. Outros itens referem-se ao petróleo, ao trigo, máquinas e outros produtos soviéticos e, ainda ao cacau, couros, sementes e óleos vegetais brasileiros. No sentido de facilitar o estudo das transações específicas, brasileiros e soviéticos decidiram dividir o trabalho em quatro grupos: 1) questões de pagamentos; 2) contratos de trigo; 3) contratos de petróleo; 4) contratos de café.

No momento em que redigimos estas notas apenas dois dos grupos acima já concluíram seus trabalhos: o do café e o de questões de pagamentos. No que se refere ao último, o Conselho da SUMOC determinou a execução de várias medidas que permitirão, logo depois de concluídas as negociações com a delegação soviética, a licitação de dólares-convenção sobre a União Soviética, nas bolsas de valores. Além disso, após a conclusão das negociações, o Banco do Brasil firmará um convênio com o Banco da URSS para abertura de um crédito técnico de quatro milhões de dólares, em cada país, a fim de possibilitar o comércio normal soviético-brasileiro.

A licitação de divisas para o comércio com a URSS nas bolsas de valores possibilitará praticamente a participação direta de firmas particulares brasileiras no intercâmbio.

Afirma-se, ainda, que o grupo que estuda os contratos do trigo está com os seus trabalhos praticamente concluídos.

Contactos com homens de negócio

Além do programa de visitas oficiais, que se iniciou com a viagem a Volta Redonda, os delegados soviéticos têm mantido contactos com entidades do comércio e com homens de negócios. Na visita realizada à Associação Brasileira de Exportadores, por exemplo, foi discutida a possibilidade de serem exportados para a URSS 10 milhões de dólares em couros.

Particularmente interessante, porém, foi o encontro realizado entre os representantes soviéticos e numerosos industriais e comerciantes na Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças (ANMVAP). Nessa oportunidade, após ouvir dos líderes presentes o desejo de estabelecer um

eficaz intercâmbio com a URSS, o chefe da missão soviética, sr. Chenchikovski declarou que os entendimentos firmados pela nossa missão comercial que esteve em Moscou já deixaram entrever as mais favoráveis possibilidades de comércio. «As bases iniciais para as transações futuras já estão assentadas, e trarão benefícios tanto para a URSS, como para o Brasil», declarou o chefe da missão soviética.

Entendimentos diretos

Na mesma ocasião, o sr. Chenchikovski, respondendo a uma pergunta do sr. Hélio Gomide, diretor da ANMVAP, esclareceu que os negócios que se discutirem poderão ser concretizados diretamente entre firmas brasileiras e organizações comerciais russas. Uma breve exposição sobre os produtos exportáveis de cada parte foi feita, então. Dos catálogos soviéticos constavam modelos de aviões, helicópteros, navios de todos os tipos, máquinas e implementos agrícolas, perfuratrizes, motores, geradores, máquinas pesadas (siderurgia), tratores, compressores, produtos químicos, equipamento médico e dentário e um sem número de produtos da indústria leve e pesada. Do Brasil, pretendem eles importar café, cacau, açúcar, pimenta do reino, óleos vegetais, couros, lãs, fibras, e outros produtos.

As possibilidades de comércio com a União Soviética estão sendo encaradas pelos círculos de negócios do país como as mais promissoras. A este respeito, um comentarista econômico do «O Estado de S. Paulo» escreveu: «Na verdade, os representantes soviéticos oferecem tudo ou quase tudo quanto possa interessar à economia nacional: equipamento para a «Petrobrás», máquinas operatrizes e rodoviárias, instalações fabris inteiras, aviões, produtos químicos, etc. A receptividade de nossas classes produtoras a tais propostas é tal que há industriais que fazem fila, ansiosos por colocar pedidos.»

Por fim, o desenvolvimento desse primeiro contacto autoriza a crer que as provocações anti-soviéticas, tanto no Brasil, como o episódio do avião-espião dos Estados Unidos, não influirão no nascente intercâmbio soviético-brasileiro. São do jornal mencionado estas palavras: «A vinda da missão soviética ao nosso país oferece-nos a imagem dessa coexistência pacífica que convém não seja perturbada pelo incidente que se verificou nos céus da Rússia.»



Café

Três Conferências

Sobre Marxismo

Belo Horizonte (Do Correspondente) — Foram muito aplaudidas as conferências aqui pronunciadas, dias 25, 27 e 29 últimos, sob o patrocínio do Diretório Central dos Estudantes, pelo dirigente comunista Jacob Gorender, que abordou temas da doutrina marxista. O amplo auditório da sede do DCE esteve todas as noites (foram pronunciadas 3 conferências) superlotado. E o interesse da assistência se manifestou também pela animação dos debates que se seguiram à palavra do conferencista. Jacob Gorender desenvolveu os seguintes temas: «Materialismo moderno», «A sociologia marxista» e «O humanismo marxista».

As reuniões foram presididas pelo líder estudantil Nilo Tavares, presidente do DCE. Além de estudantes, que constituíram o grosso da assistência, compareceram parlamentares (deputados Ladislau Sales, líder do PTB na Assembleia, Ernani Maia, Frederico Pardini), o ex-deputado Fabricio Soares, intelectuais e trabalhadores. O conferencista foi sempre muito aplaudido e recebeu, no hotel em que ficou hospedado, muitas visitas de cumprimentos.

Nota Econômica

Há dias, as entidades da lavoura cafeeira de S. Paulo e do Paraná iniciaram virulenta campanha pela queima imediata dos cafés da chamada colta de expurgo armazenados pelo Instituto Brasileiro do Café. Segundo os regulamentos desta autarquia federal, dez por cento da safra cafeeira são constituídos de expurgos, impróprios para o consumo. Estimase que o total de sacas de café de expurgo estocado pelo IBC ascenderá a sete milhões no fim da presente safra, isto é, dentro de mês e meio.

Apesar de impróprio para o consumo, esse café foi comprado pelo IBC aos fazendeiros e sua armazenagem exige recursos vultosos. Queimado, portanto, os fazendeiros nada perderiam, pois, já embolsaram o dinheiro que lhes pagou o IBC. De tal modo, o que eles pedem é que o governo queime um café comprado com o dinheiro da nação. Assim, o povo seria o único a perder. E para quê? Para reduzir os estoques e assim valorizar o café, isto é, assegurar aos fazendeiros mais dinheiro nas safras futuras. Tão absurda e escandalosa é a pretensão que mesmo um jornal como «O Estado de S. Paulo» escreveu: «De fato, os pronunciamentos favoráveis à incineração encontram explicação na mentalidade de alguns lavradores que se acostumaram à ideia de produzir café exclusivamente para o governo (...) unicamente com o objetivo de receber dinheiro do Tesouro da União.»

Outra razão apontada para a campanha seria a de encobrir fraudes de alguns fazendeiros, os quais, entre as sacas de expurgo, incluíram centenas de milhares contendo apenas patas e pedras. Incinerado o expurgo, o crime permaneceria encoberto.

Com toda procedência, as Indústrias Matarazzo, no relatório da diretoria há dias publicado, denunciam tais pretensões de «propostas medievais». A mesma posição de condenação é tomada por outros setores econômicos e da opinião pública.

De tal maneira, o sr. Renato Costa Lima está bem

Queima de Café ou Industrialização?

apoiado para proclamar, como o fez, que nenhuma saca de café será queimada enquanto for o presidente do IBC. E, como contrapartida, indica outro destino ao expurgo: a industrialização. É evidente — e há consciência disto — que essa providência será apenas uma solução parcial para o problema, pois o café industrializável constitui uma pequena fração dos depósitos do IBC em de ca safra.

A questão da industrialização do café já proporcionou ademais, outra proveitosa lição. É que o IBC contratou nos Estados Unidos a vinda de um grupo de técnicos, para estudar os aspectos econômicos e tecnológicos da industrialização. Fazem parte de um instituto da Califórnia que estuda a produção do café sintético. Em apenas 17 dias de permanência no Brasil, elaboraram um relatório cuja pobreza quanto às indicações técnicas concretas e cuja inexistência no que respeita aos dados econômicos ficaram logo patentes, como afirma o mencionado relatório das Indústrias Matarazzo, para tirar esta conclusão sensata e patriótica: «Acreditamos, porém, isto sim, que seja sempre perigoso confiar estudos e experiências a quem, como condição fundamental, não possa identificar o seu próprio interesse com o transcendente interesse nacional.»

Todavia, em que pese o verdadeiro logro dos especialistas americanos, já foram obtidos resultados positivos e promissores na industrialização do expurgo do café. Na semana passada foram exportados os primeiros sacos de café produzidos no Brasil. Se bem que ainda em pequena quantidade, começa a ser uma nova fonte de divisas. Margarina, óleo, graxa, adubos — tudo extraído do café começa a ser produzido. Dois milhões de sacas de expurgo já foram vendidas pelo IBC havendo perspectiva imediata de venda de outros três milhões.

Assim, os que hoje reclamam a queima do café não passa de vezes isoladas e retrógradas, de latifundiários que esperam porque sua hora sou. J. A.

Dicionário

«Swap»

Em 1959, alcançou grande difusão em nosso país a operação cambial denominada «swap» (tese: suóp). A operação consiste num empréstimo que se faz em duas partes, em moedas diferentes, através de um contrato no qual são especificados: o montante da operação; a taxa de conversão de uma moeda na outra; a taxa ou as taxas de juros; o prazo de vigência do «swap», findo o qual cada uma das partes restituirá à outra a quantia tomada em empréstimo, na mesma moeda em que tomou o acréscimo dos juros.

Tomemos um exemplo: o Banco do Brasil precisa, suponhamos, de 20 milhões de dólares para atender a compromissos de pagamentos do governo brasileiro nos Estados Unidos. Entretanto, não dispõe dessa quantia. Procura, então, uma firma americana, a «Anderson Clayton», e lhe propõe um contrato de «swap»: o Banco receberá da firma os 20 milhões e, ao mesmo tempo, lhe emprestará determinada quantia em cruzeiros, fixada segundo uma taxa de câmbio convencional. Habitualmente, o Banco do Brasil tem estabelecido, como taxa de conversão para o «swap», 92 cruzeiros por dólar. Nesse caso, «Anderson Clayton», como contrapartida ao empréstimo feito de 20 milhões de dólares, tomaria emprestado ao Banco um bilhão e 840 milhões de cruzeiros. Se o prazo de vigência do «swap» fosse de dois anos e a taxa de juros fixada fosse de cinco por cento ao ano, para ambas as partes, teríamos que, ao fim do contrato, o Banco do Brasil deveria restituir à «Anderson Clayton» cerca de 22 milhões de dólares, ao mesmo tempo em que esta deveria restituir ao Banco do Brasil cerca de 2 bilhões de cruzeiros, computados, num caso e noutro, os juros.

Segundo a revista «Conjuntura Econômica», as operações de «swap» no ano passado montaram a cerca de 110 milhões de dólares e foi esse o principal recurso de que lançou mão o governo para reduzir o déficit cambial previsto em princípios do ano, em 300 milhões de dólares.

Tratando-se de uma operação que, na realidade, é um empréstimo, uma vez que os dólares proporcionados pelo «swap» terão que ser restituídos (geralmente o prazo estabelecido é curto ou médio), o desatôgo cambial é apenas imediato; no mesmo tempo, implica em onerar pesadamente o orçamento futuro de câmbio. Quer dizer: se as exportações do país não se expandirem, a ponto de fornecer recursos para o resgate dos «swaps» nos prazos estabelecidos, uma situação ainda mais aguda será criada.

Por outro lado, tendo em vista o processo inflacionário, que se tornou vertiginoso, nos últimos anos no Brasil, o «swap» encerra outra séria desvantagem para nós. Quando o contrato do nosso exemplo estiver vencido, teremos que restituir os 22 milhões de dólares (cuja desvalorização é consideravelmente menor que a do cruzeiro), no mesmo tempo em que receberemos de volta os dois bilhões de cruzeiros. Ora, como a desvalorização do cruzeiro tem sido em média de 25 por cento, aproximadamente, ao ano, dentro de dois anos os dois bilhões de cruzeiros estarão com sua capacidade aquisitiva reduzida à metade. Um péssimo negócio, portanto.

Como se vê, o recurso ao «swap», amplamente utilizado pelo Brasil, sobretudo no ano passado, está longe de constituir a solução reclamada pela economia nacional para assegurar a normalidade nas transações com o exterior.



15 Anos de Libertação da Tchecoslováquia

No último dia 9, transcorreu o décimo quinto aniversário da libertação da Tchecoslováquia da ocupação nazista.

É de se acentuar que as relações entre o Brasil e a Tchecoslováquia vêm se desenvolvendo num ambiente em que a mútua compreensão concorre para que os interesses recíprocos sejam crescentemente atendidos. Do ponto-de-vista

econômico, basta um dado, bem expressivo: dez mil tratores de fabricação tcheca funcionam em nosso país. Brevemente virá ao Rio uma missão comercial tchecoslovaca que examinará, com o nosso governo, medidas de intensificação do intercâmbio comercial entre os dois países. Por outro lado, também se estreitam as relações culturais e esportivas.

Comemorando a data da libertação de seu país, o ministro Jaroslav Kuchválek ofereceu, em sua residência, uma recepção à sociedade carioca. Elevadíssimo foi o número de pessoas presentes: representantes do corpo diplomático, autoridades, artistas e intelectuais, jornalistas. (Na foto, o ministro Jaroslav Kuchválek em palestra com o embaixador e a embaixatriz de Cuba).

Tribuna de Debate

Afirma o camarada Maurício Grabois que estas são momentos de definição e que as posições devem ficar claras. Difícilmente alguém discordará de tão oportuna proclamação. Mas é certo, do mesmo modo, que muitos recordarão o debate público de 1956 e 1957, em que o camarada Grabois, apesar de sua alta responsabilidade ou talvez por isso mesmo, cingiu-se à ausência. Seja, todavia, antes tarde do que nunca. Agora mais perto da planície, o nosso prezado camarada possui o inegável mérito de ter saído à luta entre os primeiros. Daqui, deste canto da «Tribuna de Debates», pedimos que receba as nossas calorosas saudações.

Em três alentadas páginas do jornal, abordou o camarada Grabois um vasto círculo de assuntos. Discordamos da linha essencial de sua abordagem e tentaremos expor tal discordância no que se refere a alguns daqueles assuntos. Iniciaremos pela questão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, questão que julgamos um dos pontos de partida objetivos para a elaboração da linha política da vanguarda do proletariado.

Já não existem dúvidas, entre nós, de que, no período mais recente, processou-se no país um desenvolvimento econômico importante. Reconhece-o o camarada Grabois e assinala que a Declaração de março de 1958, teve o mérito de destacar esse processo. Na verdade, foi a Declaração o primeiro documento oficial do Partido que tomou em consideração o processo objetivo do desenvolvimento capitalista no Brasil, embora tal processo já tivesse não menos de um decênio de peculiar aceleração. É curioso registrar que, precisamente em 1954, quando o Programa aprovado no IV Congresso, falava em «estancamento» e em «atraso econômico», a produção industrial do país apresentou um dos seus mais altos índices de crescimento (V. «Revista Brasileira de Economia», março de 1959, pag. 21). Pensamos ser impossível negar que, nesta obstinação em ignorar um processo real de tão sérias consequências, residiu um dos elementos principais do subjetivismo antimarxista da linha política anterior à Declaração.

As divergências se manifestam, pois, em torno de outra questão, ou seja, quando se trata de analisar as características do processo de desenvolvimento capitalista e de determinar a atitude dos comunistas diante dele.

Ao abordar o problema o camarada Grabois afirma que a Declaração defende, no essencial, «uma linha oportunista de direita», «exagera a importância do desenvolvimento do capitalismo», «subordina inteiramente a ele a sua orientação e «embeleza o capitalismo». A mesma é também a acusação do camarada Pedro Pomar.

Somos de opinião que o camarada Grabois deturpa flagrantemente o documento aprovado no pleno de março de 1958. E o faz não só com as afirmações acima citadas como em todo o extenso capítulo que dedica à Declaração. A impressão, para quem a tenha lido, é que o autor de «Duas concepções, duas orientações políticas» não se refere à Declaração propriamente, mas a algum outro documento não publicado ainda e do seu privativo conhecimento. A exposição das deturpações que o camarada Grabois pratica com a Declaração pode ser excelente tema para todo um artigo. Aqui nos limitamos a solicitar dos leitores que confrontem, ponto por ponto, o texto da Declaração com o item 6 do artigo do camarada Grabois.

O fato incontestável é que a Declaração, no seu capítulo I, após apresentar alguns fenômenos mais evidentes do desenvolvimento capitalista, afirma textualmente: «O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao tempo em que se incrementam as forças produtivas e se aprimoram as novas relações de produção capitalistas, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanente dependência diante do imperialismo, particularmente o norte-americano».

A Declaração, em seguida, enumera uma série de fenômenos reais, que derivam da exploração imperialista e do monopólio da terra. Leia-se ainda a parte final do capítulo II, que examina a política do governo Kubitschek, assinalando não somente que contém «aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático», como frisando, com toda a ênfase, que aquela política «não atende aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais». No capítulo V, a burguesia está caracterizada como «uma força revolucionária inconsequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas». Em contraposição, é afirmado que é o proletariado que tem interesse no desenvolvimento antimonopolista e democrático consequente. É incontestável, por fim, que a Declaração propõe, também no seu capítulo V, uma plataforma de luta, que se concentra justamente, em termos de generalidade, nas questões essenciais de um desenvolvimento antimonopolista e democrático consequente.

A Declaração não adotou, por conseguinte, atitude objetivista ou laudatória quando focalizou, como não podia deixar de fazê-lo, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas foi diretamente crítica diante da sua natureza e dos seus resultados, ao mostrar que esse desenvolvimento não conseguiu eliminar os fatores fundamentais que obstaculizam a emancipação e o progresso do povo brasileiro, ao denunciar os aspectos negativos essenciais da política do governo Kubitschek, ao apontar a inconsequência da burguesia e ao traçar uma tática consequente para o proletariado e para as demais forças revolucionárias.

Como, então, falar em «exagero», «embelezamento» ou «exaltação» do capitalismo? Acreditamos que o atual debate pode contribuir para revelar erros na Declaração e nos documentos posteriores do Partido, inclusive nas Teses, mas isto não será atingido com o emprego do método de deturpar e falsificar.

JACOB GORENDER (E. da Guanabara)

Crítica ou Falsificação?

Aqui passamos para um segundo ponto. É que o camarada Grabois, ao fazer a crítica da linha política atual, refere-se exclusivamente à Declaração. No início do seu artigo, manifesta a sua oposição às Teses, mas, em seguida, em três páginas inteiras de jornal, não se cita uma única vez. O que não o impede de aproveitar, sem mencionar a fonte e, está claro, à sua maneira, numerosos elementos das Teses, para a parte de análise da situação objetiva e para a plataforma de ação política apresentada no seu artigo. Nestes limites, é necessariamente parcial a apreciação da linha política atual, uma vez que não leva em conta, além da Declaração, dois outros documentos de significação primordial: o informe de janeiro de 1959 e as Teses ora em discussão.

A Declaração encerra para nós a importância de ter marcado o momento de reviravolta na orientação do Partido. Foi seu papel sistematizar valiosas, que vieram à luz no debate posterior ao XX Congresso do PCUS. A Declaração não constitui, assim, o resultado de misterioso conluio imposto de surpresa ao CC, como dizem alguns camaradas, mas a síntese pública de que participaram centenas de companheiros, em uma reunião e pública de que não podia deixar de ser apenas o ponto-de-partida, a primeira aproximação para a formulação de uma linha política correspondente à realidade concreta da sociedade brasileira e da situação internacional em presença. Seria absurdo que fizéssemos da Declaração tabu semelhante ao Programa do IV Congresso e com ela paralisássemos a elaboração da nossa linha política. Da prática da nova orientação, da continuação dos estudos, pesquisas e do desenvolvimento dos processos objetivos, em particular das lutas de massas devam ser extraídos novos elementos essenciais, que, incorporados à linha política, tornam-na mais profunda e multilateral, mais concreta e precisa. Não há, portanto, nada de surpreendente que as Teses formulem de maneira diferente e mais rica uma série de questões sem que isto entre em contradição formal com a afirmação, que consideramos justa de que a Declaração foi comprovada nos seus aspectos essenciais.

Preocupado com uma crítica de caráter destrutivo, o camarada Grabois omite esses elementos novos, que completam e superam a Declaração, em questões não só secundárias como também fundamentais. Uma dessas questões fundamentais é a dos dois cursos possíveis de desenvolvimento capitalista (possíveis no momento presente), o que a Declaração já havia assinalado, porém de modo demasiado geral e impreciso.

O informe de janeiro de 1959, publicado em folheto, com assinatura do camarada Prestes sob o título «A Situação Política e a Luta por um Governo Nacionalista e Democrático», apresenta, a este respeito, nitido avanço sobre a Declaração e é, em seu conjunto, tão significativo quanto aquela. Foi destino do informe provocar decepção, ao mesmo tempo, a «esquerdistas» como a «diretistas». Aos primeiros porque lhes tirava argumentos preciosos para a oposição sistemática à linha da Declaração e aos segundos, porque percebiam que as tendências oportunistas ceberam que as tendências nacionalistas manifestadas com certa força em meados de 1958 não seriam cristalizadas numa nova orientação de direita. Não consideramos que tais tendências sejam inerentes à Declaração, em si mesma. Já a experiência internacional que a aplicação de uma tática ampla de frente única suscita comumente inclinações de caráter direitista, que consistem, por assim dizer, o subproduto, o bagaço da aplicação dessa tática. Nem por isso deixaremos de aplicá-la, assim seja correta e necessária. O que é indispensável é que o Partido dê o devido destino a cada um dos cursos possíveis de desenvolvimento capitalista, impedindo que se amontoe e venha, por fim, a submergir tudo e topona, por fim, a Declaração, o que se não merece o de incinerar, através de honesta autocrítica, alguma quantidade de bagaço. Precisamente isto foi que permitiu continuar aplicando, com êxito, a linha da Declaração, o que desarmou cada vez mais a oposição «esquerdistas» e convenceu crescente número de camaradas da justiça da nova orientação.

No informe de janeiro de 1959 encontramos, pela primeira vez, a formulação clara e fundamentada dos dois cursos possíveis do desenvolvimento capitalista em nosso país. Os capítulos II e III expõem o que é o curso atual, e sua essência conciliadora com a exploração imperialista e com o monopólio da terra. O capítulo VI apresenta o que de deve ser um curso oposto, de sentido antimonopolista e democrático consequente. Quem se der ao trabalho de confrontar os textos verificará que as Teses têm como fonte original não só a Declaração, mas também, e não menos, o informe de janeiro de 1959.

Enquanto prolifera abundantemente a literatura de apologia do desenvolvimento capitalista, que não é senão a apologia do desenvolvimento capitalista ao estilo do desenvolvimento Kubitschek, com fartas concessões ao capital imperialista e conservadora da antecônica estrutura econômica, as Teses, que os comunistas ora discutem, adotam o ponto-de-vista de classe do proletariado e fazem uma crítica rigorosa e circunstanciada do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Partimos dos ensinamentos fundamentais da teoria marxista-leninista sobre o capitalismo, mas a crítica do que temos aqui em geral — e a crítica do capitalismo em geral — a qual se limita o camarada Pomar — e sim a crítica do capitalismo como concretamente existe em nosso país. Aqui levamos em conta o que disse Lenin de um programa elaborado por Plekhanov ao mesclar que este último acusava um capitalis-

mo abstrato e não especificamente o capitalismo russo.

Num país dependente e que sofre ainda do atraso estrutural do passado, o desenvolvimento econômico, mesmo sob forma capitalista, não pode deixar de ter evidente aspecto progressista, que se manifesta na expansão das forças produtivas e de novas relações de produção, o que conduz ao fortalecimento de forças sociais mais avançadas, em particular o proletariado. Mas as Teses estão muitíssimo longe de se restringir ao registro desse aspecto e de atribuir ao desenvolvimento econômico, dentro do curso que atualmente segue, o poder ou a tendência espontânea de solucionar as questões fundamentais da revolução. Bem ao contrário, o que proclama a Tese 25, concluindo três capítulos de análise da sociedade brasileira, é o seguinte, de modo textual: «O desenvolvimento econômico tem se adaptado até agora, no fundamental, à dependência imperialista e ao monopólio da terra. Seguindo este curso, o desenvolvimento capitalista tende a conservar os fatores que impedem a plena expansão das forças produtivas, acumula deformações e acentua desigualdades, o que conduz a agravar as privações e os sacrifícios impostos às massas trabalhadoras. Este é, sem dúvida, o caminho mais penoso do desenvolvimento capitalista, que não leva à solução das contradições fundamentais do atual processo histórico. Este caminho é, entretanto, inevitável enquanto a direção do país prevalecer a orientação dos conciliadores e dos entreguistas».

São palavras que dispensam interpretações e não se prestam a tergiversações.

CARLOS DANIELI (Est. do Rio)

O Caráter do Governo Pelo Qual Lutamos e o Caminho da Revolução Brasileira

A questão do poder é o problema central e decisivo da revolução. A luta que se trava entre os vários partidos e correntes políticas visa, justamente, atingir o poder. A solução dessa questão é primordial para a vitória do povo brasileiro em sua luta pela emancipação nacional e social. Herdeiro das tradições revolucionárias de nosso povo, intérprete consciente de suas necessidades, cabe ao Partido, ao traçar sua orientação política, ter clara a questão do governo e do regime pelo qual luta atualmente e das formas e meios para conseguí-los.

Nas «Teses» se apresenta a exigência das forças nacionalistas e democráticas conquistarem um governo nacionalista e democrático no quadro do regime vigente (capitalista, portanto), que aplique uma política externa independente e de defesa da soberania nacional, de início à reforma agrária, tome medidas em favor do bem-estar das massas, garanta e amplie as liberdades democráticas (tese 32). Na tese 33 fala num governo de coligação nacionalista e democrático que levará a uma nova correlação de forças políticas que permita completar com um poder antimonopolista e antifederal, sob a direção do proletariado, e por um caminho pacífico as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa pátria. No Projeto de Estatutos faz-se referência à necessidade de conquistar um novo regime (naturalmente, não será o vigente). É evidente que a apresentação da questão do poder é confusa. A nossa posição política correta face ao governo atual depende da clareza que tivermos quanto ao caráter do governo nacionalista e democrático, sua composição de classe e sua relação com o poder antimonopolista e antifederal, entre a tática e a estratégia da atual etapa da revolução brasileira.

As «Teses» omitem tais questões. Frisamos que lutamos por um governo nacionalista e democrático dentro do regime vigente, e referem-se a um poder antimonopolista e antifederal. Não explicita a composição de classe de tal poder, embora afirmem que a direção deste poder caberá ao proletariado.

No passado recente, cometemos erros quanto ao caráter da revolução brasileira, das forças que deviam ser unidas para assegurar-lhe a vitória em sua etapa antimonopolista e antifederal e os meios de alcançá-la, assim como ao caráter do governo e das tarefas que devia enfrentar. Em geral, nossos erros foram de caráter esquerdistas, eliminando toda a forma de aproximação e pregando a derrubada imediata do governo, sem que para isso houvessem condições, quando constatávamos que nos últimos anos vinha se formando no seio do governo uma ala nacionalista burguesa que, hoje, em muitos aspectos, se opõe à dominação imperialista estrangeira. Tomamos uma posição sectária, esquerdista ao considerarmos a revolução como um só ato e não todo um processo em que o salto qualitativo deva ser precedido de acumulação de forças.

Entretanto, salmos da concepção errônea da revolução a «curto prazo» e adotamos uma posição de adiamento contínuo da luta pelo poder, pois as Teses se referem à conquista das transformações estruturais que podem vir a ser realizadas por um ou por sucessivos governos, que se apoiem na frente única nacionalista e democrática e sejam a sua expressão» (tese 32).

Eis, porém, o que declara o camarada Pomar: «Na maneira unilateral, objetivista e apologetica de apreciar o desenvolvimento capitalista no Brasil reside a essência nacional-reformista do exame das características principais do desenvolvimento da economia nacional».

Vejam, então, como efetivamente é realizado este exame, que corresponde ao capítulo II das Teses. Inicia-se o capítulo II com a Tese 9, que tem caráter introdutório do estudo dos fatores fundamentais adversos ao progresso do país. A Tese 10 faz extensa exposição da exploração de nossa economia pelo imperialismo norte-americano. Na Tese 11, encontramos não menos extensa análise da estrutura agrária brasileira, baseada predominantemente na grande propriedade de tipo atrasado. A Tese 12 se refere aos fatos que comprovam o desenvolvimento econômico do país nos últimos vinte anos, dentro dos marcos da dependência para com o imperialismo e do monopólio da terra, concluindo, porém, que o Brasil apresenta ainda índices de país subdesenvolvido. A Tese 13 mostra que o capitalismo de Estado tende a assumir, no Brasil, formas nacionais e progressistas, mas aponta, ao mesmo tempo, que persiste a influência do imperialismo em algumas formas de capitalismo de Estado. A Tese 14 estuda o processo inflacionário e trata expressamente, à base de dados oficiais, da pauperização absoluta e relativa da classe operária. A Tese 15 trata do extremo aprofundamento das desigualdades regionais, indicando a situação de miséria e atraso em que se encontram o Norte e o Nordeste. A Tese 16 tem caráter conclusivo e expressa que é a idílica central de todo o capítulo: «O curso atual do desenvolvimento econômico agravava as contradições funda-

mentais da sociedade brasileira sem ser capaz de superá-las». (O grifo é nosso — J. G.).

Assim, pois, em oito teses, apenas duas — as de números 12 e 13 — são dedicadas à exposição do que se pode considerar os aspectos progressistas do desenvolvimento econômico, fazendo-o, porém, com o necessário espírito crítico. As demais teses, em número de seis, são destinadas exclusivamente a indicar e estudar os aspectos de indubitável natureza negativa, que devem ser removidos pela luta revolucionária.

Aí está, fundamentada e rigorosa, genuinamente proletária, a nossa ата de acusação ao desenvolvimento capitalista no Brasil.

Onde, pois, a unilateralidade, o objetivismo, a apologetica?

A que Teses se refere o camarada Pomar: àquelas publicadas na edição de 15 de abril de «Novos Rumos» ou a outra, ainda secretas, que somente o camarada conhece? O documento posto em discussão, não pode ser senão o publicado pelo nosso jornal e nesse é impossível encontrar qualquer relação com a pseudocrítica do camarada Pomar.

As Teses, entretanto, não se limitam a acusar, do ponto-de-vista do proletariado, o desenvolvimento capitalista no Brasil. Do mesmo ponto-de-vista estudam as premissas objetivas e subjetivas, já dadas na situação atual, de um curso econômico e político de sentido oposto, orientado para a completa emancipação nacional e para as transformações estruturais exigidas pela etapa presente da revolução. Este curso de desenvolvimento independente e progressista — exposto, de modo sistemático, nos capítulos VI e VII das Teses — implica,

para ser conduzido até o fim, na conquista da hegemonia do proletariado, preparando, assim, a imediata transição ulterior ao socialismo.

O camarada Grabois apresenta uma «Plataforma de ação política», que, com pequenas alterações, não passa de um resumo do capítulo VII das Teses. Já, porém, a esta plataforma o mero sentido de um conjunto de «soluções democráticas e patrióticas de caráter imediato», enquanto não chega o momento, o grande e milagroso momento das transformações radicais. A questão da hegemonia do proletariado é, por isso, tratada por ele à parte da ação política concreta e aparece com simples afirmações abstratas, à maneira de tantos documentos anteriores do Partido. Quanto ao camarada Pomar, não vai além da tautologia de que capitalismo é capitalismo, não restando, assim, ao proletariado nas condições atuais, senão conformar-se com uma resistência elementar de natureza economicista e com uma propaganda do socialismo desvinculada da ação política.

Já nas Teses a questão está colocada de maneira inteiramente diversa. Aqui, a preocupação, antes de tudo, é definir o caminho, o curso, coerente e orgânico, a ação concreta de hoje e não a hipotética de amanhã, que pode conduzir o proletariado, nas condições atuais da sociedade brasileira, ao exercício de uma função positiva e à liderança revolucionária de todo o povo. Este é o nosso interesse, patriótico e de classe, na luta por um curso de desenvolvimento — econômico e político — impossível encontrar qualquer relação com a pseudocrítica do camarada Pomar.

Estamos conscientes de que as Teses não constituem documento completo. Nem todos os problemas estão tratados com a devida segurança. O amplo quadro traçado ainda carece — e não pouco — de precisão e aperfeiçoamento. Muito é de esperar, portanto, da crítica construtiva, que não faltará decorrente do presente debate. Desde logo, porém, não temos dúvida em declarar que as Teses podem constituir doravante o documento básico para a atuação dos comunistas brasileiros.

Não excluímos a evolução como parte do processo revolucionário. A evolução é necessária, assim como as formas de aproximação e, por isso, nos manifestamos favorável à tática de lutar pela modificação da política e da composição do atual governo num sentido patriótico e democrático e não apenas o apoio aos atos positivos do governo e combate aos negativos, como fizemos num certo período. Os comunistas, ao meu ver poderão apoiar um governo, ainda que dele não partilhem, embora o reivindicuem. Este governo não realizará, todavia as transformações radicais. Tal seria o governo nacionalista e democrático. Nesse período, poderão ser utilizadas as condições propícias para acumular forças, isto é, para unir e organizar os operários, os camponeses e consolidar a aliança das classes e camadas que devem participar da frente única. Poderão ser enfrentadas as soluções dos problemas mais prementes do povo, não só aqueles aceitáveis pelo governo, mas os necessários ao bem-estar popular. As vitórias obtidas assim, prestigiarão as forças da frente única e, à medida que o proletariado se colocará como o batalhador mais firme e abnegado, ganhará a confiança de todo povo e, praticamente, tornar-se-á o dirigente da frente única. Este governo, sob pressão das massas e com o aumento das forças da classe operária e dos camponeses ligados ao latifúndio e ao imperialismo, poderá se converter no instrumento que realizará as transformações radicais exigidas na atual etapa da revolução brasileira. É preciso, aqui, distinguir não só a modificação da correlação das forças de classe no governo, como também a questão das forças dirigentes do governo. A meu ver, o poder antimonopolista e antifederal deverá incluir a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana, a intelectualidade e a burguesia nacional. Será um poder baseado na aliança operário-camponesa e sob a direção do proletariado.

Mas isto não significa ficar nos quadros do regime vigente. Corresponde à conquista de um regime de transição para outra etapa da revolução. Ficamos quadros do regime atual, lutando por um ou sucessivos governos que realizem as transformações nacionalistas e democráticas, é apenas encerrar o aspecto evolutivo do processo revolucionário. É apenas a tática. O governo antimonopolista e antifederal deve garantir um desenvolvimento não capitalista para o Brasil. Deve ser um governo, aproximadamente, do tipo que existiu nos países de democracia popular na Europa, nos primeiros anos após a libertação. Tal governo, baseado nas atuais empresas do capitalismo de Estado, nas empresas que venham a ser nacionalizadas (pertencentes aos imperialistas norte-americanos), bem como contando com a ajuda dos países socialistas, poderá assegurar um curso de desenvolvimento não capitalista. Esta deve ser nossa perspectiva e não ficar apenas no regime urgente.

Tanto o governo nacionalista e democrático como o antimonopolista e antifederal, que deverá completar as tarefas não realizadas pelo primeiro e de início à solução de medidas mais complexas de transição, podem ser conquistados não só através de luta armada, mas, também, por meios pacíficos. Um mérito da Declaração de Março, assim como das Teses, é a correta que faz de nossa posição anterior de só ad-

mitir o caminho não pacífico para a revolução brasileira. Mas, sobretudo a Declaração, absolutiza tal caminho, o que desarma o proletariado e seu partido para qualquer solução. A Declaração, ao se referir ao caminho da revolução brasileira, decreta que ele será pacífico no próprio título da parte referente à esta questão. As Teses, mais prudentemente, não o fazem, mas cometem alguns erros em relação ao caminho da revolução brasileira. Admitem o caminho pacífico como uma possibilidade real, o que não é correto.

Ha grande diferença entre possibilidade e realidade. Embora exista, nas atuais condições do mundo e do Brasil, possibilidades para uma solução não violenta, esta não é ainda uma possibilidade real. Não condiz com a experiência histórica do proletariado mundial e brasileiro absolutizarem-se um só caminho — o pacífico ou violento. Esta questão não depende só do proletariado, mas, principalmente, das forças que se opõem ao progresso, pois as classes dominantes não relem o poder sem luta. Aliás, a experiência histórica de nosso povo é que os grandes momentos históricos nacionais são precedidos de duras lutas, inclusive, pelas armas, embora a solução final nem sempre tenha sido através da luta armada. Tal ocorreu nas lutas pela independência, abolição da escravidão, etc. Isso se deve a que as classes retrógradas da sociedade brasileira, em cada momento histórico, sentindo que as forças progressistas são mais poderosas que elas, inclusive do ponto-de-vista militar e que uma luta não pacífica seria sua liquidação, preferem perder os anéis aos dedos, parte do poder à vez. Recentemente, em 11 de novembro de 1955, os golpistas resolveram não resistir pelas armas porque temiam o rumo que tomariam os acontecimentos com a intervenção das massas populares. E não se tratava da mudança de classes no poder nem da conquista de um novo regime! A não violência tem sido sempre imposta.

O caminho pacífico da revolução é o que convém à classe operária e a toda a nação por ser o menos doloroso e não porque haja sua possibilidade real, como dizem as Teses (tese 31). A classe operária e seus aliados não devem ter um papel meramente passivo, fatalista, diante desta questão. Devem lutar ativamente pelo caminho pacífico, para transformar a possibilidade em realidade. Embora existam determinadas condições objetivas favoráveis à possibilidade do caminho pacífico, esta possibilidade não é ainda real, faltam as condições subjetivas que precisam ser criadas. Admitir a possibilidade do caminho pacífico como real, neste momento, significa desarmar o proletariado, deixá-lo perplexo, a repetir apenas que o caminho é pacífico. É necessário lutar pela solução não violenta, para criar as condições favoráveis à sua realização prática.

Faltam inúmeras condições subjetivas para transformar a possibilidade em realidade. A solução não pacífica só pode ser imposta, é condicional e não absoluta e a meu ver, não poderão deixar de incluir as seguintes condições: 1) a existência de forte e poderoso partido político do proletariado, estreitamente vinculado às massas e por estas aceita como seu dirigente; 2) uma ampla frente única das forças interessadas na vitória da revolução antimonopolista e antifederal, baseada na aliança operário-camponesa sob a direção do proletariado; 3) existência de um cli-

ma de amplo democratismo na vida política do país, de completa legalidade para a classe operária e seu partido político; 4) as classes e camadas progressistas terem força superior, inclusive militar, à das classes retrógradas da sociedade brasileira para impor sem conciliação o caminho não violento, que não exclui choques; 5) forte movimentação das massas, sobretudo dos operários e camponeses, em defesa de suas reivindicações econômicas, políticas e sociais, de forma independente e, finalmente e não menos importante, o partido político do proletariado deve estar política, orgânica e ideologicamente preparado e também as massa para qualquer solução, pacífica ou não, derrotando em primeiro lugar, em seu próprio seio, os oportunistas e conciliadores.

Intelectualmente tais condições subjéti-vas ainda não existem. Nosso partido é, ainda, numérico e qualitativamente pequeno e pouco ligado às massas; a frente única é débil, não estruturada e inexistente a aliança operário-camponesa; as massas se movimentam ainda pouco, não se aprofundou suficientemente e de forma adequada à luta de classes no terreno econômico, político e ideológico que, diga-se de passagem, é grandemente subestimado; a democracia no Brasil é muito limitada. O Partido Comunista continua na ilegalidade e nem mesmo podem ser candidatas em outras legendas os comunistas mais conhecidos, o que constitui uma anomalia que precisa ser superada. Mais sério e grave que tudo isso é que o partido está desarmado política e ideologicamente para transformar a possibilidade em realidade, lutar por ela. Impregnam-se em nossas fileiras as tendências espontaneístas, do «quer o que não o caminho pacífico e não lutar por ele», levadas em parte pela atual orientação política expressa na Declaração.

Em suas bases essenciais, as Teses não constituem, em minha opinião, um documento que possa levar nosso povo, à vitória na luta contra o imperialismo e o latifúndio e preparar as condições para a vitória da segunda etapa da revolução. Creio firmemente que o presente debate, a contribuição de todos os militantes comunistas, poderão dar ao nosso partido uma orientação correta, sem sectarismo, esquerdismo ou dogmatismo, mas também sem as posições «oportunistas de direitos» e reformistas que predominam atualmente em nossa orientação e que precisam ser combatidas com decisão.

Errata

Os artigos de Maurício Grabois foram publicados com incorreções, algumas das quais mudam o sentido do texto.

São as seguintes as correções a introduzir: No artigo de 29-4-1960, capítulo II, item «A crise de estrutura em que o país se debate», parágrafo 4, linha 5: ler «impostos indiretos», ao invés de «impostos diretos». No artigo de 5-5-1960, capítulo V, item «Plataforma de ação política», linha 4: ler «desmascaramento das correntes reacionárias», ao invés de «desarmamento das correntes reacionárias». No mesmo capítulo, item «A possibilidade do surgimento, etc.», linha 1: ler «escenos» ao invés de «acesos».

Tribuna de Debate

NICOLAU ABRANTES (Est. do Rio)

Autocrítica Formal e Uma Disfarçada Defesa da Linha Sectária e Dogmática

Sob argumentação doutrinarista e formal — de palavras e não de fatos — e deturpando grosseiramente as Teses...

Tudo seu artigo define, em suas principais formulações, um completo sistema de ideias gerais em torno da situação atual, arbitrariamente vinculada ao processo objetivo em curso...

Desse modo, não se trata tão somente de duas concepções e duas orientações, mas, necessariamente, de uma concepção vigente, válida para todo o Partido e que é a expressão justa da aplicação ao nosso país — devidamente considerada as peculiaridades e tradições nacionais...

Em particular, as imensas possibilidades econômicas e culturais de intercâmbio da China, URSS e demais nações socialistas, com os povos da América, Ásia, África, etc., constituem um fator importantíssimo de estímulo e influência em todas as esferas de atividade...

Por que então, a luz das Teses para discussão no V Congresso, o rótulo simplista e apressado de orientação oportunista de direita, a primeira concepção, à Declaração aprovada pelo Comitê Central, e cuja aplicação se faz há apenas dois anos, em condições inteiramente novas e complexas...

No seu trabalho, o camarada Maurício Grabois comete — como iremos demonstrar, iniciando hoje a apreciação da primeira parte de sua análise — erros elementares e graves, ao abordar as teses fundamentais de Declaração de Março, além de deturpá-las em vários aspectos essenciais.

Caminho pacífico e situação internacional

Em que se baseia, fundamentalmente, pela Declaração de Março, a conclusão da possibilidade real da conquista do poder por via pacífica, sem a necessidade da guerra civil ou da derrubada violenta do governo?

Literalmente que não, é a resposta, mas continuam ressoando nos nossos ouvidos e sob a letra de forma, as afirmações do articulista, que pecam, inicialmente, pelo unilateralismo miope de interpretar a realidade brasileira dos nossos dias inteiramente desligada das transformações qualitativas ocorridas na situação internacional...

Assim, a nova situação mundial — que vem tendo no alívio da tensão internacional — um fator particularmente favorável ao êxito das forças nacionalistas e democráticas no Brasil, prenuncia a manutenção da coexistência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais e reflete-se em nosso país, estimulando as forças que resistem ao imperialismo norte-americano e pugnam por uma política externa de paz e amizade com todos os povos

E é precisamente essa indesejável ligação (pelo menos do ponto de vista da Dialética), entre as modificações qualitativas operadas na situação internacional e no Brasil, no sentido da fixação de um rumo justo da luta revolucionária, que a concepção doutrinarista — dogmática e sectária — não quer admitir ou enxergar, em muitos casos por incapacidade de superação dos erros e, em outros, pela conservação de ressentimentos que obliteram uma visão mais justa dos fatos.

É o que vamos em seguida analisar.

A realidade brasileira pelo prisma dogmático

Aléa Maurício Grabois em seu artigo, essencialmente, para concluir que a linha atual é oportunista de direita, o fato de que a Declaração de Março superestima o capitalismo, embelezando-o, e condicionando tudo o mais a seu curso, razão pela qual as tarefas democráticas são mecanicamente separadas dos objetivos nacionais da revolução na presente etapa e subestima o proletariado e forças mais consequente na frente única, dificultando o processo de participação das massas camponesas.

Para para a etapa atual uma orientação de caminho pacífico, sem que isso fosse dado como evolucionismo ou renúncia aos objetivos revolucionários. Num e noutro país lutam as vanguardas da classe operária — alínea no momento — pelo estabelecimento de algumas liberdades políticas, como o direito de representação partidária para diversas correntes de opinião, entre as quais a dos comunistas, no sentido da realização de eleições e de outras franquias democráticas.

Ainda em sua opinião, as tendências oportunistas de direita da Declaração se manifestam mais nitidamente na questão do poder — através da adoção de uma tática gradualista, evolucionista, que contraria frontalmente a teoria marxista-leninista do Estado, e que visa modificações parciais na política e na composição do governo, de sucessivos governos, nos meios de atingir um poder capaz de executar as tarefas da revolução antifeudal e antimperialista, nacional e democrática.

Para arrastar, descreve M. G. o quadro visto pela Declaração para o caminho pacífico, como sendo roseo, sem comícios sociais e choques violentos, para realizar as tarefas da revolução, desarmando assim — por levar ao absoluto esse caminho — o proletariado e seu Partido para qualquer eventualidade.

Do mesmo modo, encara o problema ideológico em cores trágicas sob pretensa defesa de princípios, e conclui pela necessidade de concentrar o fogo principal contra as tendências oportunistas de direita, que são o principal perigo.

Os objetivos da revolução e as Teses

Nada porém tão falso e que distorça tanto os fatos, a realidade objetiva, e as Teses da Declaração de Março de 1958, as quais — na verdade — ao contrário do que afirma aquele camarada — são uma justa orientação do ponto de vista da classe operária e da revolução, cujos princípios básicos, aplicados de maneira criadora à realidade, dão à sua vanguarda, ao Partido, um instrumento poderoso para percorrer a etapa atual e abrir caminho para a construção do socialismo em nosso país.

ALCIDES SABENÇA (Est. do Rio)

Sobre as Teses

Considero de suma importância, para maior objetividade nos debates, o 1º Capítulo das Teses para o V Congresso do Partido Comunista do Brasil, sob o título «A SITUAÇÃO INTERNACIONAL EM QUE SE DESENVOLVE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA». Isto porque as 8 Teses que o compõem, abordando dom clareza a luta que se trava entre o campo socialista e seus aliados, em constante progresso quantitativo e qualitativo, e o lado imperialista em acentuada decadência, abre novos horizontes para a luta de massas. É a caracterização da luta de classes num plano universal, que assegura cada vez mais a confiança das grandes massas na orientação política dos comunistas mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos.

É a configuração do NOVO que urge e do VELHO que estrebucha para morrer, que nos ajudará na melhor compreensão dos problemas nacionais na atual etapa e as tarefas que temos pela frente, e nos ajudará na aplicação corajosa das medidas objetivas, sem receio de perder a hegemonia do movimento de emancipação nacional. Em que beneficia a classe operária, o crescimento e as vitórias do movimento nacionalista, no caso específico do Brasil? Beneficia, segundo penso, porque no fundamental a luta nacionalista se choca contra a essência do capitalismo mundial que é o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, ajudando assim, a fortalecer o campo da Paz e do Socialismo.

Pela contínua elevação do nível de vida das massas trabalhadoras das cidades e dos campos; pelo incremento industrial genuinamente nacional; pela reforma agrária e pela democratização progressiva dos órgãos governamentais e da vida pública do país.

Embora existisse um mínimo de organização creio, à distância, que o momento não era revolucionário. A publicação das Teses para o V Congresso será, a meu ver, um fator extraordinário para um balanço geral crítico e auto-crítico, maior reforço orgânico, político-ideológico do Partido e, ajudará, tenho certeza, a traçar as tarefas do presente, abrindo grandes perspectivas para o futuro!

Nem no capítulo em que analisam o desenvolvimento econômico, fixando-lhe as características principais, nem tão pouco naquelas que se seguem, em que caracterizam a atual etapa da revolução brasileira e definem as forças que nela deverão atuar ou atuar — com caráter progressista e revolucionário, ou, ao reverso, as retrógradas, que se opõem ao curso do desenvolvimento independente, as Teses superestimam o capitalismo, embelezando-o, admitem sua transformação em capitalismo, ou subestimam o papel do proletariado e do camponês, como forças decisivas e mais consequentes para a realização das tarefas que estão pela frente.

Mas ocorre que M. G. entende o contrário e entende de modo metafísico, parado, de forma estanque. Por exemplo, afirmam as Teses no item 23 cap. IV, que a revolução no Brasil, na etapa atual, é antimperialista e antifeudal, nacional e democrática, e que são suas tarefas essenciais a inteira libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo; a liquidação do monopólio da terra; e a democratização da vida política, a fim de que venha refletir, em primeiro plano, as reivindicações das grandes massas trabalhadoras. E acrescentam que tem, por conseguinte, objetivos de caráter nacional e objetivos de caráter democrático, acentuando:

«Tais objetivos suscitam correntes e movimentos se entrelaçam e tendem a fundir-se numa só caudal revolucionária, à medida em que crescem as forças capazes de realizar as tarefas básicas da revolução. Dentro das condições peculiares do nosso país desenvolve-se mais rapidamente a corrente antimperialista, mas esta se amplia e fortalece em vinculação com os movimentos de natureza democrática e popular, como os movimentos pela reforma agrária, pela extensão das liberdades democráticas pela elevação do nível de vida das massas; entre todas as forças revolucionárias, é a classe operária aquela mais capaz de unificar as correntes antimperialistas e democráticas e dar-lhes orientação consequente.»

O desenvolvimento mais rápido da corrente antimperialista é, assim, um fato objetivo, aprofundando a contradição entre o imperialismo norte-americano e seus agentes internos e a nação brasileira, daí porque adquire o caráter de principal, dominante, em todas as esferas de atividade. Por esse fato, é que o golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige contra as forças imperialistas e seus sustentáculos.

Como entende, porém, Maurício Grabois esta questão? Entende que a Declaração, ao dar absoluta primazia ao lado antimperialista da revolução, em detrimento do seu aspecto agrário, estabelece de fato uma linha de renúncia

GASTÃO MEDEIROS

Peco a Palavra, Pela Ordem!

É com grande satisfação que assistimos ao debate vivo que teve início pelas colunas de NOVOS RUMOS sobre o programa do Partido, sua aplicação; e as teses e objetivos da luta pelo SOCIALISMO e pela libertação da classe operária.

Quando o assunto da Declaração de Março de 1958, os interesses e objetivos da classe operária estão a exigir daqueles que dedicam sua atividade intelectual à luta pelo socialismo, uma atitude mais profunda, mais perscrutadora, e por que não dizer, mais corajosa e mais responsável. Não basta a referência às luzes do XX CONGRESSO DO PCUS (será que esqueçemos que o PCUS já realizou o XXI CONGRESSO?) É necessário pesquisar qual o caminho mais rápido e mais prático para o fim do sistema capitalista mundial e a consequência do sistema socialista.

Sem conhecer a orientação de 1935 e sem querer diminuir a bravura e a intenção honesta dos que lutaram naquela época para barrar o avanço do nazifascismo, tenho a impressão de que contrariamos (naquela época), um dos princípios do mestre Vladimir Ilitch Lenin: Duas coisas são necessárias para se fazer a revolução (armada): 1º que o momento seja revolucionário e 2º que haja o mínimo de organização.

Embora existisse um mínimo de organização creio, à distância, que o momento não era revolucionário. A publicação das Teses para o V Congresso será, a meu ver, um fator extraordinário para um balanço geral crítico e auto-crítico, maior reforço orgânico, político-ideológico do Partido e, ajudará, tenho certeza, a traçar as tarefas do presente, abrindo grandes perspectivas para o futuro!

Todo este argumento que as forças mais conscientes do movimento operário permitiram essa quebra da unidade organizatória. O fato concreto é que essa dispersão organizatória é um aparente reflexo do socialismo, quando na realidade é um sintoma de seu avanço. A pressão social e econômica que impõe solução socialista para os problemas da humanidade, se arrebatam os canais organizatórios, e se mostram ineficazes, infelizes, sem sensibilidade para compreender o momento histórico, e as tarefas que este lhes impõem. Creio ser necessário reconhecer essa realidade para ser traçada qualquer diretriz prática. No ensaio do 90º aniversário de Lenin é bom recordar que ele não se apegava a fórmulas vazias, que era profundamente analítico nas questões táticas, como provam o seu comprometimento frente ao Estado Maior Alemão em 1917, e a sua atitude no Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (1903), praticamente cindindo o Partido em duas alas-bulchevique e menchevique, arrastando com isso a ira e a incompreensão dos líderes socialistas da época — Martov, Axelrod, Plekhanov. Lembremos Lenin para dizer que ele não temia enfrentar a realidade, seja qual fosse. E o pluripartidarismo no movimento operário é hoje uma realidade; se um bem ou um mal, só a história dirá, acreditamos que um bem, pois essa diversificação organizatória impõe um clima de discussão política que no caso de monolitismo partidário não é substituída pela aplicação mecânica da disciplina «eclesiástica» e do «centralismo burocrático».

Numerosos e abundantes dados concretos atestam sobejamente esse desenvolvimento, que, em certa fase, como, por exemplo, entre 1947 e 1956, superou os próprios índices dos países capitalistas mais adiantados, mas sobre eles — que se prendem mais à segunda parte do artigo de M. G. — comentaremos depois, focalizando essa parte restante de sua análise. Deixamos dizer, porém, que embora se acentue a dominação imperialista em nosso país (e as Teses o reconhecem de maneira inequívoca), esta se processa no entanto em choque crescente com a resistência de forças cada vez mais amplas, entre as quais — devido precisamente à pequena e insuficiente participação na frente única, da classe operária e dos trabalhadores do campo — a burguesia nacional, que vem tendo a direção da luta.

Por outro lado, no seu curso atual, o desenvolvimento econômico apresenta características que foram apontadas pelas Teses e que completam, ao lado de outros elementos concretos, irrecusáveis, a cabal refutação da alegação apressada e subjetivista de superestimação — o capitalismo.

O que diz o documento, por exemplo, sobre o processo inflacionário? Reputando-o uma das características do desenvolvimento atual, ao qual é imputado, embora seja um fenômeno bastante antigo e reflete a tendência secular de desvalorização cambial da moeda — resultando simultaneamente da desvalorização externa do cruzeiro e das causas estruturais, dos fatores de atraso, acentua que suas repercussões são profundas e penosas nas condições de vida da classe operária e de todo o povo.

Coloca assim em relação o documento, a necessidade de urgentes transformações na propriedade da terra na estrutura agrária, representada pelo regime latifundiário, e que constitui um dos fatores de atraso e deformação do desenvolvimento econômico, não levando pois, à solução das contradições que a sociedade brasileira contém.

Quando o assunto da Declaração de Março de 1958, os interesses e objetivos da classe operária estão a exigir daqueles que dedicam sua atividade intelectual à luta pelo socialismo, uma atitude mais profunda, mais perscrutadora, e por que não dizer, mais corajosa e mais responsável. Não basta a referência às luzes do XX CONGRESSO DO PCUS (será que esqueçemos que o PCUS já realizou o XXI CONGRESSO?) É necessário pesquisar qual o caminho mais rápido e mais prático para o fim do sistema capitalista mundial e a consequência do sistema socialista.

ALCIDES SABENÇA

De tal maneira, o sr. RENATO COSTA...

De tal maneira, o sr. RENATO COSTA... de Cuba).

Além disso, há uma outra situação que também merece ser mencionada: a de que, no momento em que se discute a Declaração de Março, os setores oportunistas de direita estão a fazer uma campanha de desmoralização da Declaração de Março de 1958, tentando fazer crer que esta não passa de um documento burocrático e dogmático, que não reflete a realidade brasileira.

Embora se acentue a dominação imperialista em nosso país (e as Teses o reconhecem de maneira inequívoca), esta se processa no entanto em choque crescente com a resistência de forças cada vez mais amplas, entre as quais — devido precisamente à pequena e insuficiente participação na frente única, da classe operária e dos trabalhadores do campo — a burguesia nacional, que vem tendo a direção da luta.

Por outro lado, no seu curso atual, o desenvolvimento econômico apresenta características que foram apontadas pelas Teses e que completam, ao lado de outros elementos concretos, irrecusáveis, a cabal refutação da alegação apressada e subjetivista de superestimação — o capitalismo.

O que diz o documento, por exemplo, sobre o processo inflacionário? Reputando-o uma das características do desenvolvimento atual, ao qual é imputado, embora seja um fenômeno bastante antigo e reflete a tendência secular de desvalorização cambial da moeda — resultando simultaneamente da desvalorização externa do cruzeiro e das causas estruturais, dos fatores de atraso, acentua que suas repercussões são profundas e penosas nas condições de vida da classe operária e de todo o povo.

Coloca assim em relação o documento, a necessidade de urgentes transformações na propriedade da terra na estrutura agrária, representada pelo regime latifundiário, e que constitui um dos fatores de atraso e deformação do desenvolvimento econômico, não levando pois, à solução das contradições que a sociedade brasileira contém.

GASTÃO MEDEIROS

Peco a Palavra, Pela Ordem!

É com grande satisfação que assistimos ao debate vivo que teve início pelas colunas de NOVOS RUMOS sobre o programa do Partido, sua aplicação; e as teses e objetivos da luta pelo SOCIALISMO e pela libertação da classe operária.

Quando o assunto da Declaração de Março de 1958, os interesses e objetivos da classe operária estão a exigir daqueles que dedicam sua atividade intelectual à luta pelo socialismo, uma atitude mais profunda, mais perscrutadora, e por que não dizer, mais corajosa e mais responsável. Não basta a referência às luzes do XX CONGRESSO DO PCUS (será que esqueçemos que o PCUS já realizou o XXI CONGRESSO?) É necessário pesquisar qual o caminho mais rápido e mais prático para o fim do sistema capitalista mundial e a consequência do sistema socialista.

Sem conhecer a orientação de 1935 e sem querer diminuir a bravura e a intenção honesta dos que lutaram naquela época para barrar o avanço do nazifascismo, tenho a impressão de que contrariamos (naquela época), um dos princípios do mestre Vladimir Ilitch Lenin: Duas coisas são necessárias para se fazer a revolução (armada): 1º que o momento seja revolucionário e 2º que haja o mínimo de organização.

Embora existisse um mínimo de organização creio, à distância, que o momento não era revolucionário. A publicação das Teses para o V Congresso será, a meu ver, um fator extraordinário para um balanço geral crítico e auto-crítico, maior reforço orgânico, político-ideológico do Partido e, ajudará, tenho certeza, a traçar as tarefas do presente, abrindo grandes perspectivas para o futuro!

Todo este argumento que as forças mais conscientes do movimento operário permitiram essa quebra da unidade organizatória. O fato concreto é que essa dispersão organizatória é um aparente reflexo do socialismo, quando na realidade é um sintoma de seu avanço. A pressão social e econômica que impõe solução socialista para os problemas da humanidade, se arrebatam os canais organizatórios, e se mostram ineficazes, infelizes, sem sensibilidade para compreender o momento histórico, e as tarefas que este lhes impõem. Creio ser necessário reconhecer essa realidade para ser traçada qualquer diretriz prática. No ensaio do 90º aniversário de Lenin é bom recordar que ele não se apegava a fórmulas vazias, que era profundamente analítico nas questões táticas, como provam o seu comprometimento frente ao Estado Maior Alemão em 1917, e a sua atitude no Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (1903), praticamente cindindo o Partido em duas alas-bulchevique e menchevique, arrastando com isso a ira e a incompreensão dos líderes socialistas da época — Martov, Axelrod, Plekhanov. Lembremos Lenin para dizer que ele não temia enfrentar a realidade, seja qual fosse. E o pluripartidarismo no movimento operário é hoje uma realidade; se um bem ou um mal, só a história dirá, acreditamos que um bem, pois essa diversificação organizatória impõe um clima de discussão política que no caso de monolitismo partidário não é substituída pela aplicação mecânica da disciplina «eclesiástica» e do «centralismo burocrático».

Continuação... (Continua)

Tribuna de Debate

JOSE' A. DE CASTRO (São Paulo)

Os Estatutos de 1954 e o Novo Projeto de Estatutos

1. O P. C. B. é a vanguarda política da classe operária — a forma superior de sua organização de classe. Ser processo de formação é a luta interna entre a ideologia proletária e a não proletária. Este processo avança na medida que o Partido se identifica com as principais aspirações, costumes e particularidades do proletariado e do povo brasileiro. Quanto mais ele consegue interpretar a realidade nacional, fundindo-a com a verdade universal do marxismo-leninismo, mais consegue vencer a ideologia não proletária e tornar-se força política atuante.

Durante os debates das teses e experiências do XX CONGRESSO, afloraram algumas tendências revisionistas de direita que prejudicaram o Partido. Mas as manifestações dogmáticas e subjetivistas constituem a principal manifestação de ideologia não proletária surgida no Partido. Foi isso que quase o transformou em uma seta, desviado do processo real de vida de massas no país. Os Estatutos de 54, apesar de muitos aspectos positivos, expressam em grande medida estas falhas.

O atual Projeto de Estatutos adota novas formulações que expressam profundamente a experiência positiva do nosso Partido, procurando identificá-las com os hábitos do proletariado e do povo brasileiro. Ele visa transformar o Partido em organização viva, de ação, libertar os militantes e organismos das amarras que os impossibilitavam de agir e ligar-se à vida, ao povo. E tem em mira a criação de um Partido de unidade consciente, democraticamente centralizado, ao mesmo tempo nacional e identificado com o internacionalismo proletário — um partido marxista-leninista.

Cada passo que nosso Partido dá no sentido de sua formação é uma superação das falhas reveladas por uma longa prática, através do processo da crítica e da auto-crítica, levando sempre em conta as experiências positivas do passado e do presente. Tendo isto em conta, faremos algumas observações críticas sobre os Estatutos de 54, sua interpretação e prática, bem como sobre os resultados atingidos. Paralelamente, faremos alguns comentários com artigos e parágrafos do novo Projeto, para que os leitores melhor possam aquilatar das diferenças existentes.

2. Os Estatutos formulam os princípios leninistas gerais de organização e em cada época e em cada Partido buscam expressar a linha política e também determinadas experiências do Partido. No informe ao IV CONGRESSO sobre os Estatutos, publicado na Revista "Problemas" 64, assinado pelo camarada João Amazonas, dizia-se: «Os Estatutos dinâmicos das novas tarefas que se apresentam ao Partido com a aprovação do seu programa.»

A vida revogou, há alguns anos, a linha do Programa e os Estatutos de 54, que se chocavam com a realidade e que levaram o Partido a um desgaste de forças e ao isolamento.

As teses políticas mostram que a causa real destas posições programáticas e falhas estão no subjetivismo. Isto é a falta de suficiente estado e conhecimento da realidade e das lutas do povo. Recorremos então ao dogmatismo — à transplantação mecânica de formulações gerais ou ideias de outros partidos. Este método dominou nossa forma de pensar e atuar e ainda pesa em muitos de nós.

Foram pois a linha do Programa, secretária por excelência, e o dogmatismo nos princípios de organização que guiaram predominantemente a elaboração, interpretação e aplicação dos Estatutos aprovados no IV CONGRESSO. Embora as falhas dos Estatutos sejam baseadas essencialmente naquela linha e no sistema do culto à personalidade, eles mesmos, como instrumentos básicos de organização do Partido, tornaram-se causa de numerosos e graves erros.

O Projeto de Estatutos não introduz modificações substanciais nos princípios gerais, embora importe em modificações importantes, algumas delas relativas a questões de princípios. Em suas linhas gerais, procura democratizar a vida interna do Partido. Já que a longa prática e as violações dos princípios de organização encerram, essencialmente, aspectos de dogmatismo e violações do centralismo democrático.

As modificações de sentido democrático introduzidas nos Estatutos não significam que se tenha deixado de levar em conta as manifestações de revisionismo, surgidas por ocasião dos debates sobre o XX CONGRESSO do P.C.U.S., nem erros graves, como a dissolução de organismos através da extensão do direito de voto a todos os participantes de cada reunião (C. R. Piratininga) e nem, também, as tendências liberais que afloram em alguns lugares ultimamente.

3. Na sua introdução, o Projeto abandona fórmulas utilizadas pelos Estatutos de 54, como a «derubada do poder» «dos latifundiários e grandes capitalistas» e outras semelhantes que expressavam o conceito anti-leninista de revolução a curto prazo.

O Projeto, depois da definição dos princípios gerais, do caráter do nosso Partido e de seus objetivos finais, expõe os elementos fáticos mais importantes da linha política — o poder pelo qual lutamos e os objetivos da revolução nesta etapa. Nesta síntese está contida a revolução realizada pelas massas, tendo a classe operária à frente das demais forças progressistas, e não imposta por um pequeno grupo de heróis, conforme preconizava a linha do Programa.

4. Ao tratar das condições de membro do Partido, o artigo 17 do Projeto introduz várias mudanças. Os Estatutos

de 54 incluíam formulações que a prática mostrou inaplicáveis. Exigiam no seu artigo 2.º, como condição de membro do Partido cumprir todas as decisões do Partido. O informe ao IV Congresso sobre os Estatutos insiste nesse aspecto. Certamente esta ideia faz parte do centralismo democrático, mas não pode ser colocada como condição de membro do Partido. Se fosse tentada a aplicação desta fórmula, poucos ingressariam no Partido e poucos teriam condições para serem membros do Partido. Esta formulação foi suprimida.

Foi ainda modificada a formulação sobre a contribuição. Os Estatutos fazem no mesmo artigo em contribuições estabelecidas como condições de membro do Partido. O princípio leninista se refere não ao quantum, mas à contribuição em si. O Projeto formula de maneira mais simples e mais correta esta condição ao falar, no mesmo artigo, em «meios materiais» como contribuição ao Partido.

O Projeto de Estatutos também modifica e simplifica, através do seu artigo 2.º, o método de filiação ao Partido, exposto no artigo 6.º dos atuais Estatutos. Abole a condição de o candidato deve ser proposto e recomendado por um membro do Partido, que tenha no mínimo um ano de militância. Isto pouco era praticado, porque revelou-se impossível ser seguido e sua continuação só dificultaria o crescimento do Partido.

Outra modificação: a filiação já não será realizada somente por O.B. e obrigatoriamente confirmada por organismo superior. Essa norma nunca foi aplicada na prática; na realidade todas as inscrições recrutavam e não solicitavam confirmação do organismo superior.

5. Os artigos 3.º, 4.º e 5.º do Projeto modificam aspectos importantes dos artigos 3.º e 4.º dos Estatutos de 54 e introduzem coisas absolutamente novas em relação aos deveres e direitos dos membros do Partido.

O Projeto de Estatutos, procurando inserir as nossas poucas experiências de métodos democráticos, visa através da reformulação dos deveres e direitos, elevar o papel do militante do Partido, como revolucionário que pensa, elabora e não apenas cumpre decisões e executa tarefas. Assim o militante não somente participa ativamente da vida política como indicavam os Estatutos — letra «a», artigo 3.º, como participa do estudo e da elaboração da linha política, como assinala o Projeto na letra «d» do artigo 3.º.

Os Estatutos de 54 assinalavam que o militante deve elevar ao seu próprio nível político e ideológico. O Projeto atribui ao militante a responsabilidade de ajudar no mesmo sentido aos camaradas e a todo o partido. Além disto, nossa prática mostra que este objetivo não se alcança apenas nas escolas e nos livros — que são necessários. Mas, também, através da atividade prática, junto às massas, inserindo-se na vida real, conhecendo a realidade e fundindo-a com a verdade universal do marxismo-leninismo, como se esforçam por fazer agora muitos militantes, combatendo o subjetivismo, o dogmatismo e as tendências de direita.

Os exageros dos preceitos de vigilância interna como «ser sincero e honesto», «não ocultar ou desvirtuar a verdade», «guardar segredos», etc., determinados nas letras «g» e «h» do mesmo artigo dos Estatutos sancionaram muitas vezes um clima de desconfiança organizada; criaram e aguçaram contradições entre dirigentes e dirigidos e, por vezes, até nas famílias dos militantes. A vigilância e outros preceitos são indispensáveis à existência do Partido.

Neste artigo, pela letra «e» foi introduzido no Projeto de Estatutos um conceito de extraordinária importância para a vida do Partido. É aquele que formula o direito de «manter sua opinião e continuar a defendê-la nas discussões partidárias» dentro das normas estatutárias.

Este princípio é indispensável a um partido sério, pois a verdade é encontrada na base da luta das opiniões contrárias e somente a prática prova quem está com a verdade, para que o Partido possa adotá-la.

No passado, era esquivada a opinião divergente, nem se podia pensar em mantê-la. Somente agora com a nova linha política que levou o Partido à procura das leis particulares da revolução brasileira e que permitiu o surgimento das Teses políticas, foi possível dar passo neste sentido.

Este princípio não significa que os divergentes sejam «les quais forem», têm o direito de levantar seus pontos de vista em toda a parte, a qualquer momento e de qualquer forma, como tem ocorrido com alguns camaradas da direção central. Este direito é regulamentado pelo artigo 9.º, que estabelece as principais condições da prática do mesmo.

Outro conceito novo que foi introduzido no Projeto de Estatutos e que corresponde à prática de nossa vida partidária é o artigo 5.º. Ele reconhece a todo membro do Partido a liberdade de sair dele, segundo as normas estabelecidas. Tal conceito corresponde à experiência de nosso Partido. Sabese que muitas pessoas saíram do Partido

particularmente tratando-se de um partido com longos anos de ilegalidade. Mas o exagero destas normas nos Estatutos, que são a lei básica do Partido, contribuíram para agravar a tradição, em nosso Partido, de esmagamento da luta interna de opiniões.

Somente depois do XX Congresso do P.C.U.S. com a denúncia dos erros do culto à personalidade, o surgimento da nova política e os esforços no sentido de se impedir a violação dos princípios leninistas de organização foi possível envenenar com liberdade a luta de opiniões.

O Projeto de Estatutos, ao mesmo tempo que abandona aqueles exageros, registra várias formulações que traduzem a liberdade da luta interna e, entre elas, coloca, na letra «e» do mesmo artigo, como um dever do militante «concorrer para a prática permanente da crítica e auto-crítica para a luta de opiniões ampla e organizada».

O Projeto de Estatutos não registra o dever de aplicar firmemente a orientação sobre a acertada seleção de quadros, etc. Em primeiro lugar os exemplos positivos da política de quadros de quando datam os Estatutos são raros; em compensação, são abundantes os negativos. Tal seleção obedeceu, durante longo período, a um vasto subjetivismo e obrerismo. O exagero levou ao desligamento arbitrário e desnecessário da produção de numerosos operários, para «formá-los rapidamente» de forma burocrática. Antes de incluir tal preceito nos Estatutos novamente, é importante sistematizar as velhas e novas experiências para saber formular esta norma. Mas o clima de democracia interna, de livre circulação da crítica e de luta de opiniões já abre condições de rápido progresso na seleção de quadros.

Nos Estatutos de 54 estavam inscritos vários direitos dos membros do Partido. Mas todos os militantes sabem como no passado esses direitos foram subestimados e esprezados. Basta atender para o fato de o referido informe ao IV Congresso dedicar 6 páginas aos deveres tratando dos direitos em apenas uma página, sem nenhuma auto-crítica de suas violações permanentes. Basta lembrar como foi realizado o processo da discussão ao IV Congresso e como no mesmo foi aplicado o «direito de ser ouvido» de acordo com uma orientação especial do sistema mandonista. Certamente, nesta altura tal coisa não é mais possível, apesar do saudosismo de alguns.

O Projeto de Estatutos introduz várias inovações. Na letra «a» do artigo 4.º estabelece o direito de cada militante participar das discussões sobre os «problemas da vida interna e externa», antes privilégio de certos camaradas, na letra «b» do mesmo artigo estabelece o direito de eleger e ser eleito para o quer cargo do Partido — direção — tesoureiro e outros. Atualmente, o militante tem direito de fato de criticar não só nas reuniões, como junto às instâncias superiores, partidárias, qualquer órgão dirigente ou membro do Partido. Atualmente tornou-se possível inscrever isto como consta da letra «c», porque é realmente praticado no Partido.

As linhas gerais dos Estatutos de 54, o sistema e a prática centralizadora exageradas impossibilitavam entre nós uma abertura de discussão sobre assuntos do Partido (artigo 22 com suas letras). Tal fato contribuiu para agravar contradições no Partido.

O Projeto busca regulamentar esta norma partidária importante na letra «d» do artigo 9.º, indicando que cada organização ou órgão dirigente do Partido abre e encerra, por maioria, a discussão sobre os assuntos de sua jurisdição ou sobre qualquer outro assunto partidário, dentro das normas regulamentadas neste mesmo parágrafo para evitar igualmente o abuso dos que se tornam cegos na paixão da luta interna.

O Projeto também busca solucionar no mesmo espírito a importante questão do pronunciamento de membros do Partido e da autonomia dos organismos sobre problemas políticos. Assim se elimina o que estatui o artigo 20 dos Estatutos de 54 que, expressando o conceito de uma elite de aristocratas chefiando uma massa de militantes executantes, só permitia ao CC, ao Presidium ou ao Secretariado tomar posição política em casos graves e urgentes.

Em seu lugar, inscreve a letra «g» do artigo 9.º: «Dentro da linha política e das resoluções do Partido, cada organização e cada órgão dirigente goza de plena autonomia nas respectivas inscrições e tem, como cada membro do Partido, no campo de suas atribuições e direitos, o dever de exercer ampla iniciativa, tanto dentro do Partido como publicamente». Nossa orientação atua exige, por excelência, iniciativa política dos comunistas, autonomia e ação fática local dos organismos dirigentes do Partido. E isto é radicalmente contrário ao espírito centralizador da linha do Programa e dos Estatutos de 54, bem como à longa prática que estrangulou a autonomia dos organismos locais. Aliás, essa prática centralizadora é também a maior responsável pelo atraso no conhecimento da realidade local e, portanto, da elaboração das fáticas particulares pelos respectivos organismos. Já que de

sem dar satisfação. Mas também é certo que muitas pessoas honestas, depois de ingressarem no Partido, têm chegado à conclusão que não se coadunam com seu caráter e hábitos a militância no Partido. Desejam então sair do Partido, embora continuando seus amigos. Nos dias idos tal ocorrência era impossível. Tais elementos eram logo marcados como covardes ou desertores e evitados como inimigos.

A admissão no Partido é voluntária e é regulamentada. A demissão também o deverá ser. De qualquer forma é uma inovação em nossos Estatutos e a prática vai ensinar-nos a utilidade ou não deste conceito partidário.

6. O centralismo democrático é o princípio básico de nosso Partido. Os Estatutos de 54 encerravam este princípio de forma geral mas, em certa altura o confundiam com a estrutura geral. A formulação sofre de exageros e lacunas, pela forma dogmática. Estas falhas se casaram muito bem com a prática de sua violação e deformação durante os longos anos de vida do Partido, particularmente na fase do sistema mandonista. O Projeto busca formular melhor este princípio e inserir nele o que de novo trouxeram os debates após o XX CONGRESSO e a recente prática do nosso Partido.

Na letra «a» do artigo 9.º, o Projeto determina: «Os membros do Partido são iguais em seus direitos e deveres e decidem sobre todas as questões do Partido». São do conhecimento dos militantes do Partido as graves infrações cometidas neste terreno. Jamais passaram pela cabeça de certos camaradas dirigentes tais conceitos de «direitos iguais» e sobre todas as questões do Partido para os militantes de todos os escalões e origens. Tal princípio nem constava dos Estatutos de 54. A inserção deste princípio nos futuros Estatutos possibilita lutar por sua regulamentação e prática em todo o Partido e impedir a volta ao mandonismo, como parece desejavam os saudosistas da linha do programa.

O princípio de elegibilidade, formulado no projeto de Estatutos, na letra «b» do mesmo artigo, está melhor formulado e os direitos dos militantes, votantes igualmente melhor garantidos do que na letra «a» do artigo 12 dos Estatutos de 54. Isto possibilita acabar com a prática dos votos irremovíveis de certos dirigentes de determinados postos pois certos camaradas consideram isto «medida sem princípio».

O Projeto busca regulamentar esta norma partidária importante na letra «d» do artigo 9.º, indicando que cada organização ou órgão dirigente do Partido abre e encerra, por maioria, a discussão sobre os assuntos de sua jurisdição ou sobre qualquer outro assunto partidário, dentro das normas regulamentadas neste mesmo parágrafo para evitar igualmente o abuso dos que se tornam cegos na paixão da luta interna.

O Projeto também busca solucionar no mesmo espírito a importante questão do pronunciamento de membros do Partido e da autonomia dos organismos sobre problemas políticos. Assim se elimina o que estatui o artigo 20 dos Estatutos de 54 que, expressando o conceito de uma elite de aristocratas chefiando uma massa de militantes executantes, só permitia ao CC, ao Presidium ou ao Secretariado tomar posição política em casos graves e urgentes.

Em seu lugar, inscreve a letra «g» do artigo 9.º: «Dentro da linha política e das resoluções do Partido, cada organização e cada órgão dirigente goza de plena autonomia nas respectivas inscrições e tem, como cada membro do Partido, no campo de suas atribuições e direitos, o dever de exercer ampla iniciativa, tanto dentro do Partido como publicamente». Nossa orientação atua exige, por excelência, iniciativa política dos comunistas, autonomia e ação fática local dos organismos dirigentes do Partido. E isto é radicalmente contrário ao espírito centralizador da linha do Programa e dos Estatutos de 54, bem como à longa prática que estrangulou a autonomia dos organismos locais. Aliás, essa prática centralizadora é também a maior responsável pelo atraso no conhecimento da realidade local e, portanto, da elaboração das fáticas particulares pelos respectivos organismos. Já que de

garem e acompanharem os acontecimentos políticos, reagindo prontamente diante deles.

Disto não se subentende que deve haver pronunciamentos a torto e a direito, por todos e sobre tudo. Trata-se sim, de ajudar os militantes do Partido a pensar, agir e assumir responsabilidade sobre os problemas políticos. Tampouco isso implica numa autonomia que possa conduzir à quebra do centralismo — tal como vem ocorrendo por responsabilidade de alguns camaradas dirigentes em relação à aplicação de decisões do Comitê Central e outros organismos superiores em diferentes escalões. A letra «e» desse mesmo artigo é suficientemente explícita sobre a subordinação dos organismos inferiores aos superiores; bem como a obrigação de todo o Partido de levar à prática as resoluções tomadas.

7. O Projeto introduz uma série de inovações na estrutura do Partido. Inovações essas exigidas pela realidade do país, por uma linha política de massas e pela experiência, como se assinala no artigo 10. Ele revoga também diversos conceitos errôneos, dogmáticos e subjetivistas de Partido com seta, bem como rejeita todas as teses revisionistas de Partido sem estrutura, surgidas durante os debates e que ainda se manifestam em alguns lugares. Tais teses, essas que poderiam levar o Partido a perder suas características revolucionárias.

O Projeto estabeleceu a estrutura segundo a divisão administrativa territorial e a nomenclatura volta a acompanhar essa orientação. Os Comitês regionais voltam a ser estaduais; o Presidium volta a ser Comissão Executiva.

Acabou-se com a enxurrada de Comitês Regionais. Aquela divisão, transplantada mecanicamente para nosso país, apenas deu prejuízo, dividindo o Partido e o movimento de massas, criando condições para uma burocracia que emanava da concepção de revolução a ser realizada por um grupo de heróis, dando ordem na ilegalidade. No Estado de S. Paulo chegou-se ao absurdo de 10 C.C.R.R. subdividindo o Partido. Fero que deixam marcas profundas e que só podem ser corrigido através de intensos esforços.

O artigo 13 do Projeto eleva o papel dos suplentes dos órgãos dirigentes, atribuindo-lhes o direito de preencherem o lugar do membro efetivo em sua ausência e acabando com a denominação de candidatos.

O artigo 15 regulamentou o papel da fração do Partido nas organizações de massas, atendendo a uma exigência dos militantes que al trabalho — a eleição por eles mesmos da direção da fração. De acordo com os Estatutos de 54, cabia às direções o direito de nomear as direções das frações.

Por outro lado, o Projeto combate a tendência, hoje comum e prejudicial, de os ativistas das organizações de massas se desligarem da vida orgânica do Partido. Assim é que determina, em parágrafo único do mesmo artigo, a necessidade da participação desses ativistas em organismos do Partido.

Uma das falhas dos Estatutos de 54 e da atividade do CC, e demais órgãos dirigentes consiste no não re-

cebimento da necessidade de sistematizar normas e regulamentos, o que levava a absurdos em organização e métodos. O Projeto, no seu artigo 16, determina a elaboração de regulamentos que sistematizem as normas e procedimentos, tanto em escala nacional como estadual e local.

8. O Projeto de Estatutos ao tratar das organizações de base, no seu artigo 19, é contrário à rigidez dos Estatutos de 54, no seu artigo 13. Defende o princípio leninista de estrutura na base do local de trabalho e território e também abre a possibilidade de criar organizações de base de setor profissional. No mesmo sentido estende, através da letra «b» do artigo 34, essa possibilidade à criação de comitês. Este conceito não permite reservar para o setorismo e também não amarra as mãos do Partido em matéria de organização, que é sempre subordinada às necessidades políticas e a casos excepcionais. A criação de comitês em setores profissionais é subordinada, ainda à ratificação do CC.

Seguindo a linha de combate ao sistema centralizador o Projeto de Estatutos dá um destaque especial, nos artigos 21 e 23, à assembleia da O.B. para reforçar o papel da massa de militantes. Simultaneamente, no artigo 21 define melhor o papel do secretário, como órgão dirigente entre uma e outra assembleia. Entra em alguns detalhes para facilitar o funcionamento da O.B., que estava sendo muito subestimado e ainda constitui problema não solucionado.

9. No Cap. V, tratando das organizações intermediárias e seus órgãos dirigentes, o Projeto formula com maior precisão a importância das conferências e facilita sua convocação, quando assim o requerer a necessidade do Partido, expressa pelo desejo da maioria dos delegados presentes à Conferência anterior, como o indica a letra «d» do artigo 27. No parágrafo único do mesmo artigo é regulamentada esta norma. Os Estatutos de 54, no seu artigo 34, só permitiam convocação da conferência, com este caráter, por dois terços do total dos membros do respectivo território, o que era muito difícil e inaplicável. Outra inovação do Projeto é a norma determinada pelo parágrafo único do artigo 22, que facilita a assembleia de todos os comunistas com direito a voz e voto no Distrito ou Município de pequeno efetivo que não dirija O.B. com o mesmo direito, democraticamente das conferências de organismos com grandes efetivos.

Ao mesmo tempo, o Projeto eleva a responsabilidade das direções locais, como se exige em país tão extenso e de desenvolvimento desigual como o nosso e como o exige também uma justa política de massas. De acordo com o Projeto, os Comitês podem elaborar sua política local dentro da política geral, ficando com maior autoridade para aplicar a linha política com ampla iniciativa bem como os Estatutos. Os Comitês Estaduais podem, além disso, elaborar suas próprias normas para as conferências locais, dentro dos princípios estabelecidos. Quando necessário, os CCEE podem eleger Comissões Executivas. Têm também o direito de ratificar candidatos a cargos eletivos nas respectivas circunstâncias. Também isto facilita ao Comitê exercer sua função de direção. Por outro lado, o Comitê pode ser convocado «por proposta de um de seus membros, aprovada pela maioria», de acordo com o estabelecido no parágrafo «d» do artigo 30.

10. Também em relação aos órgãos dirigentes centrais o Projeto, em seu capítulo VI, introduz importantes modificações. Ali se destaca a importância do problema que criou numerosas contradições e se apresenta complicado nos Estatutos de 54 — o da convocação dos Congressos e do Comitê Central. Na letra «c» do artigo 33 regulamentou a possibilidade da convocação do Congresso, inclusive por uma organização subordinada ao CC, uma vez aprovada por outros Comitês Estaduais e Territoriais representando a maioria de voto no Congresso anterior; e a letra «d» do artigo 35 estabelece que, o CC, poderá ser convocado «por proposta de um de seus membros, aprovada pela maioria». O Projeto introduz, pelo artigo 36, a Conferência Anual do Partido e pelo artigo 37, Conferências Inter-Estaduais e regulamentou a convocação das mesmas. São novos passos no sentido da democratização.

O Projeto também abole a Comissão de Controle, que não corresponde à nossa experiência e que serviu, em alguns ocasiões, como instrumento de coação na fase do mandonismo florescente.

O Projeto deixou, igualmente, de registrar a criação da Comissão de Finanças, uma vez que já facultou a todos os Comitês a criação de órgãos e cargos auxiliares acessórios (artigo 16). Aboliu também a fixação de quotas de contribuição financeira, considerando o desenvolvimento desigual do país. Esta norma deverá, certamente ser regulamentada depois pelo CC, e pelos Comitês, na base dos princípios e normas estatutárias que estabelecerem as fontes de finanças.

CONCLUSÃO

O atual Projeto de Estatutos não é uma obra acabada e ainda pode sofrer modificações. Mas expressa um avanço no processo de ruptura com a linha esquivada, a interpretação dogmática dos princípios leninistas de organização e o subjetivismo, na pesquisa e sistematização de nossa prática, visando evitar a repetição de erros graves e a violação dos princípios.

O Projeto de Estatutos, aprovado com as novas emendas que serão certamente sugeridas, se constituirá num instrumento importante para acelerar o processo de reeducação ideológica do Partido, dentro da linha das teses políticas que o Partido completará e aprovará colocando-o em condições de dirigir a revolução antiimperialista e a construção

COMUNICADO

Os responsáveis pela TRIBUNA DE DEBATE comunicam a todos os interessados que foram estabelecidas as seguintes normas sobre a publicação dos artigos e cartas:

- a) A fim de possibilitar a participação do maior número de companheiros no debate, cada participante terá direito a um máximo de 10 laudas datilografadas (30 linhas por lauda) em cada edição da TRIBUNA DE DEBATE. Os artigos que excederem a este limite serão divididos e publicados em série.
- b) Os artigos e cartas serão publicados por ordem de recebimento na redação de NOVOS RUMOS. Em cada edição da TRIBUNA DE DEBATE figurará uma relação dos artigos recebidos, segundo a ordem em que serão publicados.

Tribuna de Debate

CALIL CHADE (S. Paulo)

A Linha Oportunista da Declaração

O conhecimento exato da realidade objetiva constitui um elemento básico para a elaboração e a prática da política revolucionária do Partido Comunista...

Estas considerações vêm a propósito das opiniões que pretendo expor adiante sobre alguns aspectos da tática expressa na Declaração de Março...

dassem numa substituição de posições sectárias e dogmáticas por posições de direita e revisionistas.

No Programa e na Declaração encontramos a prova bem palpável de como o subjetivismo conduziu, inevitavelmente, ou para o esquerdismo ou para a direita.

Poderíamos continuar citando muitos outros exemplos de como a substituição das posições sectárias, dominante no período do Programa, nos levou...

Procurando combater o Programa que, erradamente, considerava a economia brasileira estagnada, a linha política da Declaração apoiou-se numa análise da realidade nacional, que tem como premissa a tese de que a economia brasileira está em desenvolvimento e que o capitalismo nacional é o seu elemento progressista por excelência.

A Declaração distingue o papel particular do capitalismo nacional do conjunto do desenvolvimento capitalista em geral. Ao aprejar o capitalismo nacional, sob vários aspectos e em diferentes momentos, considera-o como uma categoria econômica autônoma...

O objetivismo burguês leva a que, na Declaração, o papel do capitalismo nacional seja exagerado, não só no que se refere ao incremento da economia brasileira, mas também no que diz respeito ao processo político em curso.

Superestimando o papel do capitalismo nacional, ao qual atribui todas as virtudes, a Declaração despreza a atividade revolucionária das massas...

Entendemos que, preliminarmente e acima de quaisquer discordâncias ou controvérsias, deve-se evidenciar e reconhecer a importância e a significação das Teses Para Discussão...

Enquanto no Programa o estudo da realidade, marcado pelo subjetivismo, levou a que fosse formulada uma linha política de natureza sectária, a análise da sociedade brasileira, também influenciada pelo subjetivismo, na Declaração, serviu de base à construção de toda uma tática oportunista de direita, reformista.

Partindo de que a contradição principal a ser resolvida na atual etapa da revolução é a que existe entre a nação, de um lado, e os imperialistas norte-americanos e seus agentes, de outro, a tática da Declaração visa, antes de tudo, à amplitude da frente única.

suas populares são perseguidos em favor de uma amplitude de cúpula do movimento nacionalista. Em razão disso, muito pouca atenção é atribuída às reivindicações e às formas de luta da classe operária e dos camponeses...

Corrigindo o Programa, a Declaração formula a questão da hegemonia do proletariado como objetivo a ser alcançado no fim de um processo histórico...

Pretendo tratar destas questões essenciais da linha política noutros artigos, mas não queria terminar sem tomar a liberdade de citar um trecho da intervenção do camarada Mikoyan...

ALVARO MOTTA LIMA

As Teses e as Candidaturas de Lott e Jânio

Ao abrir-se a oportunidade para um debate amplo e franco em torno da atuação do Partido nestes últimos tempos, aprez-me antes de mais nada trabalhar constatar que os primeiros trabalhos apresentados refletiram o clima de sadio otimismo que ora domina todo o Partido...

Antes adotávamos uma linha de intransigência com a burguesia e outras camadas da burguesia e outras camadas da burguesia e outras camadas da burguesia...

Após o histórico congresso do Partido Comunista da União Soviética, as posições mudaram, verificaram-se uma série de erros e descobriu-se que o culto à personalidade tinha alterado em muitos aspectos a linha correta da política dos comunistas...

Como que, mudando de um extremo a outro, passamos de oito a oitenta. Depois do conclave dos nossos camaradas soviéticos estabeleceu-se surpreendentemente um pânico nas nossas fileiras...

Decoreu algum tempo até que firmamos os pontos principais da Declaração de Março. Viu-se, examinando cuidadosamente o documento, que a posição adotada passou também de um extremo a outro...

vanguarda da classe operária como guia do movimento revolucionário brasileiro. Sucedeu uma reviravolta completa. Nossa política, tal como acentuou o camarada Maurício Grabois...

Fatos se provam com exemplos. O Partido Trabalhista Brasileiro era caracterizado como um partido igual aos outros existentes em nosso país.

Com relação à U.D.N. e ao P.S.D. a situação é antagonica. Parece que esquecemos os elementos nacionalistas dessas agremiações.

Uma política de princípios nacionalistas não isenta de julgarmos os partidos burgueses como eles realmente são. A U.D.N., em essência, é igual ao P.T.B. ou ao P.S.D.

Hoje apoiamos a candidatura do Marechal Teixeira Lott. Nada melhor do que esta fase pré-eleitoral para caracterizar com mais nitidez a política dos comunistas brasileiros.

Constatamos, contudo, que, apesar de tudo estar tão nitido, ainda há gente em nossas fileiras que se deixa iludir com as promessas e artimanhas do antigo professor de português...

Chamados ao debate para discutirmos a atuação do partido no passado e no presente, vamos fixar-nos mais concretamente na campanha pré-eleitoral.

Pouco importa que o Sr. Lott tenha declarado em alguns Estados que repete o apoio dos comunistas. Saibam o «Diário de Notícias», o «Correio da Manhã», o «Globo» e outros jornais que andam de namoro ostensivo com o candidato da vassoura...

Na última campanha eleitoral, em alguns comícios partidários, elementos vinculados à candidatura do Sr. Kubitschek, também repeliram o apoio dos comunistas.

O debate que ora travamos somente poderá trazer resultados favoráveis à política que passaremos a adotar. Pulvar de um dogmatismo a uma atitude de conciliação com a burguesia...

Em outra ocasião manifestar-me-ei sobre o projeto de Estatutos, também apresentado a discussão e que contém pontos de realce, que os companheiros saberão discutir com brilhantismo, à luz da ideologia marxista-leninista.

AZEVEDO ROLIM

COM RELAÇÃO ÀS TESES

Entendemos que, preliminarmente e acima de quaisquer discordâncias ou controvérsias, deve-se evidenciar e reconhecer a importância e a significação das Teses Para Discussão...

Nosso pronunciamento, entretanto, escapa à discussão pura e simples das Teses. Isto porque preferimos deixar essa discussão àqueles que, mais autorizados sob todos os aspectos...

Vemo-nos, isto sim, prevalecer do ensino — do inesperado aquele que se nos oferece — para tentar um desabafo em relação a algumas das incontáveis atitudes ao nosso ver erradas, da parte de certos setores do Partido...

Por conseguinte, o apoio ao Marechal Teixeira Lott deve ser dividido equitativamente, assim como o fazemos com relação ao atual governo.

é por acaso que o imperialismo, por seus setores especializados, vem fazendo sua penetração venenosa através das histórias em quadrinhos e dos «condensados» de vários tipos.

Não ignoramos as dificuldades para conseguir-se um resumo prático e objetivo dos temas e dos aspectos focalizados pelas Teses, assim como temos absoluta certeza de que os teóricos do Partido irão discutir as viva-vozes com algumas camadas da população...

Passemos ao desabafo: ao nosso modo de ver, o sectarismo, a vaidade, a auto-suficiência, o mandosismo e outros defeitos continuam prevalecendo na mentalidade de certos e destacados elementos de direção do Partido...

Finalizaremos nosso despretensão ao pronunciamento em relação às Teses Para Discussão, lembrando, uma vez mais, ao Partido, a urgente necessidade de levar sua palavra aos homens do interior, igualmente esquecidos. No momento, fazemos conhecer as Teses, de compreensão de todos. É preciso, é indispensável, não esquecer o trabalhador do campo...

Castro Alves revolucionou fazendo versos e versando conspirar e lutaram pela nossa liberdade, Gonzaga, Alvarenga e Gláudio Manoel da Costa. Desnecessários se fazem outras citações. Mas os «donos do Partido» recebem desconhecer tais fatos e continuam subestimando os intelectuais, menosprezando-os e menosprezando-os...

Parceiros que esse problema tem sido focalizado muitas vezes; que com ele muita tinta e muito papel se tem gasto, mas, de prático, de concreto, pouco se há realizado. As Teses Para Discussão, isto é certo, oferecem, também nesse particular, uma excelente oportunidade para que seja iniciada uma vigorosa marcha ao encontro das aspirações do homem rural...

Justiça americana sob processo

EUA: E' BARATA A VIDA HUMANA

LUIZ ERNESTO JR.

San Quentin acordou agitado na manhã de 3 de junho de 1955. Um jazz soava a todo volume da vitrola...

nador rejeitou o pedido de graça e o cumprimento da sentença foi acertado para as 10,45. Outra vez passos na cela...

— Por que me torturam? Nova espera. Sempre o jazz. As 11,30, a justiça da Califórnia acrescentava a terceira mulher à lista...

Morte a 60 Cents

Já preparada, num vestido bege e brincos baratos como adorno, Babe recebe a visita de seus advogados...

A hora marcada, foi levada para a sala verde e amarrada à cadeira. A cerimônia já se ia completando...

cando outro infeliz para servir de exemplo. Exemplo que, longe de diminuir, só faz aumentar o assustador índice de criminalidade que mantém em permanente sobressalto os habitantes do país

— Isso significa que posso viver? A ilusão durou pouco. O gover-

A viúva morava sózinha num palacete em Los Angeles, acumulando as rendas de que vivia. Era um convite ao assalto, o que aconteceu na noite de 9 de março de 1953...

formatório, de onde saiu aos dezesseis anos, sem perspectiva e outro caminho que não o meretrício.

fascinada pela música de sua terra, fã ardorosa do jazz de Shelly Manne, Dave Brubeck e Jerry Mulligan. Gostava de poesia, e lia com frequência Byron e Oscar Wilde.

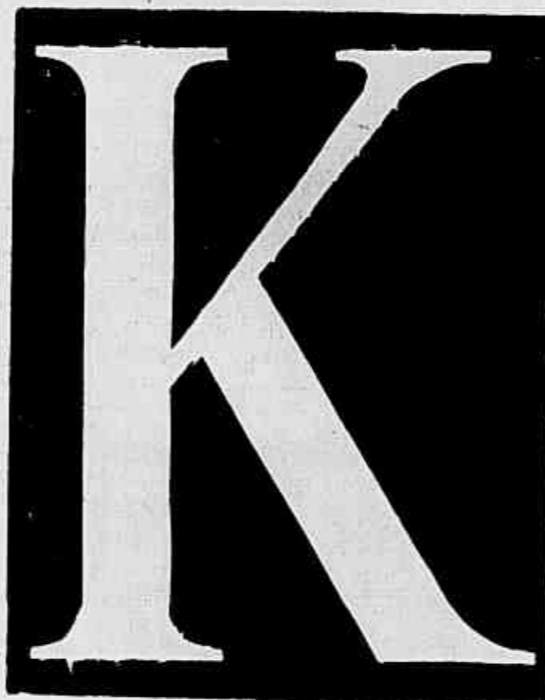
Carinho não faz mal a ninguém

Nem mesmo as atribuições da vida de grande estadista fizeram Kruschiov esquecer os carinhos de sua família, a quem dedica todo tempo deixado livre pelas obrigações de chefe da nação soviética.

Na mesma noite, alheia aos fatos, Barbara Graham saía de casa em busca de dinheiro, em troca da venda de seu corpo desde cedo obrigado à prostituição.

A própria sociedade encarregou-se de fechar-lhe as portas a uma vida decente. A engrenagem começou a funcionar. Vários empregos mal sucedidos...

Foi inútil. O meio em que era obrigada a viver criava-lhe amizade do tipo Perkins e Santo, preparando-lhe armadilhas como a que selou seu destino.



Conta Sua Vida

De PIERRE COURTADE, exclusivo para NR

Última reportagem de uma série

Dois meses depois, Emmett Per-

Vida Marcada

kins e Jack Santo eram presos em seu apartamento, suspeitos do crime. Por azar, lá se encontrava Barbara...

fundos, o que a faz conhecer o cárcere. Ao sair, em liberdade condicional, mais difícil ficou a vida.

Prêsa, Babe não perdeu a altivez, escarnecendo das autoridades que procuravam incriminá-la. Isso acentuou o desejo policial de levá-la à câmara de gás.

Já era marcada pela polícia. Abandonada pelos pais que não podiam sustentá-la, foi internada num re-

Mulher sensível, Babe procurou conforto na arte. Além de Brahms, era

Claro que sei da morte da viúva! Mas sei também que Júlio Cesar foi assassinado e nunca tive nada com isso!

Na prisão, Barbara procurava descobrir um meio de provar que não era culpada. Outra prisioneira do Estado da Califórnia apresentou-lhe uma oportunidade...

que levou os assassinos ao local do crime, um tal John True, que se declarou cúmplice, depôs contra a infeliz. Dizem ter sido esse o preço de sua liberdade imediata.

O propagandista

Nikita Kruschiov contou aos americanos como fez, naquela época, uma das suas primeiras experiências de propagandista. Os operários de Yuzovka haviam organizado uma coleta em favor das vítimas do massacre de Lena.

poder resistir aos capitalistas do mundo inteiro. As mais ricas potências do mundo sustentavam, nessa luta, os guardas brancos russos...

mir um dos cargos de direção do Partido na capital da Ucrânia. Especializando-se em questões econômicas, é chamado a Moscou, em 1929...

Como se Forja um "Criminoso"

Os depoimentos dos assassinos eram os únicos elementos de que os juizes dispunham para condená-la. Não havia provas e Barbara continuava jurando inocência.

se mesmo praticado o crime. Argumentou dessa forma pretextando garantir um alibi para depois não ser processado por falso testemunho.

via cometido mais um assassinato legal, que pouco depois provou-se ter sido grave erro, até hoje os responsáveis não compreenderam que para acabar com a criminalidade não adianta matar o criminoso.

A tragédia se prolonga



A tragédia se prolonga

A execução de Barbara Graham foi uma tragédia que a projetou além de sua morte. Casada em terceiras núpcias com Henry Graham, toxicômano que nem ao menos pôde depor em defesa dela...

«Depois — diz Kruschiov — quando ela soube e compreendeu, chorou; mas acreditara verdadeiramente que eu fosse ganhar uma medalha do czar».

A grande escola dos mineiros de Yuzovka era a da miséria de suas vidas com condições de trabalho tão duras que levaram Kruschiov a evocar Germinal, de Zola.

No que se refere aos proprietários das minas, os seus nomes não eram somente russos, mas franceses, belgas, ingleses, alemães...

«Foi no Donbass que me eduquei. Mais tarde, quando estudava economia política e a professor falava do sistema de salários e da exploração dos trabalhadores no regime capitalista...

Em 1918, após a Revolução de Outubro, Nikita Kruschiov entrou no Partido Comunista da Rússia (mais tarde, Partido Comunista da União Soviética).

O homem que o presidente Eisenhower recebeu como o representante de uma potência que hoje rivaliza com os Estados Unidos, era, há quarenta anos, o soldado anônimo de um exército errante e esfomeado.

O DIA do Trabalhador foi comemorado este ano na União Soviética já sob os primeiros efeitos do Plano Setenal de desenvolvimento econômico e social e diante das novas perspectivas de emulação econômica pacífica com os Estados Unidos. Na primeira República dos Trabalhadores, criada pela Grande Revolução de Outubro, se comemorava este ano a jornada de trabalho de seis a sete horas e a suspensão do tipo de atividade. Os trabalhadores que se dedicam às tarefas mais pesadas já trabalham apenas seis horas por dia e se preparam para trabalhar cinco. Ao mesmo tempo, são suprimidos os impostos sobre os salários dos operários e empregados, sem qualquer diminuição no salário real. Com essas medidas, o salário real dos trabalhadores soviéticos será elevado cada vez mais, aproximando-se de sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades.

Foi com esse espírito entusiástico de triunfo das vitórias econômicas de seu país e da elevação de seu bem-estar que os trabalhadores soviéticos participaram das manifestações do 1º de Maio. No desfile tradicional da Praça Vermelha, durante várias horas, milhares e milhares de trabalhadores desfilaram diante do paísaque em que se encontravam os dirigentes do Partido Comunista e do Governo soviético e das personalidades visitantes. Homens e mulheres, velhos e moços, operários e intelectuais demonstravam sua confiança no futuro e sua dedicação à causa da classe operária de todos os países

e da coexistência pacífica entre todos os povos e Estados do mundo.

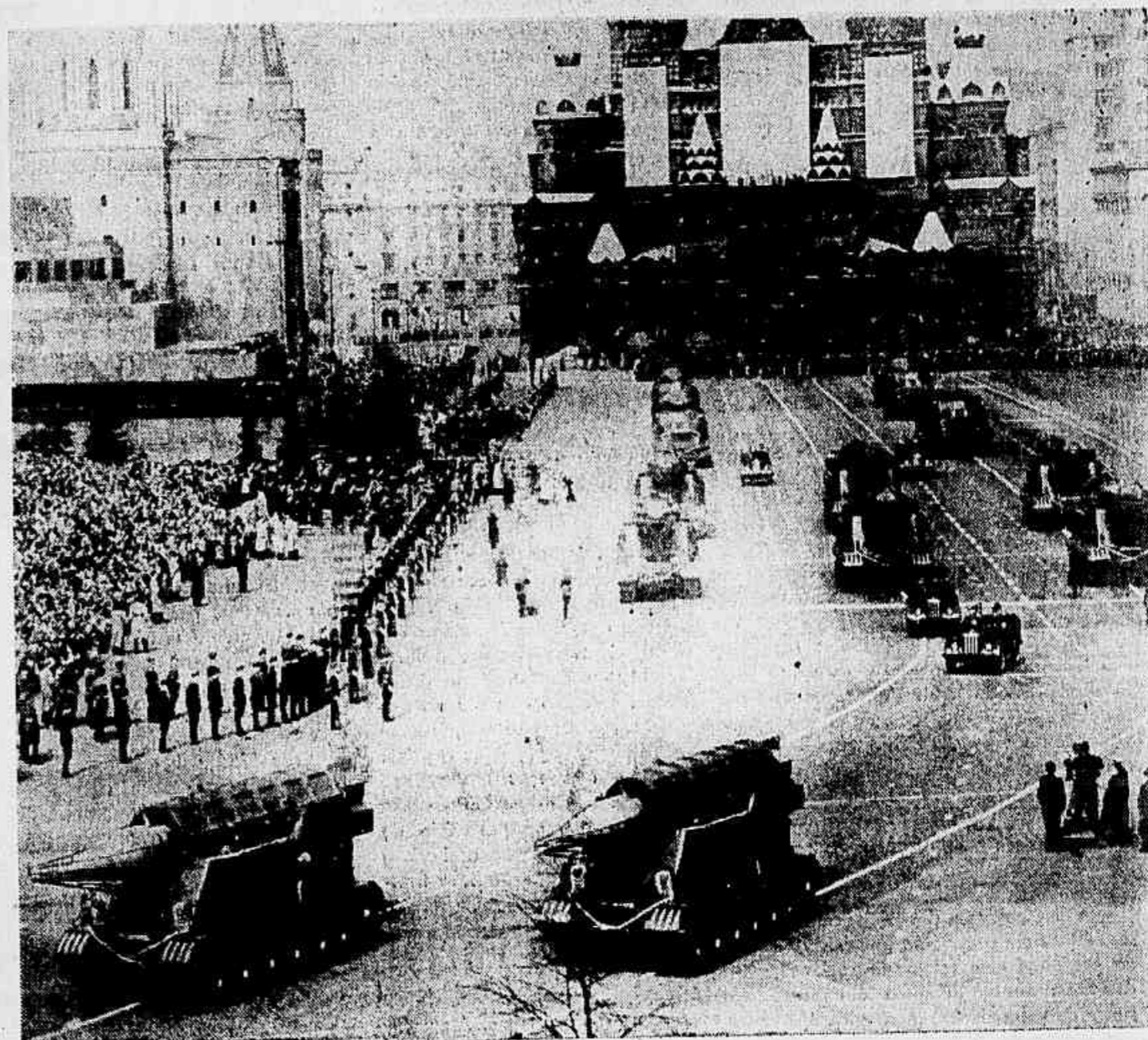
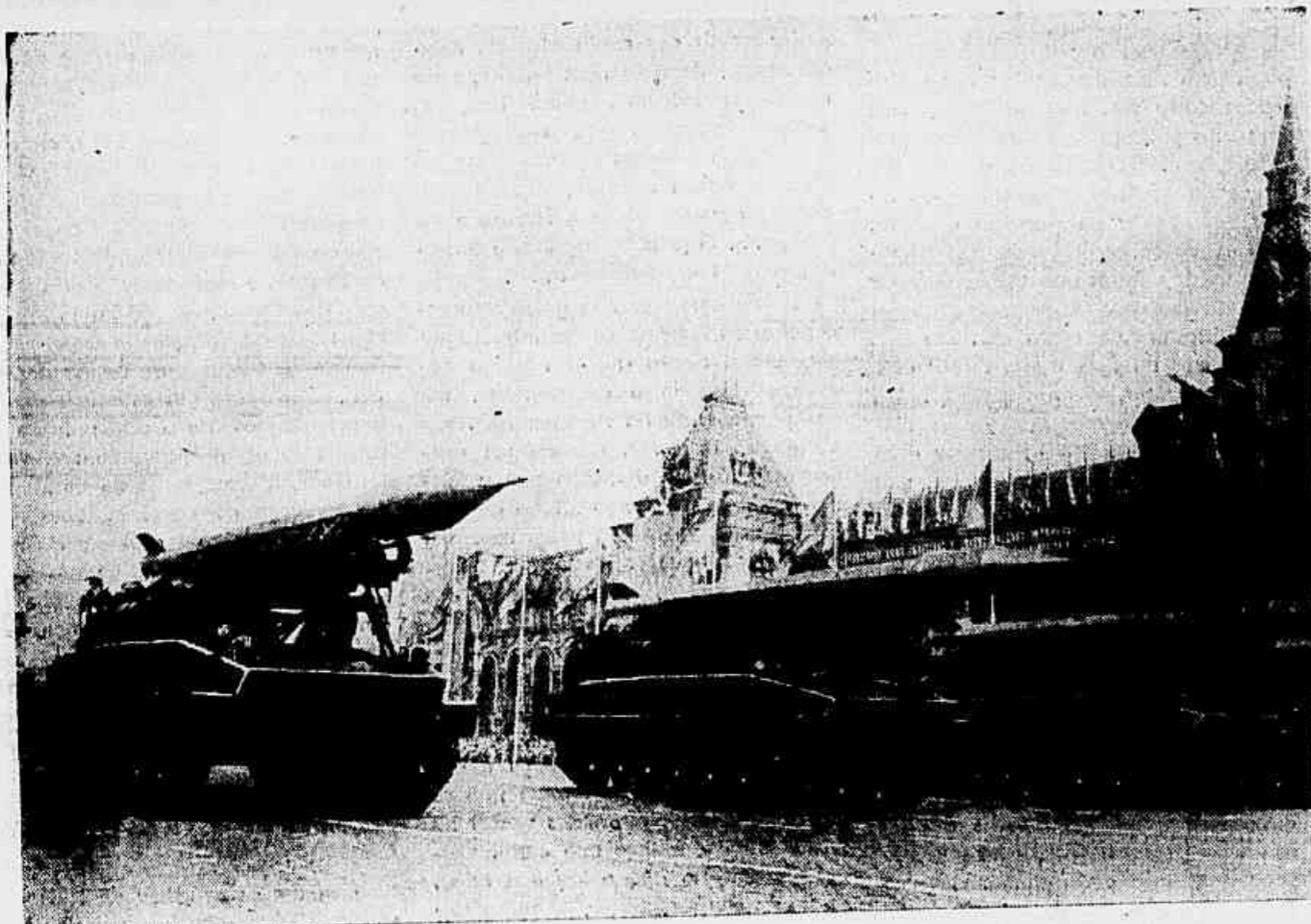
De acordo com a política de paz da União Soviética, o desfile militar foi reduzido a menos de meia hora. Como os dirigentes mais responsáveis da URSS já afirmaram repetidas vezes, a União Soviética está disposta a jogar todas as suas bombas e foguetes no mar, liquidar seus estados-maiores e desmobilizar seus soldados a qualquer momento, desde que se chegue a um acordo sobre o desarmamento universal e completo. Até que esse acordo seja firmado, entretanto, os militares soviéticos desempenharão sua missão de proteger as fronteiras de seu país e do campo socialista e de garantir o mundo contra qualquer ameaça de guerra imperialista, geral ou parcial, atômica ou «convencional».

Preparado para enfrentar qualquer agressão, o exército soviético se moderniza cada vez mais e dá importância crescente aos foguetes. Armas excepcionalmente velozes, podendo carregar todos os tipos de explosivos e atingir todos os alvos possíveis, os vários tipos de foguetes podem ser empregados para destruir foguetes ou aviões inimigos independentemente de sua altura ou velocidade, ou eliminar bases e objetivos militares em terra ou no mar com uma precisão absoluta. Nas fotos, aspectos do desfile do 1º de Maio, na Praça Vermelha, destacando-se alguns tipos das modernas armas soviéticas, ginastas e trabalhadores empunhando ramos de flores.



1º DE MAIO EM MOSCOU

Êstes Foguetes Acertam o Alvo



NOVOS RUMOS

